

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

LARYSSA COSTA SILVA

**NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL: reflexos na distribuição de renda
da Argentina de 1989 a 2001**

São Luís – MA
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

LARYSSA COSTA SILVA

NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL: reflexos na distribuição de renda da Argentina de 1989 a 2001

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza

São Luís – MA
2020

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Silva, Laryssa Costa.

NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL : reflexos na
distribuição de renda da Argentina de 1989 a 2001 /
Laryssa Costa Silva. - 2020.

151 f.

Orientador(a): Luiz Eduardo Simões de Souza.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Socioeconomico/ccso, Universidade Federal
do Maranhão, São Luís - MA, 2020.

1. Argentina. 2. Concentração de renda. 3.
Desemprego. 4. Desigualdade social. 5. Neoliberalismo.
I. Souza, Luiz Eduardo Simões de. II. Título.

LARYSSA COSTA SILVA

NEOLIBERALISMO E DESIGUALDADE SOCIAL: reflexos na distribuição de renda da
Argentina de 1989 a 2001

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico
como requisito parcial para obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

São Luís, ____/_____/____

Resultado:

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza
(Orientador)

Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida
(Examinador)

Prof. Dra. Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli
(Examinadora)

Dedico este trabalho a todos que acreditam e lutam pela educação pública, inclusiva e de qualidade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, que possibilitou a construção desta pesquisa. Especialmente à professora Fátima Previdelli e aos professores Elizeu Araújo, Henrique Neder e Welbson Madeira, pelos incentivos e pela compreensão.

Ao professor Luiz Eduardo Simões de Souza, pela orientação, pela paciência e pelo incentivo à pesquisa e à docência. Ao professor Fernando Almeida, do Departamento de Estudos Estratégicos e Relações Internacionais da UFF, pela presença na banca e pela contribuição valiosa, também se estende meu agradecimento.

À FAPEMA, pela bolsa concedida, que possibilitou minha dedicação exclusiva ao PPGDSE.

À minha mãe, Fátima, pela força, confiança e companhia nessa trajetória.

Ao meu pai, José Luís (*in memoriam*), sempre presente em mim.

Ao meu irmão, Luís Filipe, e às minhas tias, Teresinha e Amparo, pelo apoio e incentivo.

Ao Alex, por estar presente nos momentos que mais precisei.

Às funcionárias da coordenação do PPGDSE, Ana Patrícia, Danielle e Aline, pelo acolhimento durante esse processo.

Aos amigos que o mestrado me deu, João Batista, Luís, Paulo, Raquel e Rodolfo, pelos livros emprestados, espaço de escuta e chutes sinceros.

Às minhas amigas Izadora, Marcela e Thaísa, pelo companheirismo, carinho e por acreditarem em mim quando nem eu mesma acreditei.

À minha “cãopanheira”, Dora, que trouxe luz para minha vida.



RESUMO

A Argentina começou o século XXI com uma profunda crise política e econômica, cujas consequências sociais foram devastadoras. O Estado atingiu um endividamento extremo, deixando de lado as necessidades mais básicas da população, o que resultou em um questionamento generalizado ao respeito das reformas estruturais de base neoliberal impostas pelo Fundo Monetário Internacional. O objetivo deste trabalho é investigar e avaliar como essas reformas adotadas pela Argentina, no período de 1989 a 2001, influenciaram no âmbito da desigualdade social. O colapso da crise de 2001 e as dificuldades socioeconômicas vividas pela Argentina manifestaram o esgotamento das políticas neoliberais. Através de documentos oficiais destacamos o papel que as instituições financeiras internacionais possuíram como propagativas das políticas econômicas neoliberais admitidas na Argentina até a explosão da crise social e durante seu desenvolvimento. A expansão financeira, abertura do mercado comercial, as privatizações das estatais, as reformas trabalhistas e previdenciárias, e a política de austeridade, foram principais ações da agenda neoliberal. Disto concluímos que as consequências das reformas políticas neoliberais resultaram em: uma demanda insuficiente que não sustentava um crescimento a longo prazo, uma economia mais vulnerável a ataques especulativos e uma alta concentração de renda, acompanhada do aumento da pobreza e indigência, do desemprego e a destruição da capacidade de articulação dos trabalhadores. É possível afirmar que o agravamento da desigualdade social da Argentina nesse período foi resultante da dedicação do governo em executar as políticas econômicas promovidas pelo FMI, que atendem aos interesses da classe dominante.

Palavras-chave: Neoliberalismo, desigualdade social, Argentina, concentração de renda, desemprego.

ABSTRACT

Argentina began the 21st century with a deep political and economic crisis, the social consequences of which were devastating. The State reached extreme indebtedness, neglecting the most basic needs of the population, resulting in widespread questioning regarding the neoliberal-based structural reforms imposed by the International Monetary Fund. This work aims to investigate and evaluate how these reforms adopted by Argentina, in the period from 1989 to 2001, influenced the scope of social inequality. The collapse of the 2001 crisis and the socioeconomic difficulties experienced by Argentina showed the exhaustion of neoliberal policies. Through official documents, we highlight the role played by international financial institutions in propagating neoliberal economic policies admitted in Argentina until the explosion of the social crisis and during its development. Financial expansion, opening of the commercial market, privatizations of state-owned companies, labor and social security reforms, and austerity policy were the main actions on the neoliberal agenda. Therefore we conclude that the consequences of neoliberal political reforms resulted in: an insufficient demand that did not support long-term growth, an economy more vulnerable to speculative attacks and a high concentration of income, followed by the increase in poverty and indigence, unemployment and the destruction of workers' ability to articulate. It is possible to affirm that the increase in social inequality in Argentina during this period was the result of the government's dedication to implementing the economic policies promoted by the IMF, which serve the interests of the ruling class.

Keywords: Neoliberalism, inequality, Argentina, income concentration, unemployment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – ARGENTINA: CRONOGRAMA DAS PRIVATIZAÇÕES - 1990 – 1995	69
Quadro 2 - ARGENTINA: CRONOGRAMA DAS PRIVATIZAÇÕES - 1995 – 1999	87
Figura 1 - CAMPANHA ELEITORAL DE MENEM EM 1995	77
Figura 2 - MEDALHA COMEMORATIVA DOS 66 ANOS DE CARLOS MENEM	96
Figura 3 – MENEMTRUCHOS	98
Figura 4 - <i>CACEROLAZO NA PLAZA DE MAYO</i> , DEZEMBRO DE 2001	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - AMÉRICA LATINA (17 PAÍSES): COEFICIENTE DE GINI EM 2008, 2012 E 2015.....	19
Gráfico 2 - ARGENTINA: PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CONSTANTES E TENDÊNCIA LINEAR, 1929 – 1989, EM MILHÕES DE PESOS DE 1986.....	51
Gráfico 3 – ARGENTINA: TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB, 1929-1989 (%)	52
Gráfico 4 - ARGENTINA: CONSUMO PRIVADO A PREÇOS DE MERCADO CONSTANTES DE 1960, 1929 – 1984.....	53
Gráfico 5 – ARGENTINA: PARTICIPAÇÃO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS NO PIB (%), 1950 – 1989.....	53
Gráfico 6 – ARGENTINA: ÍNDICE DE PIB <i>PER CAPITA</i> A PREÇOS CONSTANTES DE 1993 (1983=100), 1983 – 1989.....	55
Gráfico 7 – ARGENTINA: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NA RENDA EM % DO PIB - 1946 - 1987.....	56
Gráfico 8 – ARGENTINA: TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB - 1989 – 1994.....	70
Gráfico 9 – ARGENTINA: DESEMPREGO E SUBEMPREGO, 1989 - 1994 (% POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA).....	72
Gráfico 10 – ARGENTINA: DESEMPREGO POR REGIÃO - 1989-1994 (% POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA).....	73
Gráfico 11 – ARGENTINA: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA - 1990, 1991 E 1994.....	74
Gráfico 12 – ARGENTINA: CRESCIMENTO DO PIB (% AO ANO) - 1994 – 1999.....	89
Gráfico 13 – ARGENTINA: DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA E SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS EM BILHÕES DE DÓLARES - 1994 - 1999.....	90
Gráfico 14 – ARGENTINA: TAXA DE EMPREGO, DESEMPREGO E SUBEMPREGO % (1994 – 1999).....	92
Gráfico 15 – ARGENTINA: ÍNDICE DE SALÁRIOS MÉDIOS REAIS (1994 – 1999), DADOS TRIMESTRAIS (1996 = 100).....	93
Gráfico 16 – ARGENTINA: ÍNDICE DE GINI % (1994 – 1999).....	94
Gráfico 17 – ARGENTINA: PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL, 1999 - 2001.....	113
Gráfico 18 – ARGENTINA: DÍVIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (1999 – 2002), EM BILHÕES DE DÓLARES.....	114

Gráfico 19 – ARGENTINA: VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS -1998 – 2002	115
Gráfico 20 – ARGENTINA: VARIAÇÃO % REAL DO PIB E TENDÊNCIA LINEAR - 1989 - 2001	121
Gráfico 21 – ARGENTINA: VARIAÇÃO % TRIMESTRAL DO PIB A PREÇOS DE 1993 - 1999-2001	122
Gráfico 22 – ARGENTINA: CONSUMO TOTAL (% DO PIB) - 1989 – 2001	123
Gráfico 23 – ARGENTINA: INVESTIMENTO (% DO PIB) - 1989 – 2001	124
Gráfico 24 – ARGENTINA: GASTOS PÚBLICOS (% PIB) - 1990 – 2001	125
Gráfico 25 – ARGENTINA: BALANÇA COMERCIAL EM BILHÕES DE DÓLARES - 1989 - 2001	126
Gráfico 26 – ARGENTINA: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE (1989 – 2001) - 1970=100.....	127
Gráfico 27 – ARGENTINA: POSTOS DE TRABALHO ASSALARIADO NAS 500 MAIORES EMPRESAS A ARGENTINA (1993 – 2000).....	128
Gráfico 28 – ARGENTINA: TAXA DE EMPREGO, DESEMPREGO E SUBEMPREGO % (1989 – 2001)	129
Gráfico 29 – ARGENTINA: CONTAS PÚBLICAS: RELAÇÃO ENTRE OS GASTOS SOCIAIS E O PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA EM BILHÕES DE PESOS DE 2006 (1989 – 2002)	130
Gráfico 30 – ARGENTINA: EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL MÉDIO NA ARGENTINA (1989 – 2002)	131
Gráfico 31 – ARGENTINA: EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES QUE VIVEM COM RENDIMENTOS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA E INDIGÊNCIA NA GRANDE BUENOS AIRES - 1989 – 2002.....	132
Gráfico 32 – ARGENTINA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO QUE VIVE COM RENDIMENTOS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA E INDIGÊNCIA NA GRANDE BUENOS AIRES - 1989 – 2002	133
Gráfico 33 – ARGENTINA: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE AS FAMÍLIAS - 1990 – 1999	134
Gráfico 34 – ARGENTINA: COEFICIENTE DE GINI - 1991 – 2001.....	135
Gráfico 35 – ARGENTINA: TAXA DE EVASÃO INTERANUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA GERAL E ENSINO MÉDIO – 1999-2002.....	137

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – ARGENTINA: DADOS SELECIONADOS - 1983-1989	54
Tabela 2 – ARGENTINA: ÍNDICE DE GINI - 1963-1988.....	55
Tabela 3 – ARGENTINA: CONSUMO, INVESTIMENTO E POUPANÇA, 1989 – 1994, (% DO PIB – 1000 PESOS DE 1986)	70
Tabela 4 – ARGENTINA: TAXAS DE CRESCIMENTO PERCENT*UAL DE VARIÁVEIS SELECIONADAS - 1995 – 1996.....	82
Tabela 5 – ARGENTINA: TAXAS DE CRESCIMENTO PERCENTUAL, VARIÁVEIS SELECIONADAS - 1995 - 1999	89
Tabela 6 – ARGENTINA: DEFICIT GOVERNAMENTAL E PRIVATIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 1994 – 1999	93
Tabela 7 – ARGENTINA: TAXA DE CRESCIMENTO PERCENTUAL, VARIÁVEIS SELECIONADAS - 1999-2001	114
Tabela 8 – ARGENTINA: COEFICIENTES DE GINI DE ACORDO COM AS FONTES DE RENDA DOMÉSTICA - 1990, 1994, 1999.....	135
Tabela 9 – ARGENTINA: RENDA <i>PER CAPITA</i> - 1990, 1997,1999, 2002.....	136
Tabela 10 – ARGENTINA: CRESCIMENTO DO CONSUMO PRIVADO POR HABITANTE % - 1998 – 2002.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCRA	Banco Central de la República Argentina
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
CEOP	Centro de Estudos e Opinião Pública
Cepal	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CGT	Confederación General del Trabajo
CTA	Confederação dos Trabalhadores da Argentina
ENTel	Empresa Nacional de Telecomunicações
FFCB	Fundo Fiduciário de Capitalização Bancária
FGD	Fundo de Garantia dos Depósitos
FIEL	Fundação de Investigações Econômicas Latino-Americanas
FMI	Fundo Monetário Internacional
FREPASO	Frente País Solidário
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
INDEC	Instituto Nacional de Estadística y Censos
IPA	Índice de Preços por Atacado
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
IVA	Imposto sobre Valor Agregado
MTD	Movimento de Trabalhadores Desempregados
OBSA	Obras Sanitárias de Buenos Aires
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Programa de Propriedade Participada
SEGBA	Servicios Eléctricos del Gran Buenos Aires
SOMISA	Sociedade Mista Siderúrgica
TEC	Tarifa Externa Comum
UCR	União Cívica Radical
UIA	União Industrial Argentina
YPF	Yacimientos Petrolíferos Fiscales

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 NEOLIBERALISMO, POLÍTICA E ECONOMIA	25
1.1 Liberalismo e Neoliberalismo	25
1.2 Neoliberalismo e Política Econômica.....	30
1.2.1 Inserção na divisão internacional do trabalho	31
1.3 Algumas considerações	32
2 ANTECEDENTES: 1945 - 1989	36
2.1 Antecedentes remotos (1945-1983).....	36
2.2 Antecedentes Próximos: Governo Raúl Alfonsín (1983-1989).....	47
2.3 Aspectos da Economia Argentina, 1929 – 1989.....	51
3 PRIMEIRO GOVERNO MENEM, 1989 – 1994.....	58
3.1 Cenário Político e Econômico	58
3.2 Os Planos <i>Bunge y Born</i> e <i>Bonex</i>	64
3.3 Privatizações	67
3.4 Aspectos da Economia Argentina, 1989 – 1994.....	69
3.4.1 Contas Nacionais	69
3.5 Empregos e Salários	71
4 SEGUNDO GOVERNO MENEM, 1995 – 1999	75
4.1. Cenário Político e Econômico	75
4.2 A Crise Mexicana e a Queda de Cavallo.....	77
4.3 Segunda Rodada de Privatizações	86
4.4 Interpretação do Ambiente Econômico Argentino, 1995 – 1999.....	88
4.4.1 Indicadores sociais.....	91
4.5 Cenário Político até 1999	95
5 GOVERNO DE LA RÚA, 1999-2001	100
5.1 Cenários Político e Econômico.....	100
5.2 Nova Agenda de “Ajuste e Reforma”.....	101
5.2.1. Novo arrocho trabalhista	103
5.2.2 O “ <i>impuestazo</i> ”	104
5.3 Governo <i>Delarruista</i> e Política Econômica	105

5.3.1. O breve ministério López Murphy e a extensão da crise econômica às esferas política e social.....	105
5.3.2. O retorno de Cavallo	109
5.4 Interpretação do Ambiente Econômico Argentino, 1999-2001.....	112
5.5 O “Corralito” e o aprofundamento da crise	116
6 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE, 1989-2001.....	121
6.1 Evolução do Produto Interno Bruto (PIB).....	121
6.2 Outros Agregados Macroeconômicos	123
6.3 Produtividade.....	126
6.4 Empregos e salários	127
6.5 Indicadores de Desigualdade Social.....	131
CONCLUSÃO.....	139
REFERÊNCIAS	142
ANEXO.....	150

INTRODUÇÃO

O fim da Era de Ouro (1945 – 1973), na história do século XX, é marcado pela ascensão no pensamento governamental dos Estados nacionais de um conjunto de ideias que recebe o nome de “Neoliberalismo”. Contrárias ao Estado de Bem-Estar social (*Welfare State*), tais ideias apregoavam a abertura comercial irrestrita, a retirada do Estado das atividades econômicas (inclusive as de proteção e seguridade social, como saúde, previdência e educação), o favorecimento do capital em detrimento dos interesses dos trabalhadores e a desregulamentação completa das atividades de mercado, através da eliminação da atuação e intervenção estatal, fosse como mediador, fomentador ou agente. As ideias neoliberais ganharam atenção junto a acadêmicos e a formuladores de política econômica com a crise internacional do petróleo de 1973 e a eleição de governos conservadores nos Estados Unidos e Europa, que conduziram a execução das políticas econômicas da agenda neoliberal. Contraditoriamente, o descontentamento da sociedade parece ter-se direcionado para a intervenção estatal, que remotamente tinha o objetivo de defendê-la das forças do mercado. Para Santos (2005), apesar de o Estado ter construído as bases de uma proteção social, na década de 1970 passaria a ter os gastos e o deficit público associados com essa proteção, considerados como a base da inflação e estagnação econômica, dentro da lógica neoliberal. Esta apontava um Estado hiperinflado e desqualificado para atender às demandas sociais. A solução apresentada para o problema incluía a privatização, a mercantilização e a liberalização dos serviços públicos para reconquistar-se a governabilidade (SANTOS, 2005).

Por essa razão, os governos dos EUA e da Inglaterra realizaram, na segunda metade dos anos 1970 e 1980, reformas previdenciárias, trabalhistas, tributárias, comerciais, bancárias etc. Conforme Anderson (1995, p. 3), o modelo neoliberal adotado na Inglaterra foi o pioneiro e mais fiel:

Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. E, finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água.

No entanto, esse tipo de reforma trouxe sistematicamente baixo crescimento econômico e aumento do desemprego, afetando a credibilidade das instituições democráticas, uma vez que a defesa dos direitos sociais alcançados nos anos sucessivos à Segunda Guerra perdeu força diante da autoridade do mercado sobre as decisões políticas e determinou a trágica diminuição da representatividade popular e a ascensão do *establishment* político e econômico, principalmente nas décadas de 1970 e de 1980.

A questão da desigualdade social ainda é um desafio estrutural contínuo para a sociedade, tanto por sua complexidade como pelas inúmeras formas de análise. A globalização mundial escoltada pelo mercado livre trouxe um significativo aumento da desigualdade social e econômica entre as nações e no seio delas. A epidemia da desigualdade, principalmente em momento de grande desequilíbrio econômico e político originado dos mercados livres globais, faz parte do sustento das preocupações sociais e políticas do novo século.

Como Hobsbawm (2007) ressalta, o que se firmou nomear de globalização não pode ser assimilado como a era de uma divisão internacional igualitária, os seguimentos econômicos e político mundial são destacados pelas várias formas de relação desigual entre países, e o impacto dessa globalização é sentido por quem menos se favorece dela. Entretanto, o impasse da desigualdade tem uma particularidade curiosa: as nações mais ricas do mundo no século XXI, com raríssimas exceções, são as mesmas de dois séculos atrás. Existem inúmeros fatores que podem esclarecer isso, por exemplo, o fardo da história dos países, a exploração, a dependência ainda que indireta e a governança.

Piketty (2014a) acredita que a trajetória da desigualdade é formada pela maneira como os agentes econômicos, sociais e políticos consideram o que é justo e o que não é como também a intervenção relativa e escolhas coletivas de cada um desses agentes. O autor considera também que o processo da distribuição de riqueza possui uma dinâmica que se conduz através de convergências e divergências, sendo que não existe um modo natural ou automático que impeça os efeitos impulsionadores da desigualdade.

A base da desigualdade e da redistribuição são os conflitos políticos, que se defrontam com dois aspectos: A posição liberal de direita e a posição tradicional de esquerda. A primeira garante que apenas as forças do mercado, a iniciativa individual e o aumento da produtividade tornam possível, no longo prazo, o progresso do bem-estar social e da prosperidade, particularmente dos mais pobres, seguindo a lógica de que o intervencionismo público deve ser limitado para uma melhor eficiência. Ao contrário da primeira, a segunda posição acredita que é preciso a atuação da gestão pública, lutas sociais e políticas para atravessar o processo de

produção capitalista e refuta a forma como o livre mercado determina os lucros de capital, assim como a desigualdade entre os assalariados (PIKETTY, 2014b).

A Cepal (2017) chama a atenção para a complexidade e para as múltiplas extensões da desigualdade social, bem como para a forma como essas extensões se misturam e se intensificam: desigualdade na distribuição de renda pessoal e funcional e da propriedade, ao longo do ciclo de vida, na distribuição do uso do tempo entre homens e mulheres e desigualdades raciais. Por consequência, a percepção da Cepal sobre a desigualdade não se atribui apenas à igualdade econômica ou de meio, mas acredita que essa é a principal dimensão da desigualdade, que remete tanto à distribuição da renda monetária das pessoas e das famílias para obter seu bem-estar social como à distribuição da renda entre capital e trabalho, e à distribuição da propriedade de ativos financeiros e não financeiros.

Nesse contexto se faz possível inserir a América Latina, que é indicada como a região mais urbanizada e desigual do mundo, segundo o primeiro relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sobre a distribuição de renda na América Latina, embora tenha alcançado um avanço relevante na redução da pobreza durante a última década (ONU-HABITAT, 2012). A desigualdade social no continente latino-americano não é um acontecimento recente, mas se consolidou a partir das crises econômicas que atingiram a maioria dos países da região nos anos de 1980 e de 1990.

Segundo a Cepal (2017), a desigualdade na distribuição da renda na América Latina em 2015 permaneceu equivalente ao observado em 2014. Apesar disso, considerando o período depois da crise financeira internacional de 2008, notou-se uma diminuição da desigualdade na distribuição da renda entre 2008-2015, na maior parte dos países. Conforme o Gráfico 1, o coeficiente de Gini¹ apresentou o valor médio de 0,469 em 2015, na América Latina, e praticamente não houve variação em relação a 2014, que apontou uma média de 0,473. Na maioria dos países, a diminuição do coeficiente de Gini decorreu particularmente no período de 2008-2012, à medida que entre 2012 e 2015 houve variações de menor relevância.

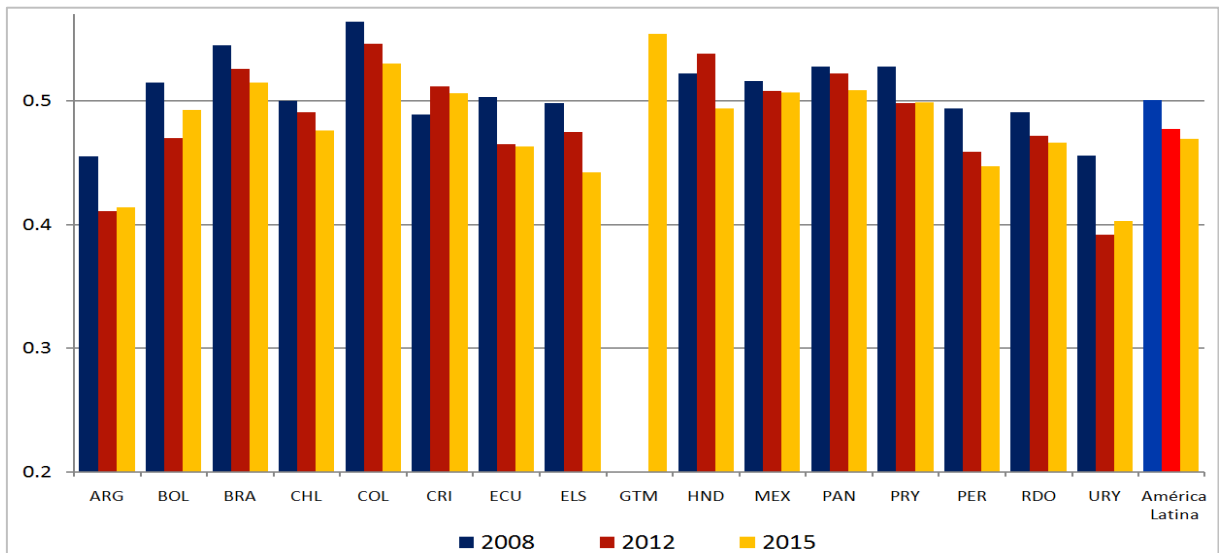
De acordo com o relatório da ONU-Pnud (2016), dos vinte países com maior desigualdade, dez estão na América Latina e no Caribe, sendo que o Haiti tem o pior índice Gini da região, 0,608. A Colômbia, o Paraguai e o Brasil ocupam o 8º, o 9º e o 10º lugares no *ranking* mundial de desigualdade com 0,53, 0,52 e 0,51, respectivamente. Os países da região com melhor índice – inferior a 0,49 – são Bolívia, Venezuela, Argentina e Uruguai. Na média,

¹ Indicador de desigualdade que varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de um, maior é a concentração de renda de um país. Da mesma forma, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade (GINI, 1912).

o índice de Gini da América Latina e do Caribe é 36% maior do que os dos países do Leste Asiático.

Diante das análises da Cepal (2017) sobre o desenvolvimento socioeconômico das economias latino-americanas e caribenha, verifica-se um histórico evidenciado por uma frequência significativa da heterogeneidade estrutural que está presente na base do alto nível de desigualdade social da região, por exemplo, a baixa diversificação da estrutura produtiva, em que os setores com pouca produtividade geram aproximadamente 50% do emprego, que estabelece uma causa vital da desigualdade. O Gráfico 1 mostra o avanço na concentração de renda da região em três momentos:

Gráfico 1 - AMÉRICA LATINA (17 PAÍSES): COEFICIENTE DE GINI EM 2008, 2012 E 2015



Fonte: Cepal (2017).

As últimas décadas do século XX foram marcadas pela hegemonia neoliberal no capitalismo mundial, em que, praticamente, todos os países da região latina passaram por uma ou mais rodadas de reformas nas estruturas econômicas provenientes do “Consenso de Washington”, evidenciando-se a abertura comercial, a desregulamentação dos mercados e as privatizações das empresas estatais. Tais medidas ocasionaram desajustes significativos em diversos setores de produção, afetando diretamente os processos de trabalho e os salários dos trabalhadores, assim como as condições sociais da fração mais desamparada da população latino-americana (MATTEI, 2017).

O exemplo da experiência do Chile, um dos pioneiros em adotar políticas neoliberais, e que foi usado para ilustrar a análise de Ostry, Loungani e Furceri (2016) sobre as consequências

do Neoliberalismo, ressalta que os custos relativos ao aumento da desigualdade são eminentes e transparentes e que afetam negativamente o nível e a sustentabilidade do crescimento econômico.

Em seu caráter periférico, o Neoliberalismo conduziria, através das políticas econômicas, uma reprimarização da economia, que passaria a adotar um modelo clássico de vantagens comparativas em seu comércio internacional, inserindo-se como fornecedora de insumos e produtos primários de valor agregado reduzido em relação a bens produzidos com maior intensividade de trabalho e de tecnologia. A Argentina é um caso característico deste corolário, o que a coloca como mote deste trabalho.

Conhecida historicamente como um caso de estagnação econômica secular, e até de regressão, ao se analisar a evolução do ritmo de crescimento econômico, a Argentina adotou, desde a sua independência, nas primeiras décadas do século XIX, uma estratégia de desenvolvimento realizada através de uma inserção internacional subalterna e complementar ao comércio internacional, capitaneado pela principal potência industrial, a Inglaterra. Assim, a Argentina tornou-se a maior abastecedora de carne, chegando mesmo a receber frigoríficos ingleses para processar e enviar carne à Inglaterra, sob as condições características dos países subdesenvolvidos de base agrária, com posse de terra concentrada via latifúndios, ultraextensividade no cultivo e no manejo das principais culturas, as quais estariam voltadas basicamente à exportação. Com os choques externos das duas guerras mundiais (1914 e 1939), entremeados pela Crise Mundial de 1929, a Argentina viu-se, como a totalidade dos países latino-americanos, diante da necessidade de produzir os bens industrializados que antes importava e desencadeou seu processo de industrialização nas décadas seguintes, com idas e vindas dadas pelo embate de políticas econômicas progressistas e desenvolvimentistas com ecos do ideário liberal.

Propõe-se, assim, vincular a questão da influência das políticas neoliberais ao alargamento da desigualdade social, com destaque para a trajetória da Argentina, que é referência de aplicação das políticas neoliberais adotadas na década de 1990, caracterizadas por privatizações, abertura comercial e desregulamentação financeira. A Argentina incorporou em sua totalidade as sugestões do chamado “Consenso de Washington”, corolário formulado durante a década de 1980 em centros de pensamento acadêmico nas metrópoles anglo-saxãs e reverberado à periferia.

Tais premissas assentam o desígnio de estudo que guiaram o segmento desta pesquisa. Entretanto, vale determinar uma breve delimitação de alguns pontos fundamentais.

A decadência econômica, política e social que afetou os países da América Latina, logo após o desfecho do eficiente ciclo de desenvolvimento econômico e social, no período de 1930 a 1970, pode ser constatada nos preocupantes indicadores socioeconômicos da região (Cepal, 2001).

Na década seguinte, com a crise da dívida externa dos países da região, teve-se o começo do período de ajuste exportador, em que Fundo Monetário Internacional (FMI) passou a aconselhar o estímulo às exportações e o controle da demanda interna. Grande parte dos países latino-americanos, ao final da década de 1980, apresentavam condições econômicas similares, com taxas insignificantes de crescimento econômico, intensificadas pelo desregramento da inflação, além de consideráveis declínios no investimento por seus governos (SOUZA e PREVIDELLI, 2015).

O cenário econômico e financeiro no mundo começou a se transformar em consequência do aumento na liquidez de recurso externo, no final dos anos oitenta. Esse episódio fez com que desencadeasse uma pressão por parte dos Estados Unidos sob os países latino-americanos para adotar políticas econômicas de caráter neoliberal e reformas institucionais, através dos organismos multilaterais, FMI e Bird, perante ordem do Tesouro dos EUA. Seriam as políticas decorrentes do “Consenso de Washington”, elaborado no final de 1989. Para alcançar integralmente seus objetivos, os países centrais instituíram, nos países em dívidas, políticas neoliberais, transferindo para os países periféricos um conjunto de reformas institucionais, comerciais e financeiras, que se resumem a diminuição do papel do Estado, a privatizações, a desregulamentações e a abertura comercial, consequentemente afetando as relações de trabalho e da previdência social.

Segundo Cano (2001, p. 2), para que se consolidassem tais reformas neoliberais, havia um discurso ideológico por parte dos países centrais que consistia em:

(...) que a periferia precisava modernizar-se, igualando-se ao primeiro mundo, mas, para isso, necessitava daquele conjunto de reformulações, das quais a peça-chave seria expor à concorrência internacional seu aparelho produtivo, para que ele ganhasse maior eficiência, produtividade e competitividade. "Explicavam" também que isso era tarefa inevitável, necessária e inadiável, diante da globalização dos mercados internacionais. Ou seja, o imperialismo voltava a atuar de forma mais dura, travestido de nova “modernidade”.

A Argentina é considerada o melhor exemplo de devoção da agenda neoliberal, pela rapidez na adesão das advertências do FMI. A implantação rápida e profunda das reformas neoliberais na Argentina se deu no governo de Carlos Menem (1989-1999), do Partido

Justicialista, o qual também implantou um regime cambial fixo, denominado Plano de Convertibilidade, que estabeleceu a paridade entre o peso argentino e o dólar em um para um. Durante toda sua permanência, o regime de conversibilidade e as reformas neoliberais foram apoiados pelo FMI e mantidos pelo sucessor de Menem, Fernando De La Rúa (1999-2001), da *Unión Cívica Radical* (UCR). Por um lado, os primeiros anos do Plano de Convertibilidade foram de crescente dinamismo em relação ao crescimento da renda e enfrentaram com sucesso a inflação crônica. Por outro lado, na segunda metade da década de 1990, observou-se um cenário profundo de deterioração social. A taxa de desemprego triplicou frente à média da década de 1980, e os salários reais atingiram os piores níveis das últimas três décadas. O índice de Gini argentino, no início da década de 1990, estava em 0,501, e, durante o período neoliberal, a concentração de renda aumentou significativamente, atingindo seu máximo em 2002, onde o índice de Gini marcava 0,578 (Cepal, 2008).

As medidas adotadas pela Argentina incluíam privatização das empresas estatais, abertura de suas contas de capital, permissão de compra e venda de empresas nacionais ao capital externo, e atingiam uma economia desnacionalizada, com baixo investimento público, aumento da dívida externa, maior dependência do mercado globalizado, desemprego estrutural, aumento da concentração de renda e da pobreza. É nessa condição que vale averiguar até que ponto as políticas neoliberais impostas pelas instituições financeiras internacionais, FMI e Banco Mundial, e adotadas pela Argentina influenciaram no alargamento da desigualdade social, principalmente na concentração de renda desses países.

Ostry, Loungani e Furceri (2016) apontaram que a agenda neoliberal gera péssimos efeitos distributivos e prejudica o crescimento econômico de longo prazo. Destacam também que a associação da liberalização financeira com a austeridade fiscal tem consequência adversa sobre a desigualdade da renda, causando redução significativa do nível da sustentabilidade do crescimento, uma vez que, no contexto neoliberal, a força da competição monopolista entre os capitais e países impulsiona a convergência dos benefícios sociais para baixo. Não é coincidência, então, como observam Klemi e Menezes (2016), que a primeira década do século XXI assistiu, no campo acadêmico, à volta do pensamento crítico em relação ao Neoliberalismo. Há-Joon Chang, Joseph Stiglitz, Amartya Sen, apesar de discordarem em muitos fatores, argumentaram e indicaram dados em oposição ao Neoliberalismo como impulsionador do desenvolvimento dos países periféricos.

A hipótese dessa investigação considera que a adoção das políticas neoliberais promovidas pela agenda “Ajuste e Reforma” do FMI, na Argentina, a partir de 1989 até 2001, incidiu em um aprofundamento no processo de degradação social do país, refletido nos níveis

de desigualdade social, como o declínio do índice de desenvolvimento humano, o aumento da concentração de renda, do desemprego e da pobreza. Ademais, o colapso da crise de 2001 e as dificuldades socioeconômicas vividas pela Argentina no século XXI manifestaram o esgotamento das políticas neoliberais.

A pesquisa proposta, quanto à conduta metodológica, possui natureza bibliográfica, com base em fundamentos conceituais e bibliografias existentes frente ao tema, e documental, de forma que os dados e as informações obtidos foram analisados e interpretados de acordo com o que outros estudos já apresentam sobre a história do pensamento econômico liberal, o debate da globalização, as políticas e as questões sociais e os indicadores sociais.

A respeito da abordagem, caracteriza-se como qualitativa, pelo aprofundamento da compreensão analítica dos dados obtidos, buscando explicar a influência das políticas neoliberais na desigualdade social da Argentina, e quantitativa, pela relevância das relações entre as variáveis.

As fontes bibliográficas e documentais utilizadas incluem livros, artigos científicos publicados em revistas acadêmicas e relatórios. A pesquisa utiliza também fontes secundárias encontradas em jornais, revistas, periódicos pertencentes à imprensa argentina, brasileira e estrangeira.

Os dados quantitativos e estatísticos utilizados são relativos à economia argentina, como as Contas Nacionais, população urbana, população abaixo da linha da pobreza, gasto social, salário mínimo, concentração e distribuição de renda e coeficiente de Gini. Tais dados serão provenientes dos relatórios de desenvolvimento humano disponibilizados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do documento Panorama Social da América Latina, emitido anualmente pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe, dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial e da base de dados do *World Inequality database*, que utiliza como base o sistema de Contas Nacionais e gera estimativas anuais da distribuição de renda e riqueza.

As fontes primárias que divulgam informações de política econômica do governo serão leis e decretos do governo argentino, publicações de relatórios, informes ao Congresso, informes à imprensa, informes extras do *Banco Central de La República Argentina* (BCRA), informes estatísticos institucionais do governo, demonstrados pelo *Instituto Nacional de Estadística y Censos* (INDEC) para dados das outras instituições, como os anuários estatísticos do Fundo Monetário Internacional, da Cepal e do Banco Mundial.

Os documentos e dados oficiais auxiliaram na análise e exposição do resultado da implementação das políticas neoliberais no período de 1989 a 2001. Durante a década de 1990,

o pacote de reformas, que inclui a prática de austeridade, a abertura do mercado financeiro e comercial e a privatização do capital público, foi intensificado. Neste trabalho, procurou-se analisar como as reformas neoliberais impostas pelas instituições financeiras internacionais, FMI e Banco Mundial, durante os dois governos de Carlos Menem e de De La Rúa, com as imposições do Consenso de Washington, da agenda “Ajuste e Reforma”, influenciaram na expansão da desigualdade social argentina.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: o primeiro capítulo apresenta a fundamentação teórica do Liberalismo Econômico e do Neoliberalismo, abordando sua história, preceitos e contextos. A partir da definição de centro-periferia de Raúl Prebisch, contextualiza-se o âmbito do Neoliberalismo na política econômica, incluindo a abordagem da destruição do Estado do Bem-Estar Social, do Estado Indutor do Desenvolvimento, do Neoliberalismo como “estratégia” de desenvolvimento e a inserção da divisão internacional do trabalho. O primeiro capítulo busca ainda expor a quem o Neoliberalismo beneficia, interna e externamente, e por que a Argentina é um caso de aplicação de políticas neoliberais. O segundo capítulo aborda uma breve descrição dos antecedentes que formaram o ambiente político e econômico que configura o estudo de caso desta pesquisa. Os capítulos 3 e 4 explanam os dois governos de Menem (1989-1999), o primeiro de 1989 a 1994 e o segundo de 1994 a 1999. Os capítulos abordam uma análise das principais mudanças realizadas na estrutura da economia argentina através das medidas adotadas pelo governo menemista, com destaque para a relação do país com o FMI. Os dados oficiais sobre o PIB, a inflação, o Balanço de Pagamentos e a dívida externa revelam os principais resultados dessas medidas.

O capítulo 5 busca explicar também as transformações estruturais da economia argentina, dada a continuidade da adoção das políticas neoliberais pelo governo De La Rúa, encerrado pela sua renúncia em 2001. O capítulo 6 é uma avaliação dos resultados das práticas econômicas sobre as áreas sociais no período de 1989 a 2001. Nesse ponto, analisamos as consequências das reformas trabalhistas e da previdência na evolução dos índices de pobreza, de indigência, de desigualdade e os dados observados no mercado de trabalho. Essas questões são discutidas com ajuda de gráficos e tabelas que apresentam a evolução dos principais indicadores econômicos. Uma conclusão resume e comenta os resultados.

1 NEOLIBERALISMO, POLÍTICA E ECONOMIA

1.1 Liberalismo e Neoliberalismo

Em 1914, as disputas entre as potências imperialistas da Europa, provocaram a Primeira Guerra Mundial, envolvendo, em maior ou menor medida, o restante do mundo. Conseqüentemente, a ordem econômica mundial da pré-guerra desmoronou. Após a guerra, até a crise de 1930, a Grã-Bretanha buscou restabelecer sua posição hegemônica e o padrão ouro como eixos do mercado mundial, conservando o modelo liberal da Economia Clássica, o que Ferrer (2004) denominou de Segunda Ordem Mundial.

O fortalecimento da crise da década de 1930 e, pouco depois, em 1939, o desencadeamento da Segunda Guerra Mundial transformaram o contexto das ideias econômicas dominantes. O modelo liberal desmoronou com a crise de 1929 e surgiu um modelo alternativo, o keynesiano, fundado no Estado, na regulamentação dos mercados e na administração da demanda acumulada, com o objetivo de sustentar a produção e o emprego e superar uma das crises do capitalismo.

A partir de 1945, as bases multilaterais das relações comerciais e financeiras internacionais foram se restaurando progressivamente. O sistema monetário se sustentou nos acordos de Bretton Woods, de 1944, que determinaram um regime monetário baseado em paridades cambiais fixas e em normas de política fiscal e monetárias dos países membros do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Apoiado nos acordos de Bretton Woods, o sistema fortaleceu ainda mais o dólar, principalmente pela posição hegemônica dos Estados Unidos e pelo crescimento lento da produção do ouro. O fim da guerra, em 1945, estimulou novas tendências do crescimento econômico e da globalização, impulsionadas pelo progresso do conhecimento científico e pelas novas tecnologias.

Em relação ao sistema comercial, houve o avanço do processo de liberalização do comércio de manufaturas por meio do GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), que, no decorrer de diversas rodadas de negociações, rendeu uma diminuição substancial dos níveis tarifários, principalmente em produtos agrícolas e em manufaturas fracas em relação às economias industriais, como as têxteis. As medidas protecionistas e os subsídios para a defesa da produção interna dos países industrializados foram substituídos por medidas liberais, como o caso da Política Agrícola Comum da Comunidade Econômica Europeia.

Segundo Harvey (2014), para impedir a volta das condições catastróficas que ameaçaram o poder capitalista na grande crise de 1930, houve a reestruturação das formas de Estado e das relações internacionais depois da Segunda Guerra Mundial. O objetivo também seria impossibilitar o ressurgimento das rivalidades geopolíticas que resultaram na guerra, além de conter a expansão das economias planificadas.

No final dos anos 1960 o Liberalismo embutido² mostrou que não seria sustentável e começou a fracassar. A inflação e o desemprego aumentaram, levando a uma fase global de estagflação que durou metade da década de 1970. Os países apresentaram crises fiscais, por exemplo, a Grã-Bretanha teve que pedir socorro ao FMI em 1975-76, ao passo que as taxas de impostos diminuíram acentuadamente e os gastos sociais aumentaram. O sistema de taxas de câmbio fixas do acordo Bretton Woods e as políticas keynesianas já não se apresentaram eficazes. Apesar de o Liberalismo embutido ter mostrado altas taxas de crescimento nos países desenvolvidos depois do fim da guerra, ele se mostrou esgotado. Harvey (2014, p. 23) esclarece que procura por uma alternativa para a superação da crise resultou em:

[...] uma polarização do debate entre aqueles que apoiavam a social democracia e o planejamento central, de um lado (que, quando no poder, como no caso dos trabalhistas ingleses, com frequência acabavam tentando reprimir; em geral por razões pragmáticas, as aspirações de seus próprios eleitores), e os interesses de todos os que pretendiam liberar o poder corporativo e dos negócios e reestabelecer as liberdades de mercado, de outro. Em meados da década de 1970, os interesses deste último grupo passaram ao primeiro plano.

A resposta para a retomada da acumulação ativa do capital foi a neoliberalização, através de várias idas e vindas e de experimentos conturbados, que, na visão de Harvey (2014), convergiram para uma nova ortodoxia.

A crise da acumulação do capital na década de 1970 foi um dos elementos principais do processo de neoliberalização, que atingiu a todos através da combinação do aumento de desemprego e inflação acelerada, ampliando ainda mais a renda e a riqueza da classe capitalista. Segundo Duménil e Lévy (2007), entre o período da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 1970, o 1% mais rico das famílias dos EUA detinham mais de 30% da riqueza total do

² Harvey (2014) afirma que o “liberalismo embutido” tem a aceitação de que o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos e que o poder desse Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado. Os Estados poderiam intervir ativamente na política industrial e passariam a estabelecer padrões para o salário social, construindo uma variedade de sistemas de bem-estar. O autor completa que esta forma de organização político-econômica recebe essa denominação por apontar como os processos de mercado e as atividades empreendedoras e corporativas vieram a ser cercadas por uma rede de restrições sociais e políticas em um âmbito regulatório que, às vezes restringiu, mas em outros casos liderou a estratégia econômica e industrial.

país, e, durante a primeira metade dos anos 1970, a percentagem tinha diminuído para 22%. Duménil e Lévy (2007, p. 3) definiram o Neoliberalismo como “um golpe político cujo objetivo era a restauração desses privilégios. A esse respeito, foi um grande sucesso.”

Houve uma transformação no paradigma econômico que prevaleceu nos países centrais durante a década de 1930 e no período dourado do pós-guerra. Os principais representantes dessas mudanças foram Margaret Thatcher, primeira-ministra do Reino Unido, a partir de 1979, e o presidente Reagan, em 1981, nos Estados Unidos. Ambos os líderes colocaram em prática as políticas baseadas na hegemonia do mercado, no abandono ou na redução das políticas sociais do *Estado do Bem-Estar*, nas reformas tributárias favoráveis às rendas elevadas, nas privatizações das empresas do Estado, na redução da influência dos sindicatos e na desregulamentação dos mercados e dos ativos financeiros.

As reformas neoliberais chegaram na América Latina através do Consenso de Washington. Em 1989, o *Institute for International Economics*, dos EUA, realizou uma conferência, da qual economistas de oito países latino-americanos participaram (Argentina, Brasil, México, Chile, Colômbia, Peru, Bolívia e Venezuela), com o objetivo de encontrar medidas de ajustamento para superação da crise na América Latina. Na conferência, o economista norte-americano John Williamson apresentou um documento com dez propostas de reformas econômicas, sobre as quais havia concordância entre os membros do Congresso, os tecnocratas das instituições financeiras internacionais e as agências econômicas estadunidense, Fundo Monetário Internacional e *Federal Reserve Board*. O “decálogo” do Consenso, visando à estabilidade monetária e ao pleno restabelecimento das leis de mercado tinha fundamentos em:

1. Disciplina fiscal; 2. Mudanças das prioridades no gasto público; 3. Reforma tributária; 4. Taxas de juros positivas; 5. Taxas de câmbio de acordo com as leis do mercado; 6. Liberalização do comércio; 7. Fim das restrições aos investimentos estrangeiros; 8. Privatização das empresas estatais; 9. Desregulamentação das atividades econômicas; 10. Garantia dos direitos de propriedade. (BANDEIRA, L. p. 441)

Conforme Bandeira (2014), o Consenso de Washington poderia ser resumido na proposta de que o Estado abandonasse a economia, tanto como investidor como regulador das transações domésticas e internacionais, com a intenção de que toda a América Latina se rendesse às forças do mercado. Harvey (2014, p. 76) sintetiza a lógica dos que defendem a reforma neoliberal:

Os neoliberais são particularmente ativos na promoção da privatização de ativos. A ausência de claros direitos de propriedade - como sucede em muitos países em desenvolvimento - é julgada uma das maiores barreiras institucionais ao desenvolvimento econômico e à melhoria do bem-estar humano. O reconhecimento e a atribuição de direitos de propriedade são tidos como a melhor maneira de proteger as pessoas da chamada "tragédia dos bens comuns". A tendência de superexploração por alguns indivíduos de bens comuns a todos como a terra e a água. Setores antes geridos ou regulados pelo Estado têm de ser passados à iniciativa privada e desregulados (libertos de todo tipo de interferências). A competição - entre indivíduos, entre empresas, entre entidades territoriais (cidades, regiões, países, grupos regionais) - é considerada a virtude primordial. Naturalmente, as regras de base da competição no mercado têm de ser adequadamente observadas. Em situações nas quais essas regras não estejam claramente estabelecidas, ou em que haja dificuldades para definir os direitos de propriedade, o Estado tem de usar seu poder para impor ou inventar sistemas de mercado (como a negociação de direitos de poluição). Afirma-se que a privatização e a desregulação combinadas com a competição eliminam os entraves burocráticos, aumentam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade e reduzem os custos - tanto os custos diretos ao consumidor (graças a mercadorias e serviços mais baratos) como, indiretamente, mediante a redução da carga de impostos. O Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas e novos arranjos institucionais que melhorem sua posição competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global.

Pela lógica do Consenso de Washington, o futuro promissor da América Latina estava na combinação de políticas de liberalização e estabilização que impulsionariam o crescimento econômico.

1.2 Centro e Periferia

A partir de 1945, as novas tendências da globalização enfraqueceram o processo de transferência do crescimento das economias desenvolvidas em direção ao resto do mundo. No âmbito da economia mundial do pré-guerra, e, principalmente, durante o período de hegemonia britânica, o aumento da produção, da renda e da demanda dos países avançados era transferida para os países subdesenvolvidos. Essa transferência se dava através do crescimento das importações de alimentos e de matérias-primas e, também, por meio dos investimentos para desenvolver a capacidade produtiva do Setor Primário e as atividades ligadas a este setor.

As estruturas internas dos países subdesenvolvidos se reproduziram em um modelo de inserção internacional subordinado e assimétrico, que Raul Prebisch (1981, tradução nossa, p. 163)³ nomeou de relação centro-periferia:

³ *La dinámica de los centros, si bien tiene considerable influencia en el desarrollo periférico, es de alcance limitado, debido a la índole centrípeta del capitalismo. En efecto, esa dinámica sólo impulsa al desarrollo periférico en la medida que atañe al interés de los grupos dominantes de los centros. La índole centrípeta del capitalismo se manifiesta persistentemente en las relaciones entre los centros y la periferia. En los primeros se origina el progreso técnico y tiende a concentrarse en ellos el fruto de la creciente productividad que trae consigo. A favor de la demanda creciente que acompaña al incremento de productividad se concentra también allí la industrialización, aguijada por incansables innovaciones tecnológicas que diversifican más y más la producción*

A dinâmica dos centros, embora tenha uma influência considerável no desenvolvimento periférico, é limitada em seu alcance, devido à natureza centrípeta do capitalismo. Com efeito, essa dinâmica só impulsiona o desenvolvimento periférico na medida em que diz respeito aos interesses dos grupos dominantes nos centros. A natureza centrípeta do capitalismo se manifesta persistentemente nas relações entre os centros e a periferia. O progresso técnico origina-se dos primeiros e o fruto do aumento da produtividade que traz consigo tende a concentrar-se neles. A favor da crescente demanda que acompanha o aumento da produtividade, também se concentra a industrialização, impulsionada por incessantes inovações tecnológicas que diversificam cada vez mais a produção de bens e serviços. Assim, no curso espontâneo do desenvolvimento, a periferia tende a se manter à margem desse processo de industrialização na evolução histórica do capitalismo. Mais do que um desenho de exclusão, esse fenômeno é consequência da interação das leis de mercado em nível internacional.

Para Prebisch, os recursos casuais da dinâmica centro-periferia se apresentavam no desenvolvimento histórico e, de modo mais específico, nas relações sociais produtivas na América Latina com o resto do mundo. Os interesses das classes sociais dominantes, tanto no centro como na periferia, estabelecem a caracterização da periferia como fornecedora de produtos primários e consumidora de bens manufaturados, que compreende a dinâmica de relações sociais produtivas formada historicamente. Assim descreve Cano (2000, p. 32):

Para atingir plenamente seus objetivos, os países centrais impuseram aos países devedores as chamadas políticas neoliberais, transplantando para a periferia um conjunto de mudanças institucionais, produtivas, comerciais e financeiras, como as que já haviam implantado em seus próprios países, e que consistiam, resumidamente, em diminuição do papel do Estado, privatizações, desregulamentações e abertura comercial. O discurso ideológico utilizado para isso foi o de que chegara a hora da periferia modernizar-se, igualando-se ao primeiro mundo. Para isso, necessitava daquele conjunto de reformulações das quais a peça-chave seria expor à concorrência internacional o aparelho produtivo nacional, para que ele ganhasse maior eficiência, produtividade e competitividade. Explicavam ser isso uma tarefa inevitável, necessária e inadiável diante da globalização dos mercados internacionais. Ou seja, imperialismo voltava a atuar de forma mais dura, travestido de nova “modernidade”.

A ordem da globalização, no comércio, nas finanças e no progresso tecnológico, continuou sendo determinada pelos países centrais, já perante o paradigma neoliberal. O centro passou a impor aos países subdesenvolvidos da periferia parâmetros que beneficiavam os interesses dominantes e que eram incompatíveis com o desenvolvimento das economias atrasadas da periferia. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial foram as principais instituições de propagação do pensamento hegemônico dos países centrais à periferia. Além dessas, o GATT e depois a OMC promoveram a liberalização do comércio, no

de bienes y servicios. Así pues, en el curso espontáneo del desarrollo la periferia tiende a quedar al margen de ese proceso de industrialización en la evolución histórica del capitalismo. Más que a un designio de exclusión, este fenómeno es la consecuencia del juego de las leyes del mercado en el plano internacional.

qual predomina a vantagem tecnológica dos países centrais, como também regulamentos com o mesmo objetivo, por exemplo, o tratamento do investimento estrangeiro da propriedade intelectual (FERRER, 2004).

As consequências desta nova tendência da globalização são especificadas por Cano (2000, p. 40):

Essa reestruturação na periferia compreende não só as modificações em suas plantas preexistentes, como também a compra de ativos nacionais (públicos ou privados), aumentando a desnacionalização ou fechamento de várias plantas. Por outro lado, a reestruturação por elas feita traz problemas sérios para nossos países: obsolescência forçada de equipamentos, desemprego de trabalho qualificado ou não, precarização de contratos de trabalho, grande substituição de insumos nacionais por importados, enorme redução do número de pequenos e médios fornecedores e prestadores de serviços, fazendo desaparecer grande número deles. Em resumo, a reestruturação atende, exclusivamente, aos interesses dessas empresas. Não há, assim, nem sombra de se vislumbrar uma tora de crescimento para o país.

Portanto, o principal objetivo das grandes potências centrais em relação aos países periféricos é garantir que o desenvolvimento político e econômico destes não afete seus interesses locais, regionais e mundiais. Para implementar seus objetivos, o centro procura restringir a capacidade da periferia de desenvolver estratégias para superar o subdesenvolvimento e a dependência (BANDEIRA, 2014).

1.3 Neoliberalismo e Política Econômica

De acordo com Harvey (2014), a principal característica do Estado neoliberal é o forte favorecimento dos direitos individuais à propriedade privada, ao regime de Direito e às instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio.

O alicerce legal para garantir as liberdades individuais são as obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no domínio do mercado. Sendo assim, o Estado tem a obrigação de usar o seu alcance para preservar a todo custo essas liberdades. A teoria neoliberal considera um bem fundamental a liberdade de negócios e as corporações de operar neste âmbito institucional de livres mercados e livre comércio.

No Estado neoliberal, a empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas como a principal característica da inovação e da criação de riqueza. Há proteção dos direitos de propriedade intelectual com o objetivo de estimular as mudanças tecnológicas. Dessa forma, o crescimento da produtividade deve possibilitar padrões de vida mais elevados. A teoria neoliberal defende que a erradicação da pobreza pode ser sustentada por meio do livre mercado,

sob a hipótese de que “uma maré montante faz subir todos os barcos” ou sob o “efeito multiplicador”.

A concepção de Harvey (2014, p. 86) sobre a destruição do Estado do Bem-Estar Social é a de que:

Nesse contexto de redução de recursos pessoais advinda do mercado de trabalho que a determinação neoliberal de devolver toda responsabilidade por seu bem-estar ao indivíduo tem efeitos duplamente deletérios. À medida que reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e reduz o seu papel em áreas como a assistência à saúde, o ensino público e a assistência social, que um dia foram tão fundamentais para o liberalismo embutido, o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostos ao empobrecimento. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral se atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência a vítima é quem leva a culpa.

Uma das consequências da destruição do Estado do Bem-Estar Social foi a redução da atividade econômica, principalmente nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, e o aumento do desemprego e da desigualdade na distribuição de renda.

Estados desenvolvimentistas, como o de Singapura e outros vários países asiáticos, apoiavam-se no setor público e no planejamento estatal para promover a acumulação do capital e o crescimento econômico. Na prática, a neoliberalização do Estado tomou também o seu papel de indutor do desenvolvimento.

Segundo Harvey (2014), os Estados desenvolvimentistas concordavam com a neoliberalização na medida em que consentiam as regras do livre mercado e favoreciam a competição entre empresas, corporações e entidades territoriais. Entretanto, são eficientes na intervenção da criação de infraestruturas essenciais ao livre mercado.

Assim, a neoliberalização possibilita a melhora da posição dos Estados na competição internacional diante da criação de novas estruturas. Entretanto, ao mesmo tempo que as reformas neoliberais geram circunstâncias para a formação de classes, esse poder de classe aumenta também fazendo crescer a tendência de buscar a independência do poder de Estado e reorientá-lo em termos neoliberais (HARVEY, 2014).

1.3.1 Inserção na divisão internacional do trabalho

Depois da Segunda Guerra Mundial, aconteceram mudanças significativas em relação ao comércio internacional. De acordo com Ferrer (2004), entre a década de 1870 e o período pré-guerra, a composição do comércio apresentou uma importante estabilidade na participação

relativa de produtos primários e de manufaturas. Isso colaborou para a incorporação dos países da periferia ao comércio mundial e o crescimento do comércio de produtos primários entre os países industrializados⁴.

Em contrapartida, o crescimento dos países da periferia formou uma demanda dinâmica de importações, especialmente em maquinaria, equipamentos e outras manufaturas que se expandiram em um progresso mais acelerado do que o das exportações de produtos primários. Diante disso, a periferia enfrentou um desequilíbrio externo crônico, resultando em um problema de “falta de divisas”, que inclui países que possuem capacidade de poupança suficiente para assegurar taxas de crescimento satisfatórias. No caso da Argentina, o estrangulamento externo se transformou em problema para a formação de capital.

Esse processo se reproduziu em uma divisão internacional do trabalho na qual predominava, de um lado, o comércio entre países produtores e exportadores de produtos primários e importadores de manufaturas, e, por outro lado, os países importadores de produtos primários e exportadores de manufaturas. Ou seja, os países centrais eram exportadores de capital em direção aos países periféricos que, para retribuir por esses capitais, pagavam lucros e juros que voltavam a ser reinvestidos nas economias dos países centrais ou serviam para financiar exportações aos países credores (centrais).

O processo de divisão internacional do trabalho gerou intensas transformações estruturais e influenciou no desenvolvimento das economias. Nos países industriais, a integração da economia mundial estimulou a mudança e a diversificação de suas estruturas econômicas e o aumento do ritmo de desenvolvimento. A importação de produtos primários a preços mais baixos do que os dos bens produzidos internamente resultou na redução da sua importância dentro de suas economias e acelerou a transferência de mão de obra para atividades industriais e de serviços, com produtividade superior às primárias.

1.4 Algumas Considerações

Em uma perspectiva cronológica, Puello-Socarrás (2015) define o Neoliberalismo como uma fase superior do capitalismo. No entanto, é também o período em que se verifica

⁴ A exportação de produtos primários dos países da periferia representava mais de 90% do total. Entre 1913 e 1937, a participação dos países periféricos no comércio de produtos primários em âmbito global foi de 36% para 50%. O 50% restante do comércio de produtos primários se distribuiu, aproximadamente, em 15% oriundos dos EUA e Canadá e 35% da Europa (FERRER, 2004).

quantitativa e qualitativamente o agravamento das lógicas e das contradições inerentes à acumulação de capital.

O processo de globalização em todo o mundo revelou os níveis de exploração econômica, dominação política, opressão social e alienação ideológica, ilustrando as dimensões do Neoliberalismo como fase superior do capitalismo.

Desde a década de 1970 até os dias de hoje, o Neoliberalismo é, por excelência, a estratégia ofensiva e contrarrevolucionária do Capital (contra o Trabalho). Portanto, o Neoliberalismo deve ser concebido igualmente como uma reação (também: “saída” e “solução” para as elites econômicas e políticas mundiais) com o objetivo de enfrentar a crise estrutural e global do capitalismo tardio. (PUELLO-SOCARRÁS, p. 22, 2015).

Esse autor defende que o Neoliberalismo é, em primeiro lugar, um projeto político transnacional da classe capitalista. Sua manifestação concreta foi refletida mais precisamente no nível de uma estratégia de acumulação específica, baseada na ideia de que a produção e a reprodução das relações sociais no capitalismo contemporâneo devem se submeter ao poder e à competição livre das forças de mercado. Contudo, Dardot e Laval (2016, p. 20) sobressaltam que:

Convém não confundir estratégia geral com métodos particulares. Estes dependem das circunstâncias locais, das relações de forças e das fases históricas: podem tanto empregar a brutalidade do *putsch* militar como a sedução eleitoreira das classes médias; podem usar e abusar da chantagem de emprego e do crescimento e aproveitar déficits e as dívidas como pretexto para as “reformas estruturais”, como fazem há muito tempo o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a União Europeia. O questionamento da democracia toma caminhos diversos, que nem sempre têm a ver com a “terapia de choque”, mas, sim, e sobretudo, com o que Wendy Brown chamou, com justiça, de processo de “desdemocratização”, que consiste em esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente.

Duménil e Lévy (2004, p. 2, tradução nossa)⁵ sustentam que “em última análise, o neoliberalismo é, de fato, o portador de um processo de mercantilização e generalização das relações sociais.” Segundo Dardot e Laval (2016), Harvey concorda com esse argumento quando denomina “acumulação por despossessão”, um significado mais profundo de “neoliberalização” da sociedade, que tem como reflexo a ampliação ilimitada da mercantilização. Na opinião desses autores, uma das relevâncias da análise de Harvey é quando ele destaca que os métodos da “suposta acumulação original” permanecem além do surgimento do capitalismo industrial e quando considera que é preciso compreender como, ainda hoje, a intervenção pública é necessária para construir mercados e criar “mercadorias fictícias”. Apesar

⁵“Finally, neoliberalism is indeed the bearer of a process of general commercialization of social relationships”.

de que “o verdadeiro motor da história continua a ser o poder do capital, que subordina o Estado e a sociedade, colocando-os a serviço de sua acumulação cega” (DARDOT; LAVA, 2016, p. 23).

Alguns métodos particulares do Neoliberalismo se materializaram em diversos programas de políticas econômicas (mas não exclusivamente), conforme foi evidenciado pelo Consenso de Washington através de uma agenda de estruturação econômica para os países periféricos.

A agenda neoliberal imposta pelo Consenso abrangia, de acordo com as necessidades de liquidez e emprego dos países centrais: (a) a renegociação das dívidas adquiridas pela periferia nas décadas de 1950, 1960 e 1970, de forma que favorecessem o centro credor, proporcionando também a continuidade do endividamento; (b) o combate à inflação por meio da contenção da demanda interna, o que diminuiria o risco dos investimentos feitos nos países periféricos; (c) reformas liberais, com abertura de mercado de bens, serviços e capitais e deterioração das relações trabalhistas, favorável aos ganhos do capital; (d) a privatização de bens, de ativos e de serviços públicos, de preferência às empresas transnacionais, estimulando o “Estado Mínimo” (ROMERO, 2001).

Por volta da década de 1970, a Argentina vivenciava altas taxas de inflação resultante do financiamento monetário do deficit público. O golpe de Estado em 1976 e a violência geraram colapso da densidade nacional. Neste contexto, produziram-se grandes deficits orçamentários e do Balanço de Pagamentos, além disso, o mercado financeiro argentino ficou totalmente integrado ao mercado internacional; e a dívida externa se multiplicou, alcançando, posteriormente, o calote (FERRER, 2004).

No âmbito da divisão internacional de trabalho, as exportações argentinas foram novamente primarizadas, o que influenciou no aumento da importação de bens industrializados. Os desequilíbrios acumulados resultaram em um crescimento inflacionário, uma forte redução da produção e o aumento intensificado de uma dívida impagável, que, desde então, enfraquecem a gestão da política econômica (ROMERO, 2001).

A política econômica da Argentina, na década de 1980, foi principalmente direcionada a controlar as consequências da crise cambial e da inflação elevada. A primeira tentativa de estabilização de preços foi o Plano Austral, em 1985. Apesar de um sucesso inicial, o Plano entrou em colapso progressivamente, pressionado pela restrição do crédito internacional que, por recomendação do FMI, exigia a intensificação do arrocho fiscal, que já vinha sendo executado desde 1976. Em 1988, foi apresentado o Plano Primavera, com eficiência diminuída.

O ambiente econômico argentino se caracterizava com planos de estabilização fracassados e promessas governamentais não cumpridas, gerando uma perda de credibilidade do governo e da política econômica, que se mostrava inconsistente. O desequilíbrio fiscal era pautado e crescente. Por causa dos juros altos, o risco do financiamento ao governo aumentava, e a demanda por títulos públicos diminuía. A consequência desse cenário foi uma fuga de capitais perseverante, por vários anos, produzindo uma alta demanda de dólares pelos agentes econômicos. A dolarização da economia aumentou a velocidade-renda da moeda e fortaleceu o processo inflacionário, o que resultou na hiperinflação de 1989, na Argentina. O FMI condicionou sua ajuda à economia argentina em troca da adesão a uma agenda de “ajuste e reforma”, que previa a privatização de várias empresas públicas, a abertura ilimitada do comércio exterior do país, a diminuição da ação do Estado na economia doméstica e o abandono das redes de proteção social, legal e previdenciária do Estado aos trabalhadores. O governo argentino, principalmente depois da restauração da democracia em 1983, aceitou às exigências das instituições financeiras internacionais, até a submissão total no início de 1989.

Nesse contexto, a crise econômica institucional e social geraria o resultado de um total de deliberações realizadas pelo governo argentino, a partir de uma relação desigual de potências em que as decisões de órgãos derivados da divisão internacional do trabalho, como o FMI e o Banco Mundial, tiveram função dominante no estímulo e na manutenção de condições favoráveis aos países beneficiários da crise. Vale dizer que o grupo de países beneficiários pela ordem econômica estabelecida no final da década de 1980 prescreveram aos países latino-americanos o conjunto de políticas promovidos pelo Consenso de Washington.

Desse modo, o estudo da política econômica elaborado na Argentina desde a eleição de Menem como presidente da república, em 1989, até a renúncia de De La Rúa, durante uma crise institucional, em 2001, representa um estudo de caso de um país que adotou dedicadamente a instrução do FMI e do Banco Mundial, com o objetivo hipotético e declarado de conseguir um novo estágio de desenvolvimento econômico.

2 ANTECEDENTES: 1945 - 1989

Com propósito expositivo, dividiu-se, neste capítulo, o período anterior à década de 1990 em duas partes, a saber: uma primeira de 1945 a 1983, marcada pelo embate direto entre o projeto industrialista peronista e o primarista-liberal; e um segundo, entre 1983 e 1989, de submissão progressiva à agenda neoliberal, que domesticamente foi chamada de "Ajuste e Reforma". Os eventos presentes nesse primeiro período podem ser chamados de antecedentes remotos, sendo o período posterior referente aos antecedentes mais imediatos da década neoliberal na Argentina.

2.1 Antecedentes Remotos (1945-1983)

Segundo Ferrer (2004), a economia argentina, após 1929, é um caso incomum de regressão econômica insistente. Esse processo se intensificou a partir da década de 1970, quando o país sofreu uma sucessão de golpes de Estado que culminaram em uma ditadura militar. Apesar de ter sido o maior trunfo nacional do final do século XIX e começo do século XX, o modelo agroexportador argentino entrou em colapso no período entre as grandes guerras mundiais e principalmente depois da crise de 1929, com a queda do preço dos produtos primários, que compunham a pauta de exportações do país.

Assim, o auge da economia primário-exportadora do país terminou em meados de 1930. Ferrer (2004) destaca que dois fatores internos e a mudança radical no âmbito externo convergiram nessa época. O primeiro fator foi o fim da ocupação de novas terras dentro da fronteira dos pampas, diminuindo a produção rural. Apesar do desenvolvimento técnico ter acompanhado o alargamento da terra explorada, sem a exploração de novas terras não seria possível continuar com o crescimento da produção agropecuária e das exportações. O rendimento por hectare passou a ser responsável pelo aumento da produção, ou seja, passou a depender das mudanças tecnológicas e da mecanização da exploração rural. O segundo fator interno foi a expansão da atividade produtiva através do desenvolvimento industrial, a partir da dimensão e da complexidade da economia argentina, em relação à população, à renda *per capita* e à diversificação estrutural. Simultaneamente, no plano externo, a influência da economia internacional no crescimento econômico do país mudou de forma radical, com o enfraquecimento do dinamismo na demanda de produtos agropecuários.

Já para Vernengo (2017), as condições internas não foram preponderantes para o colapso do modelo agroexportador na Argentina e na mudança na estratégia de

desenvolvimento do país. O autor declara que, assim como nos demais países periféricos, a principal consequência do colapso foi a ruptura do sistema no centro, particularmente a perda da hegemonia do Reino Unido para os Estados Unidos e a desorganização da divisão internacional do trabalho e do padrão-ouro.

O período pós-guerra do padrão argentino de desenvolvimento é marcado pela industrialização liderada pelo Estado, pelo aumento da importância do mercado interno, vinculado a uma melhoria na distribuição de renda, pela expansão do consumo através do aumento dos salários, além do nacionalismo econômico. A nova etapa de desenvolvimento estabelecia entre o desenvolvimento da produção agropecuária e a indústria manufatureira uma relação de interdependência, pois, apesar de liderar o crescimento econômico, a indústria continuava dependendo da expansão agropecuária. Contudo, as transformações na estrutura produtiva e as representações sociais atuantes causaram grandes tensões entre os dois setores, principalmente em relação à formação dos preços relativos e à distribuição de renda que prejudicariam a distribuição racional dos fatores produtivos (FERRER, 2004). É importante destacar que essa transformação na estrutura produtiva foi guiada por uma expressiva mudança na utilização da mão de obra, que foi tirada da agricultura, porém não foi inserida totalmente na indústria, mas sim nos serviços do setor público, de baixa produtividade. Assim, o limite da estratégia de industrialização esbarrava na estrutura do mercado de trabalho (VERNENGO, 2017).

Na análise de Cano (2000), o processo de industrialização dos países latino-americanos dependeu profundamente da intervenção do Estado, que centralizou o investimento em setores de baixa produtividade associados à exportação. Essa medida influenciou a limitação do processo de substituição de importações, revelando, no final da década de 1950, um dos sintomas dos desequilíbrios estruturais produzidos pela origem dessas políticas: a inflação permanente, que repercutiria na Argentina no início da década de 1960, causando estagnação do crescimento econômico.

Durante as décadas de 1930 e de 1960, a Argentina foi um dos alvos preferidos das pressões norte-americanas na América Latina, tanto pela posição geográfica do país, sendo passagem estratégica para o Pacífico, como por ter o maior PIB da região e o maior mercado de importações; também pela influência política, econômica e cultural que tinha perante alguns dos seus países vizinhos e pela antiga relação econômica com a Inglaterra (CANO, 2000).

Outro destaque é para a oscilação nos modelos de desenvolvimento econômico: ora atendendo aos estudos cepalinos, principalmente na figura de Raúl Prebisch, ora atendendo aos

interesses da elite aristocrata rural, a quem pouco interessava o viés industrializante do Desenvolvimentismo (ROMERO, 2001).

Ferrer (2004) classifica o período entre 1930 e 1976 de industrialização inconclusa, um período de inflação crônica que, embora tenham existido planos que buscassem conter esse avanço da inflação, houve evolução de forma galopante em alguns períodos. A periodização de Schvarzer (1996) é subdividida em três subperíodos principais do crescimento liderado pelo Estado: O governo de Perón, de 1946 a 1955, o qual apresentou os limites do modelo sustentado na redistribuição e no alargamento da demanda doméstica, concluindo com uma crise do Balanço de Pagamentos, baseado nas vantagens comparativas da Teoria Clássica, relacionada ao setor agropecuário; de 1956 a 1965, o segundo subperíodo, com intensa instabilidade e apostas no capital internacional. Por último, o período de 1966 a 1976, caracterizado pelo esforço declarado ao capital nacional, que cresceu a altas taxas, apesar de ter sofrido algumas crises de Balanço de Pagamentos e grandes reduções de reservas em 1969, 1971 e 1975, pedindo ajuda ao Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1972, 1975 e 1976.

O caso argentino é profundamente marcado pela instabilidade política e econômica. Durante o período de 1929-1976 houve grande instabilidade política e governos interrompidos na Argentina. Nesses quarenta e sete anos, a Argentina teve dezenove governos, oito deles foram por meio não eleitoral; quatro foram depostos ou “substituídos” e os outros quatro completaram seus mandatos, apesar da curta duração; e dos onze eleitos apenas dois concluíram seus mandatos e os outros nove tiveram mandatos breves, seja por morte, renúncia ou deposição (CANO, 2000).

Outro ponto em questão é a presença de golpes de Estado na Argentina. No século XX, identificam-se no mínimo seis golpes de Estado⁶. São seis rupturas no modo de governo, sendo os principais fomentados pela elite agroexportadora. O descontentamento dessa elite com as políticas desenvolvimentistas encontra precedentes em 1810. Desde a independência, o país apostou na extração de minérios e na agropecuária como forma de lograr um crescimento econômico. A crise de 1929 interrompeu o avanço desse setor agrário-exportador. Com isso, estabeleceu-se um movimento em prol do modelo de substituição de importações, mesma característica presente em diversos países da América Latina (FERRER, 2004).

No âmbito político, a historiografia argentina apresenta seis fases do desenvolvimento do país na segunda metade do século XX: 1943-1946 e 1946-1955, que compreendem a ascensão do Peronismo; 1955-1973 e 1973-1976, que caracterizam a concorrência política entre

⁶ 1930, 1943, 1955, 1962, 1966 e 1976.

peronistas e radicais, entre oscilações institucionais, período classificado por Romero (2001) como “o empate”; 1976-1982, marcado pelo golpe militar que patrocinou o desmonte da estrutura industrial e, por fim, o período de 1983-1989, que marca a redemocratização do país.

A ascensão de Juan Domingo Perón à chefia do Departamento de Trabalho, tomando parte do golpe do governo do general Farrell em 1943, apresentava um novo problema para os EUA. À frente do Departamento, Perón consolidou sua base trabalhista e sindical e, posteriormente, o Partido Justicialista, além de assumir a vice-presidência e a chefia do Ministério de Guerra, declarando-se em 1945 como candidato para as eleições presidenciais, e eleito no ano seguinte (CANO, 2000).

O primeiro governo peronista (1946-1948) aumentou a intervenção do Estado na economia, melhorou os direitos trabalhistas e os salários, aumentou o investimento e o gasto público e expandiu a industrialização através do processo de substituição de importações. Foi um período de boas colheitas, com elevação das taxas de crescimento, salário, emprego e, especialmente, no avanço e na diversificação da produção industrial. Entretanto, segundo Cano (2000), à custa do bom resultado, Perón deu em troca as rendas do setor agrário exportador, controlando seus preços e transferindo câmbio barato para as importações de insumos, de combustíveis e de bens de capital para a indústria.

O governo Perón foi caracterizado por discursos nacionalistas, apesar de não terem sido praticados na mesma medida. Estabeleceu uma agenda do Estado de caráter keynesiano e de viés industrializante. O fato que configura esse período são as medidas populistas, fazendo com que se consolidasse uma ideologia nacional desenvolvimentista. Tais políticas levaram à reeleição de Perón em 1952, que deu continuidade às políticas de substituição de importações e de investimento na indústria, de nacionalização de empresas estrangeiras, como as de telefonia e de ferroviária, e de criação de empresas públicas nos setores bélico, aviação e navegação (FLORIA e BELSUNCE, 2004).

Conforme Ferrer (2004), Perón conduziu de maneira intensiva a fase do processo de substituição de importações no âmbito de uma redistribuição de rendimentos em favor dos setores populares. Durante o triênio, 1946-1948, o governo adotou uma política fortemente expansiva, a oferta monetária se elevou em 250%, o gasto público aumentou de 16% para 29% do PIB, ao mesmo tempo, o governo desempenhou uma política de nacionalização de serviços públicos e repartição da dívida pública (FERRER, 2004).

As políticas econômicas peronistas, tais como as transformações na estrutura produtiva, o aumento do emprego nos serviços e na indústria, a urbanização e as migrações internas, e principalmente as políticas sociais colaboraram para a integração do cenário social e para

constituir maior igualdade na distribuição de renda. Contudo, Ferrer (2004, p. 227, tradução nossa)⁷ esclarece que:

Apesar de contar com a legitimidade concedida pelo apoio popular, o governo violou normas elementares de coexistência democrática e restabeleceu, por outros meios e para outros fins, as práticas autoritárias do regime oligárquico. Isso abriu uma nova e profunda fratura na densidade nacional: a antinomia Peronismo-anti-Peronismo.

Ao mesmo tempo em que houve a fase expansionista das políticas peronistas através do crescimento da demanda efetiva, o processo de substituição de importações se esgotou⁸. Além disso, conforme Cano (2000), a Argentina possuía débitos com os EUA, contraídos de financiamento bancário de curto prazo que foram se transformando em um estrangulamento externo e em um motivo de grande cobrança por parte do governo americano.

A partir de 1949, com o crescimento reduzido, dado o estrangulamento externo e a inflação, houve o agravamento nas relações de trocas, o que piorou a situação das exportações, reduzindo seu poder de compra. A crise econômica continuou até 1952, instando Perón a mudar a orientação básica de sua política econômica, passando a incentivar de novo o setor agroexportador, liberando preços e impondo políticas de estabilização que contiveram salários e gastos públicos, aumentando a repressão política, o que resultou em uma nova frente de contestação, porém, dessa vez, da parte da própria base de sustentação política peronista. Para González e Nahón (2005, p. 13, tradução nossa)⁹:

Os pecados de Peron não terminariam aí. Ele também seria responsável pela introdução de retenções distorcidas nas exportações que desencorajavam o comércio exterior. No entanto, as retenções de exportação não são [...] uma descoberta peronista adaptada ao clientelismo e às necessidades políticas da hora. É, em vez disso, um instrumento de política econômica apropriado em um país que exporta principalmente bens primários (*commodities*), graças às suas extraordinárias condições naturais.

⁷ *A pesar de contar con la legitimidad que le otorgaba el apoyo popular, el gobierno violó normas elementales de la convivencia democrática y restableció, por otras vías y para otros fines, las prácticas autoritarias del régimen oligárquico. Esto abrió una nueva e profunda fractura en la densidad nacional: la antinomia Peronismo-anti-peronismo.*

⁸ De acordo com Ferrer (2004), em 1949, tanto as exportações quanto as importações diminuíram em um terço. À medida que a redução das importações diminuía a disponibilidade de bens, o aumento da produção interna deparou-se com o estrangulamento da capacidade produtiva resultante de um longo período de baixa capitalização. Além disso, a seca de 1951-52 causou uma queda drástica na produção agropecuária e nas exportações.

⁹ *No acabarían allí los pecados de Perón. También le cabría la responsabilidad por la introducción de distorsivas retenciones a las exportaciones que desalentaron el comercio exterior. No obstante, las retenciones a las exportaciones no son, como se insinúa en el texto, un descubrimiento peronista a la medida del clientelismo y las necesidades políticas de la hora. Se trata, en cambio, de un instrumento de política económica adecuado en un país que exporta mayormente bienes primarios (*commodities*) gracias a sus extraordinarias condiciones naturales.*

Ferrer (2004) esclarece que, a partir do final da década de 1940, a elevação do emprego na indústria e nos serviços, o processo de urbanização e o fortalecimento da organização e a eficiência negociadora dos sindicatos, conseguiram resultados favoráveis em relação a uma crescente igualdade de distribuição de renda. Entretanto, para compensar uma distribuição de renda mais igualitária, no longo prazo, os setores que aumentaram sua parcela relativa na estrutura produtiva, como a indústria e os serviços, influenciaram a concentração da propriedade e do capital e o aumento da atividade empresarial nas unidades produtivas de maior escala. Por exemplo, a indústria manufatureira expandiu-se com as indústrias dinâmicas, em que se concentram as grandes empresas. Por outro lado, no curto prazo, em períodos de depressão econômica, com o aumento do desemprego e com fases de aceleração da taxa de inflação, a distribuição de renda teve aspecto restritivo, diminuindo as rendas reais dos grupos de menores rendimentos. As políticas restritivas que favoreceram a agropecuária, a partir de 1952, também influenciaram na distribuição de renda, porém de forma prejudicial aos grupos assalariados de baixa renda. Apesar disso, a organização sindical do movimento operário teve maior força de resistência aos efeitos negativos desse processo, em comparação com os grupos sem organização significativa, como os trabalhadores autônomos, aposentados e pequenos empresários.

Nesse começo de crise, a partir de 1950-1951, Rapoport e Spieguel (1994) observam que houve uma transformação na direção política e econômica do governo Perón, reduzindo a orientação nacionalista e tentando uma reaproximação com os EUA.

A crise política se intensificou com sua base política e com os militares, especialmente os nacionalistas, no decorrer das negociações com os americanos, tendo como parcela fundamental do acordo um contrato de exploração petrolífera, que Perón assinou e enviou para o Congresso, para ratificação em maio de 1955.

Para Cano (2000), Perón tinha plena consciência que para continuar ele demandava total apoio político, mas com esses acordos, isso seria difícil de conseguir junto aos setores mais tradicionais e o capital estrangeiro.

Apesar de a Argentina ter vivenciado uma das maiores experiências de distribuição de renda em sua história, é possível afirmar que a maior até então, a figura do antiperonismo representava os herdeiros do regime conservador passado, porém também caracterizava os amplos setores médios e populares que até concordavam com as posições sociais e nacionalistas do governo, mas não concordavam com a essência autoritária do regime (FERRER, 2004).

Além do desagrado dos opositores do governo peronista - a elite aristocrata rural primário-exportadora -, o setor financeiro, o capital externo e parte das Forças Armadas, Perón

se indispôs também com a Igreja. Ele não admitia o objetivo dos cristãos de constituir um movimento de opinião pública composto por fiéis e estudantes, à margem da intervenção governamental. Seria esse o pretexto para a Força Aérea tentar um golpe em junho de 1955, que, apesar de não ter obtido sucesso, acelerou a crise política. O golpe se consumaria em setembro do mesmo ano. Segundo Romero (2001, pg. 133, tradução nossa)¹⁰:

O episódio rapidamente revelou a complexidade da herança do Peronismo. A fórmula com a qual esse movimento havia sido constituído - autoritário, nacionalista e popular, nascido nas condições excepcionais de guerra e imediatamente após o pós-guerra - já havia atravessado uma crise em 1950, quando o mundo começou a se normalizar, e o próprio Perón iniciou em 1952 uma reorientação substancial de suas políticas para se adaptar às novas circunstâncias. As características de seu movimento, as forças sociais que o apoiavam e que ele próprio havia se movido e constituído impediram-no de enfrentar o novo rumo decididamente.

Com a queda de Perón, o general Aramburu comandou o governo provisório até 1958, assumindo o plano de desmonte do Peronismo. Começando pela introdução do Liberalismo econômico, fez a Argentina adotar a cláusula anticomunista exigida pela OEA e participar de círculos financeiros e econômicos internacionais, como o Bird, FMI, bem como a adesão à União Europeia de Pagamentos, formalizada no Clube de Paris como país associado. Entretanto, a adoção de medidas liberais, como aponta Cano (2000), levou a uma crise de Balanço de Pagamentos seguida de uma alta inflação. Além disso, houve o desmantelamento das políticas de distribuição de renda e da relação do poder público com os grupos sociais nascidos durante o Peronismo. O período entre o golpe militar de 1955 e a eleição de Arturo Frondizi, em 1958, é marcado por uma rápida experiência macroeconômica de cunho mais ortodoxo, apesar dos princípios da intervenção jamais terem sido desprezados.

O cenário econômico e a condenação do Peronismo provocaram certa agitação política, o episódio das eleições presidenciais representava a disputa entre as concepções alternativas do desenvolvimento do país e sua organização política. O radicalismo foi dividido, o lado mais forte representava a proposta da questão nacional e social e, finalmente, tinha o apoio dos peronistas. Frondizi, representante da ala à esquerda da União Cívica Radical, recebeu uma parte importante dos votos peronistas, defendendo um desenvolvimentismo fundamentado na

¹⁰ *El episodio puso rapidamente de manifiesto la complejidad de la herencia del Peronismo. La fórmula con la que se había constituído aquel movimiento –autoritário, nacionalista y popular, nacido em las excepcionales condiciones de la guerra y la inmediata posguerra– ya había hecho crisis hacia 1950, cuando el mundo empezó a normalizarse, y Perón mismo inició em 1952 una reorientación sustancial de sus políticas para adecuarse a las nuevas circunstancias. Las características de su movimiento, las fuerzas sociales que lo apoyaban y que él mismo había movizado y constituído, le impidieron encarar decididamente el nuevo rumbo.*

combinação entre nacionalismo econômico e progressismo, elegendo a oligarquia agrária como o grande inimigo nacional e redirecionando-se à tradição peronista (FERRER, 2004).

Contudo, o plano de estabilização de Frondizi e seu acordo com o Fundo Monetário Internacional, em 1959, resultaram em uma intensa recessão, e a inflação aumentou aceleradamente, triplicando os preços até 1962 (CANO, 2000). A solução do então presidente foi decretar leis para estimular o Investimento Estrangeiro Direto e viabilizar o aprofundamento do processo de substituição de importações, buscando a autossuficiência em insumos básicos, como o aço, petróleo¹¹. Entretanto, a crise se alargou e a intolerância militar derrubou Frondizi em março de 1962, além de fechar o congresso e empossar Guido, presidente do Senado, que governou sob tutela militar.

A década de 1960 foi caracterizada pela maior abertura comercial, abandono do modelo desenvolvimentista e, através de políticas econômicas voltadas às elites agrárias, de um arcabouço de medidas liberalizantes, parte do eleitorado peronista ainda decidia as eleições, como foi em 1963, quando elegeram Arturo Illia, com uma campanha de retorno ao nacionalismo econômico, intervencionismo do Estado e a proteção dos consumidores associada a um reformismo moderado. Ainda que o presidente Illia tenha superado, em partes, a crise cíclica que comandava a conjuntura econômica da Argentina, seu Plano de Recuperação Nacional trouxe uma inflação crescente e pressões sindicais, apesar do alto crescimento em dois anos. Ele também não conseguiu estruturar uma base de apoio fundamentada em um pacto social entre os setores fundamentais do projeto desenvolvimentista argentino, o que o fez entrar em desentendimento tanto com o sindicalismo peronista, encadeado com a CGT, como com os militares, resultando na sua destituição em 1966, o que significava o fim da segunda tentativa de superar a crise que começou com a deposição de Perón. Illia foi destituído pelo general Onganía em junho de 1966 (RAPOPORT; SPIEGEL, 1994).

Cano (2000, pg. 104) relembra a importância desse período no território latino-americano:

(...) crise dos mísseis em Cuba; assassinato de Kennedy; início do conflito com o Vietnã; revolução de Alvarado no Peru; golpe militar no Brasil, apoiado pelos EUA, para conter as pressões reformistas de esquerda; vitória da Democracia Cristã no Chile, que também ameaçava as estruturas conservadoras, e outros eventos que aumentaram sobremodo as pressões e a vigilância norte-americana no continente.

¹¹ É importante destacar que a legislação promocional de Frondizi sofreu várias mudanças ao longo do tempo e, no terceiro mandato peronista, as políticas de distribuição de renda desempenhadas a favor dos assalariados incentivaram mais os setores de bem de consumo não duráveis, porém essa política foi desfeita com o golpe militar de 1976 (CANO, 2000).

O período de ditadura de Juan Carlos Onganía, na Argentina, que se inicia em 1966, é caracterizado pelo do argumento desenvolvimentista, e, retornando à base conservadora, objetivou realizar uma racionalização do Estado, o congelamento de salários, como forma de combater a alta inflação, e a execução de várias obras públicas que funcionariam como incentivo ao setor industrial. Com a tensão do aumento da repressão política e sindical, houve uma grande insatisfação, resultando em conflitos sociais, como o “Cordobazo” de 1969, que foi o ápice de vários conflitos já iniciados pelo litoral argentino, e a morte de um estudante pela polícia enquanto protestava pelo aumento dos preços no restaurante da Universidade do Nordeste, na cidade de Corrientes. Para Floria e Belsunce (2004), o protesto político-estudantil evidenciou o ativismo dos guerrilheiros urbanos, bem como o faccionalismo militar, pois o Exército militar se manifestou de forma bastante eficaz na repreensão aos estudantes e operários.

As mudanças nas variáveis econômicas no período de 1955 a 1969 eram críticas. Apesar do crescimento da indústria, não havia redistribuição do produto desse crescimento. A indústria cresceu 5,5% ao ano, ao passo que a agricultura cresceu 1,4%, a produtividade aumentou 100% e os salários reais diminuíram 30% (CANO, 2000).

Diante do aumento das repressões, dessa vez do lado da população insatisfeita que pedia o retorno de Perón, a situação de Onganía se agravou e este foi destituído, em 1970 por outro general, Levingston, que foi logo substituído pelo general Lanusse, em 1971, e, com seu mandato caracterizado pelo aumento dos movimentos sociais, convocou novas eleições em 1973, em que o peronista Cámpora foi eleito.

A fase de 1973 a 1976 é marcada pelo retorno de Perón ao poder com sua segunda esposa Maria Estela (Isabelita) como vice-presidente. De forma diferente dos anos anteriores, tentou, sem sucesso, promover o “pacto social” entre os trabalhadores e os empresários, adotando um programa econômico nacionalista, no qual previa o deslocamento de determinados setores que estavam sob o comando do capital externo para o empresariado doméstico. Com o incentivo aos investimentos públicos, o estímulo às exportações, ao mercado interno e o controle de preços domésticos através do congelamento, resultou um breve crescimento da economia. Entretanto, com a crise do petróleo em 1973, a economia argentina se agravou (ROMERO, 2001).

Conforme Cano (2000), os anos 1975 e 1976 representam o final do período em que a economia argentina sucumbe suas possibilidades de crescimento com um alto endividamento externo aliado à alta da inflação. Além do fato de que, nessa década de 1970, a Argentina

completaria seu ciclo de inclusão no padrão de subdesenvolvimento, presente em toda a América Latina.

Depois da morte de Perón, em 1974, a sociedade argentina assiste ao aprofundamento do quadro de crise política. Após dois anos de um governo inexpressivo de Isabelita Perón, há o retorno do autoritarismo militar com o golpe de 1976, período ditatorial, encabeçado pelos militares, com apoio das elites rurais.

O golpe militar surgiu com um propósito de soluções políticas severas, bem como soluções econômicas e morais igualmente duras. Deram ao novo golpe o nome de Processo de Reorganização Nacional, um termo para Catela (1998), lotado de ambiguidade. O governo do general Jorge Videla fechou o Congresso, conteve as crescentes manifestações sociais através de repressão e instituiu uma junta que reunia, além do general Videla, o almirante Massera e o brigadero Agosti. Essa repartição de poder marca uma diferença significativa em relação aos golpes anteriores, nos quais o poder estava concentrado nas mãos de uma só pessoa.

Segundo Cano (2000), além do terrorismo de Estado, o golpe militar também tentou implantar o Neoliberalismo, através do seu ministro da Economia, José Alfredo Martínez de Hoz, que, com sua cartilha econômica:

[...] hipotecou o país como um modelo que perseguia os trabalhadores e empresas nacionais no duplo caminho da repressão militar e da abertura econômica. O governo argentino foi a ponta de lança, o primeiro experimento das teorias laboratoriais de Friedrich von Hayek e Milton Friedman: “a revolução neoliberal” (BONELLI, p. 25, tradução nossa)¹².

O plano econômico de Martínez de Hoz era baseado em três objetivos cruciais: a abertura da economia, a reforma financeira e a redistribuição regressiva da renda, além do seu principal mecanismo, a política cambial. A abertura econômica se deu, por um lado, com o aumento das exportações de produtos primários, o qual criou um clima favorável para a especulação no mercado financeiro, e, por outro lado, a diminuição da produção interna por meio da redução de impostos sobre a importação. Os resultados dessa política foram conquistados por meio da supervalorização da taxa de câmbio, que aumentou o preço da produção doméstica de manufatura em termos de dívidas e promoveu um processo de substituição de importações ao contrário, ou seja, substituiu produtos nacionais por importações (FERRER, 2004).

¹² [...] hipotecó el país com um modelo que perseguía a los obreiros y empresas nacionales por la doble vía de la represión militar y la apertura económica. El gobierno argentino era la punta de lanza, el primer experimento, de las teorías de laboratorio de Friedrich von Hayek y Milton Friedman: “la revolución neoliberal”.

No período entre 1976 e 1978, o programa foi de caráter ortodoxo, apresentando congelamento de salários, liberalização de preços e desregulamentação financeira, escancarando o país ao capital estrangeiro. A inflação aumentou durante todo o período, fortalecida pela indexação econômica, gerando uma economia paralela no tocante aos relativos de preços. Em 1977-1979, os preços variavam em uma média de 170% anuais, passando para 105% em 1980-1981, chegando a atingir explosivos 434% em 1983 (CANO, 2000).

Bonelli (2004) destaca o fortalecimento da relação do país com os organismos financeiros multinacionais nesse período, principalmente com o FMI, como autor das políticas de ajuste. Com um acordo de 127,6 milhões de dólares em março de 1976, mais 300 milhões de dólares em agosto, com mais 185 milhões em 1977, o FMI demonstrava um certo apoio ao golpe militar.

Com o desestímulo à demanda efetiva interna e ao mercado doméstico, o resultado foi o aumento acelerado do desemprego e a decadência de grande parte do sistema industrial argentino. Conforme Ferrer (2004), para chegar a esse resultado, a redistribuição de renda prevista no plano econômico atuou em duas esferas, a renda funcional e a intersetorial. Na primeira, os militares interferiram na organização sindical da *Confederación general del Trabajo* (CGT), proibindo suas atividades e o direito de greve, também reformaram a lei de contratos de trabalho e as convenções salariais coletivas, e, além disso, houve o congelamento de salários¹³, como dito antes. Na outra esfera, a estratégia na distribuição intersetorial foi a transferência das atividades urbanas e industriais para o setor agropecuário, através da manutenção de exportações tradicionais.

Bonelli (2004) fez uma síntese do período de Videla e Martínez Hoz: a dívida mais do que quintuplicou, passando de 8,085 a 45,065 bilhões de dólares; a fuga de divisas aumentou em mais de três vezes, indo, no período, de 24,797 para 79,912 bilhões de dólares; as políticas implementadas, e que levaram ao endividamento e a crise, foram de responsabilidade tanto de Videla e Martínez de Hoz como dos comandantes da Forças Armadas e dos militares que apropriaram as funções do parlamento, como integrantes da Comissão de Assessoramento Legislativo (CAL), e deram suporte legal ao “Processo”; além das operações criminosas, como os pagamentos inexistentes de 10 bilhões de dólares desaparecidos¹⁴.

¹³ A perseguição aos dirigentes sindicais e o desaparecimento de militantes também fizeram parte da política trabalhista do *Proceso*. De acordo com a Comissão Argentina de Direitos Humanos, em 1977, já se somavam 2.300 assassinatos políticos, 10 mil pessoas encarceradas e de 20 a 30 mil pessoas desaparecidas.

¹⁴ Bonelli (2004), em seu livro *La deuda externa: un fraude a la Nación*, ressalta que José A. Deheza denunciou as anotações falsas nos registros de dívida, e que depois de várias renegociações, foi ficando impossível saber quando, a quem e por que se devia.

Em dezembro de 1981, o general Galtieri assume o poder com uma nação diante de uma grave crise econômica e política, que piorou ainda mais com a crise da dívida. Com o intuito de restaurar o patriotismo e a moral nacional, Galtieri resolveu invadir as Ilhas Malvinas, em 1982, ocupadas por ingleses. A Inglaterra reagiu e venceu, com um forte ônus à Argentina, derrotada com volumosas baixas. Galtieri foi destituído e substituído pelo general Bignone, com o agravo da opinião pública sobre os militares.

Cano (2000) caracteriza o período da ditadura militar como “terrorismo de Estado”, pois, além de intentar implantar o Neoliberalismo, também buscou diminuir ou exterminar os grupos sociais de oposição que lutavam tanto pela democracia e direitos sociais, como também pela industrialização do país. O colapso da situação nacional causou as piores soluções possíveis às novas tendências da globalização. Nos estertores de uma hiperinflação, o governo golpista dos militares renunciou e antecipou a mudança do poder aos civis, que, através de eleições, tornariam, em 1983, Raúl Alfonsín, membro da União Cívica Radical (UCR), o próximo presidente argentino.

2.2 Antecedentes Próximos: Governo Raúl Alfonsín (1983-1989)

Alfonsín recebeu uma Argentina dilacerada pela pobreza e pelo desemprego, por uma desordem econômica e política e uma dívida externa desmoderada. O país estava marginalizado também no cenário internacional, e o novo presidente eleito democraticamente precisava estabelecer uma estratégia para que a democracia regressasse acompanhada pela volta do crescimento econômico (FRAQUELLI, 2000).

Segundo Amadeo (2005, p. 32):

O objetivo de Alfonsín era promover uma reforma cultural, de forma a modificar os estilos anteriores de fazer política e arraigar os valores democráticos no conjunto da sociedade. Essa concepção entendia a política não como uma atividade “a portas fechadas”, e sim como uma empresa coletiva na qual os níveis de participação deveriam ser amplos e horizontais, de forma tal a refletir a sociedade em seu conjunto. O radicalismo prometia uma democracia moderna, pluralista e tolerante, acompanhada por uma transformação da estrutura econômica. O principal objetivo político do governo radical era a consolidação da democracia, e para isto o governo devia democratizar a sociedade, especialmente as forças armadas e os sindicatos.

O clima era de otimismo, confiava-se que a volta da democracia mudaria a situação do país. Entretanto, a realidade econômica apresentava-se diferente, com uma dívida externa de 45 bilhões de dólares, o esgotamento das reservas do Banco Central, o orçamento e a situação monetária sem controle, taxa de desemprego entre 3,5% e 4%, aumento dos preços domésticos

e do custo de vida que levariam o país ao contexto da hiperinflação, a qual passaria de 434%, em 1983, para 688%, em 1984, passando a deteriorar os salários e os rendimentos domésticos (CANO, 2000).

O contexto internacional também era desfavorável, os termos de troca dos produtos primários estavam em queda, incluindo os agropecuários exportados pela Argentina, e, em contrapartida, as taxas de juros dos Estados Unidos e dos mercados financeiros internacionais estavam conquistando altos níveis. Além da insuficiência das reservas internacionais causada pela fuga de capitais, as condições citadas causaram efeito de deterioração dos pagamentos internacionais do país. Além disso, Alfonsín sofreria pressão, de um lado, pelos militares que esperavam permanecer com seus privilégios herdados das políticas de fomento à especulação do regime, e, por outro, pela interferência dos interesses do capital financeiro, por meio dos grupos multinacionais, como o Banco Mundial e o FMI, que foram favorecidos pelo projeto comandado pelo regime militar (FERRER, 2004). Restou ao presidente membro da União Cívica Radical seguir a tradição e não contrair a oligarquia financeira internacional, mas sim agregar-se a eles.

Ferrer (2004) divide a política econômica de Alfonsín em três fases. As duas primeiras sob a gestão de Bernardo Grinspun e Juan Sourrouille como ministros da Economia, de dezembro de 1983 a junho de 1985 e de junho de 1985 a agosto de 1988, e a terceira, de agosto de 1988 a julho de 1989, sob condições de desequilíbrio econômico, que resultou na renúncia do presidente em julho de 1989.

A primeira etapa foi caracterizada pela tentativa de recuperação dos estragos causados pela ditadura militar, e, no âmbito econômico, o estabelecimento de novas negociações com o FMI e os bancos credores, as quais Alfonsín anunciou, em janeiro de 1984, a moratória da dívida externa até 30 de junho de 1984. Assim, foi criado um Plano Alimentar Nacional direcionado à assistência de famílias de baixa renda e houve aumento de recursos para a educação e a saúde. Diante das políticas de longo prazo, estimularam a ampliação de um regime de fomento às exportações.

A estratégia não trouxe os efeitos esperados. O cenário internacional agravou a condição nacional com o alto nível das taxas de juros refletindo na dívida externa. É importante ressaltar que os países devedores da região latino-americana estavam encarando o mesmo problema, a chamada década perdida dos anos oitenta, com o agravamento da pobreza e do desemprego, além do aumento dos preços como resultado do ajuste inflacionário (AMADEO, 2005).

O acordo com o FMI foi assinado no final de 1984, com medidas de austeridade, o qual demandava além da abertura de negociações com a comissão do Banco Central, também previa

o aumento de impostos e queda nos salários e a saída do Ministro da Economia Grinspun, em fevereiro de 1985 (ROMERO, 2001).

Bonelli (2004, pg. 49, tradução nossa)¹⁵ chama a atenção para uma das características da gestão de Grinspun que acaba se estendendo para outros governos:

A validade do Teorema de Grinspun tem sido um dos problemas centrais das duas últimas décadas na Argentina: a ausência, em todos os governos, de um programa econômico básico que define um horizonte e solucione, por etapas, os problemas sociais para transformar a realidade. [...] Em todos esses anos sem um plano, a criação de riqueza foi substituída pelo endividamento, que serviu para financiar as necessidades da sociedade. Essa falta de visão estratégica de longo prazo faria com que os governos democráticos funcionassem com a lógica imposta pelo "Processo" e pelo FMI. Foram postergadas todas as soluções substantivas necessárias à sociedade argentina e continuou-se com um processo exclusivo de concentração de riqueza. As diretrizes centrais do modelo José Alfredo Martínez de Hoz nunca foram modificadas. Os desajustes foram cobertos com mais e mais dívidas.

A segunda etapa se inicia com a mudança de direção do ministério da Economia para Juan Vital Sourrouille, que levaria três meses elaborando o Plano Austral. Enquanto isso, na região sul-americana, impunha-se uma nova conjuntura, com a pauta das políticas de ajuste do FMI e do Banco Mundial. Os representantes do ideário neoliberal modificaram vagamente o formato do seu discurso na década de 1980, sem descartar a orientação “para fora”. A nova agenda incluía: ampla privatização, com diminuição da participação do Estado; redução ou suspensão total das tarifas e proteções à indústria doméstica; privatização dos setores da saúde e da educação e o favorecimento do capital financeiro estrangeiro, pois o aumento dos juros bancários, de acordo com a teoria neoliberal, atrairia o capital internacional (FERRER, 2004; ROMERO, 2001).

Alfonsín aceitaria as condições da agenda “Ajuste e Reforma”, com o discurso de que seria inviável o crescimento da economia via consumo, e acreditava que a solução seria a estratégia de incentivos às exportações de produtos primários e o apoio ao investimento privado, como forma de acabar com o isolamento da Argentina. Segundo Lanata (2003), a atuação da velha nova agenda neoliberal se daria em dois processos diferentes. O primeiro seria o ajuste de modo a beneficiar ainda mais a acumulação de capital, em detrimento dos salários dos

¹⁵ *La vigencia del Teorema de Grinspun ha sido uno de los problemas centrales de las últimas dos décadas en la Argentina: la ausencia en todos los gobiernos de un programa económico de fondo que defina un horizonte y solucione por etapas los problemas sociales para transformar la realidad. [...] Em todos estos años sin plan se sustituyó la creación de riqueza por el endeudamiento que sirviera para financiar las necesidades de la sociedad. Esta falta de visión estratégica a largo plazo haría que los gobiernos democráticos funcionasen con lógica impuesta por el “Proceso” y el FMI. Se postergaron todas las soluciones de fondo que necesitaba la sociedad argentina y se continuó con un proceso excluyente de concentración de riqueza. Nunca se modificaron los lineamientos centrales del modelo de José Alfredo Martínez de Hoz. Los desajustes se cubrieron con más y más endeudamiento.*

trabalhadores e do Estado do Bem-Estar Social. O segundo seria a transformação estrutural da economia, de forma que favorecesse o comércio exterior e a transferência de ativos públicos, elaborado a partir da poupança dos trabalhadores. Esse foi o início das circunstâncias que levariam a Argentina a se transformar em um laboratório do FMI.

Em junho de 1985, Sourrouille anunciou o Plano Austral com o principal objetivo de conter a inflação, que alcançava a taxa de 1% ao dia. Suas principais medidas foram: congelamento de preços e salários; reforma monetária, que substituiria o peso pelo austral, numa relação de 1.000 pesos para 1 austral; fortalecer a desvalorização cambial; aumentar as tarifas de importações e de impostos sobre exportações e depreciação dos saldos remanescentes de dívidas (CANO, 2000). Era uma solução geral elaborada por elementos ligados ao FMI e ao Banco Mundial, com pequenos ajustes domésticos.

No curto prazo, o Plano Austral demonstrou sucesso, a inflação se reduziu significativamente de 385%, em 1985, para 82%, em 1986, entretanto, voltou a crescer em 1987, com 175%. Além disso, as contas externas se agravaram pela queda do preço das exportações, que foi acompanhada também por uma queda na produção. Houve também uma desvalorização do austral frente ao dólar, no final de 1986, o dólar passou para 1,10 austral, e o PIB que depois de diminuir 6,6%, em 1985, e aumentar acima de 7%, em 1986, passou a crescer apenas 2,6%, em 1987. Outro fator foi a perda de mais de quinze pontos no índice de remuneração média real do trabalho entre 1985 e 1987. O desemprego atingiu 5,9%, em 1987 (CANO, 2000; FERRER, 2004).

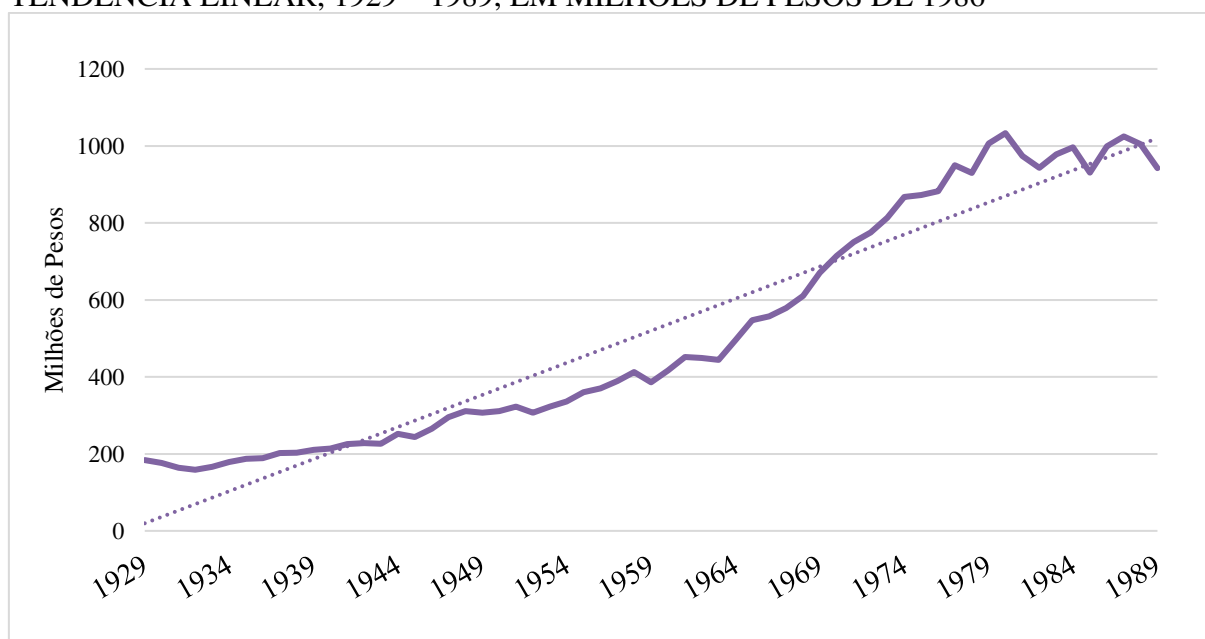
Com o fracasso do Plano Austral houve muitas pressões. Alfonsín e Sourrouille acabaram cedendo, e, em agosto de 1988, lançaram o Plano Primavera, como uma “nova fase” do Plano Austral.

O Plano Primavera marcaria a terceira e última fase do governo de Alfonsín. O novo plano foi uma renegociação de salários e de preços através da reforma cambial e das reformas tributárias. A inflação foi controlada no curto prazo de novo, porém, com o controle do câmbio comercial e o financeira flutuante, causou o aumento da inflação, que passou de 388%, em 1988, para 4.924%, em 1989. Ao passo que a deterioração da economia aumentava, as autoridades financeiras mundiais aproveitavam para usar sua agenda de “Ajuste e Reforma”, introduzindo propostas como a utilização de títulos vencidos da dívida pública para pagamento da privatização de empresas estatais. Apesar do recuo, o governo argentino, acabou submetendo-se à pressão dos interesses privados em meados de 1989. A crise econômica, social e política incentivou a renúncia de Alfonsín, para adiantar a posse da oposição de Carlos Menem, do Partido Justicialista de ideologia peronista, em julho de 1989 (CANO, 2000).

2.3 Aspectos da Economia Argentina, 1929 – 1989

O crescimento do produto interno bruto (PIB) na Argentina entre os anos de 1929 e 1989 é apresentado no Gráfico 2, no qual é verificada uma diminuição, a partir de 1953, que continuou se estendendo abaixo do seu potencial durante toda a década de 1950. Em 1962, final do governo Frondizi, houve um novo refreamento no progresso do produto, voltando a crescer abaixo da sua capacidade. Em 1971, houve a recuperação acima da tendência linear, porém não permaneceu por muito tempo, pois, de 1974 a 1976, o PIB voltou a despencar. Ainda existiu uma variação entre 1977 e 1979, mas, a partir de 1981, é observado um desempenho recessivo da economia argentina.

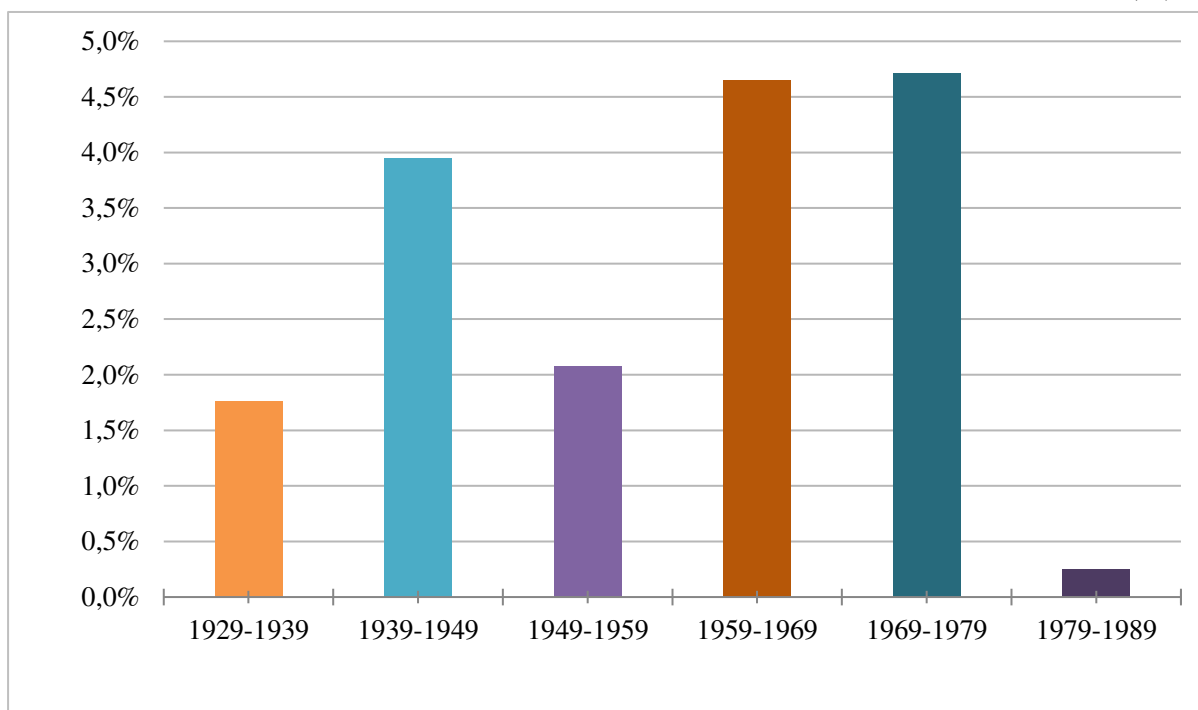
Gráfico 2 - ARGENTINA: PRODUTO INTERNO BRUTO A PREÇOS CONSTANTES E TENDÊNCIA LINEAR, 1929 – 1989, EM MILHÕES DE PESOS DE 1986



Fonte: Elaboração própria com dados de Paolera e Taylor (2003)

O Gráfico 3 mostra a taxa média de crescimento por década, desde os antecedentes abordados no capítulo até o fim do governo Alfonsín, entre 1929 e 1989.

Gráfico 3 – ARGENTINA: TAXA MÉDIA DE CRESCIMENTO DO PIB, 1929-1989 (%)

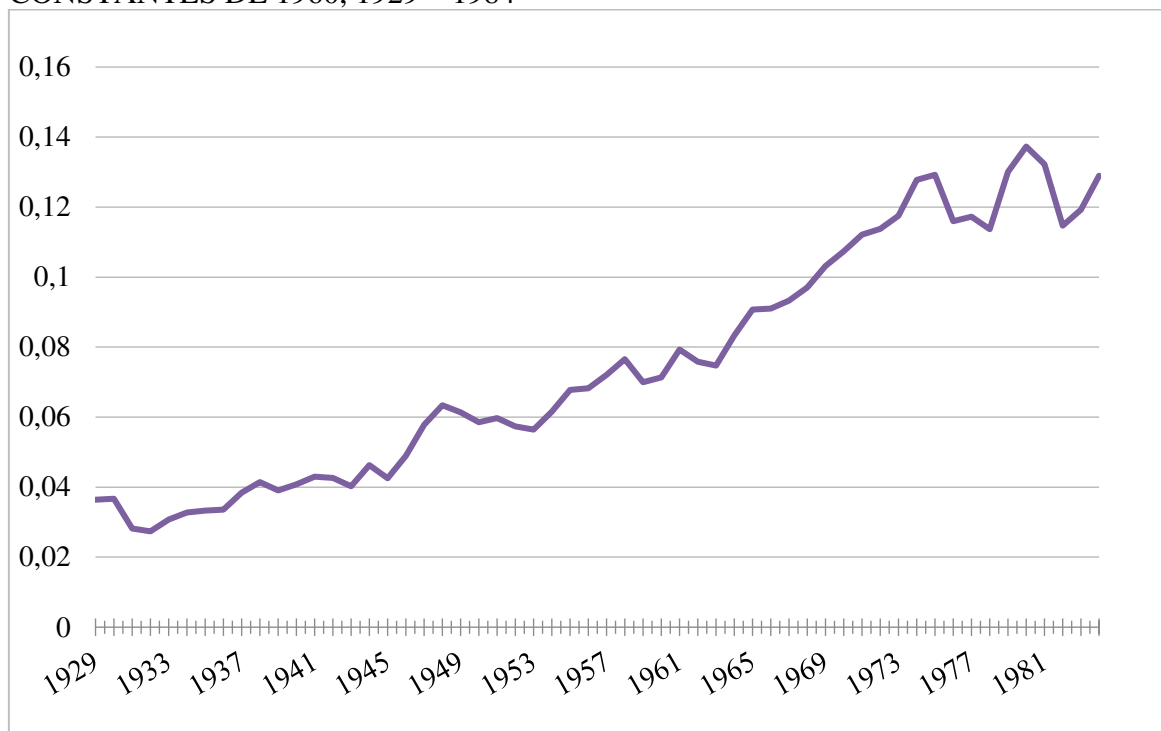


Fonte: Elaboração própria com dados de Paolera e Taylor (2003).

O crescimento médio entre 1929 e 1939 constatou 1,76%, com os extremos de 1931 (-6,94%) e 1934 (7,89%). No segundo decênio, entre 1939 e 1949, a taxa média de crescimento do PIB verificou 3,94% ao ano, com ponto mínimo em 1945 (-3,21%) e máximo em 1947 (11,12%). Durante 1949 a 1959, o crescimento médio anual do PIB obteve 2,08%, com máxima em 1958 (6,10%) e mínima em 1959 (-6,46%). No quarto decenário, de 1959 a 1969, observou-se uma taxa média de crescimento de 4,65%, com o marco máximo em 1964 (11,54%) e o mínimo continuou em 1959. Entre 1969 e 1979, obteve 4,71%, com os extremos em 1969 (9,81%) e mínimo em 1978 (-2,09%). No último decênio, verificou-se uma taxa média de crescimento do produto de 0,25% ao ano, com limites de 1985 (-6,62%) e 1986 (7,32%). De modo geral, no período de 1929 a 1989, houve um aumento da taxa média de crescimento nas duas primeiras décadas, de 1929 a 1949, diminuindo no subperíodo 1949-1959, voltando ao crescimento entre 1959 e 1979, porém caindo drasticamente no último decênio, 1979 a 1989.

O Gráfico 4 representa o consumo das famílias com bens de consumo entre 1929 e 1984, e o Gráfico 5 complementa mostrando a participação desse consumo no PIB.

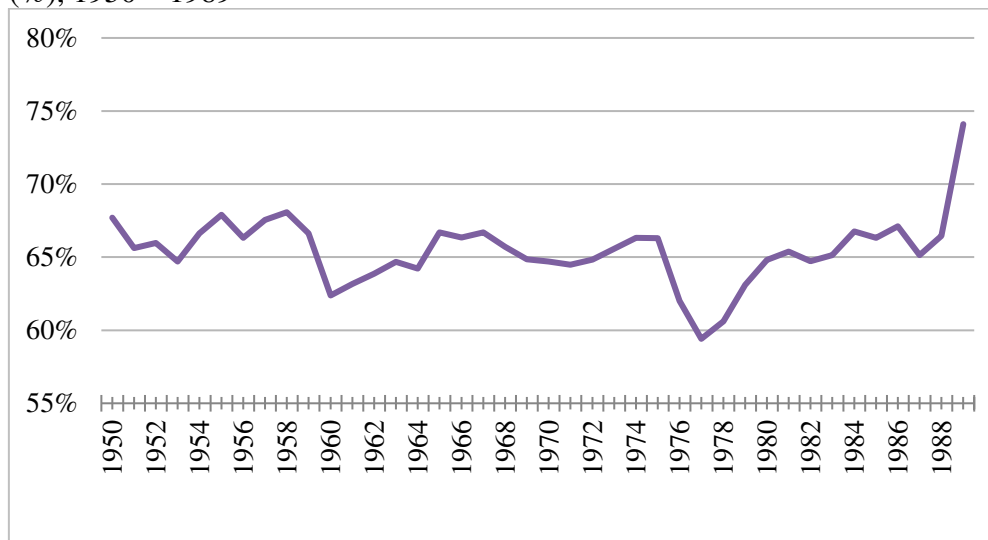
Gráfico 4 - ARGENTINA: CONSUMO PRIVADO A PREÇOS DE MERCADO CONSTANTES DE 1960, 1929 – 1984



Fonte: IEERAL (1986).

Os gráficos 4 e 5 indicam consecutivas diminuições no decorrer do crescimento da indústria, apontando uma queda na relação consumista-exportador (CANO, 2000), com um desvio no período de 1975 a 1982, em que apesar do incentivo de Martinez de Hoz às importações, o consumo privado diminuiu em consequência da forte repressão da demanda interna, devido à política monetária de controle inflacionário.

Gráfico 5 – ARGENTINA: PARTICIPAÇÃO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS NO PIB (%), 1950 – 1989



Fonte: Paolera e Taylor (2003).

Na Tabela 1, observa-se uma taxa anual de crescimento médio de 0,1% durante o governo de Alfonsín, apresentando uma recessão maior do que 5% entre os anos de 1985 e 1989, com exceção do ano de 1986, verifica-se nos demais anos taxa de crescimento brevemente expansivas. De acordo com Coggiola (2004), isso pode ser explicado pela redução da participação dos investimentos no produto, que caiu de 20,9% do PIB, em 1983, para 15,5%, em 1989. As políticas de controle da demanda efetiva através do controle do consumo interno também explicam a desaceleração no PIB argentino nesse período.

Ademais, observa-se também o crescimento do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) em comparação com o Índice de Preços no Atacado (IPA). O IPC se afasta do IPA a partir de 1986, apontando um desequilíbrio entre os preços relativos na economia, que, mesmo no decorrer do período de congelamento e indexação, há ainda deterioração dos rendimentos dos trabalhadores pelo aumento da inflação. O desempenho da taxa de desemprego urbano, apesar da retração significativa em 1986, aumentou de 4,6% para 8,1%, em 1989. Já o índice médio de salários sofreu uma diminuição em 1989, a massa salarial média correspondia a 85,7% da observada em 1983.

Tabela 1 – ARGENTINA: DADOS SELECIONADOS - 1983-1989

Ano	Variação % do PIB	Índice de preços ao consumidor (1983 = 100)	Índice de preços no atacado (1983 = 100)	Taxa de desemprego urbano (%)	Índice de salários (1983 = 100)
1983	3,7	100,0	100,0	4,7	100,0
1984	1,8	726,7	675,2	4,6	120,3
1985	-6,6	5611,8	5150,6	6,1	108,2
1986	7,3	10666,7	8440,1	5,6	100,8
1987	2,6	24673,0	18810,7	5,9	92,3
1988	-1,9	109303,8	96410,7	6,3	93,7
1989	-6,2	5193670,9	3271090,3	8,1	85,7

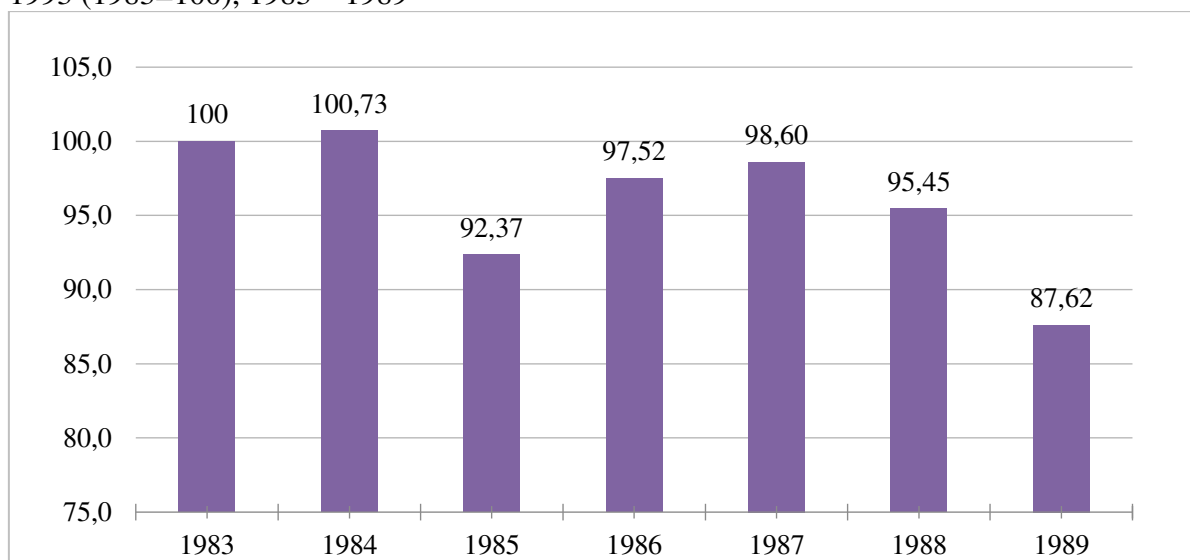
Fonte: INDEC¹⁶

Conforme o Gráfico 6, o PIB *per capita* em 1989 era 2,8% menor do que verificado em 1983, apesar de uma elevação insignificativa em 1984 e um pequeno crescimento em 1986 e 1987, o crescimento da população argentina superou o crescimento do PIB. Além disso, de acordo com a Cepal (1990), houve maior concentração de renda entre o período de 1986 e 1989,

¹⁶ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

em que os 40% mais pobres perderam 4,2% da sua participação na renda total e os 10% mais ricos ganharam 4,2%.

Gráfico 6 – ARGENTINA: ÍNDICE DE PIB *PER CAPITA* A PREÇOS CONSTANTES DE 1993 (1983=100), 1983 – 1989



Nota: Calculado como a razão entre PIB e a estimativa da população de acordo com dados do FMI.
Fonte: Elaboração própria com dados de Paolera e Taylor (2003).

De acordo com Vernengo (2017), o auge da renda *per capita* foi no início do século XX, mas no período do desenvolvimento do processo de substituição de importação a distribuição de renda na Argentina conquistou níveis que acompanhavam os países centrais, mesmo em um breve período de tempo.

Na década de cinquenta, o coeficiente de Gini estava em torno de 0,40, enquanto os demais países periféricos marcavam por voltar de 0,50 e, ao final do período relacionado ao ISI, o índice de Gini da Argentina era de aproximadamente 0,35, semelhante ao de alguns países da Europa Ocidental (BIELSCHOWSKY, SILVA e VERNENGO, 2013). A Tabela 2 apresenta a piora do índice de Gini argentino, verifica-se que, a partir do golpe militar de 1976, há uma significativa piora do índice, que passa a ser semelhante à média da região latino-americana.

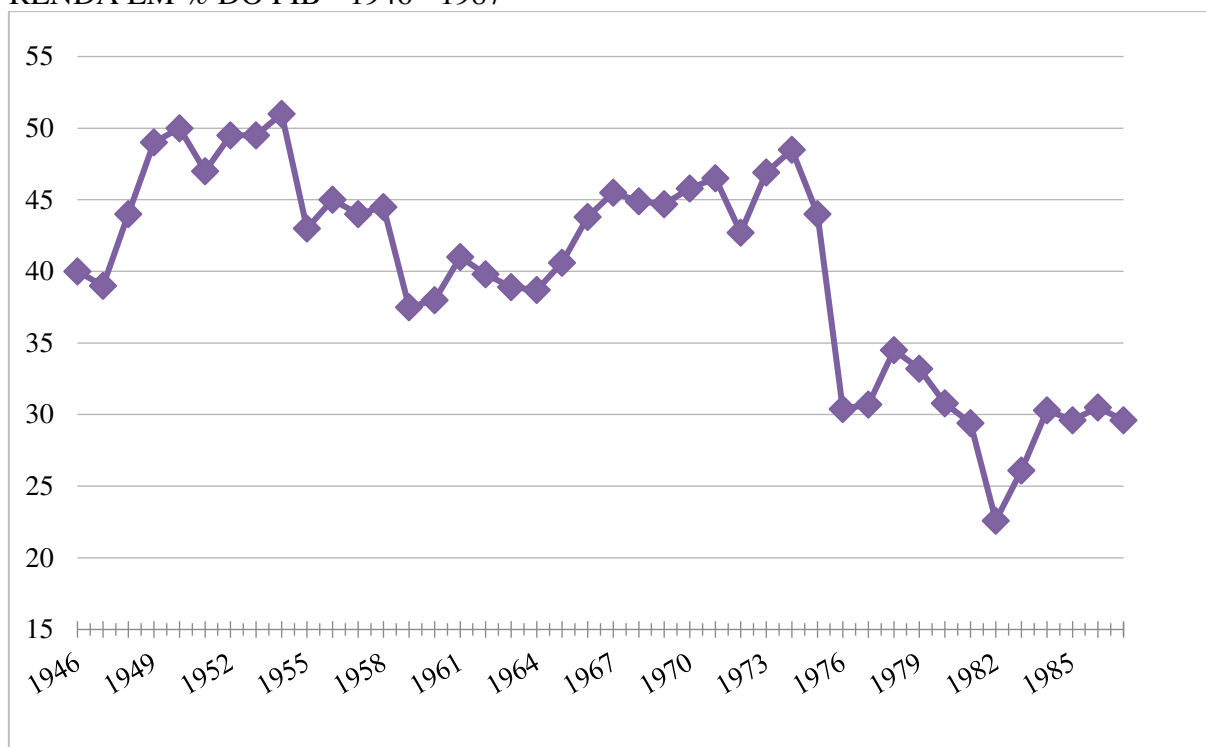
Tabela 2 – ARGENTINA: ÍNDICE DE GINI - 1963-1988

Ano	1963	1970	1974	1980	1982	1984	1986	1988
Índice de Gini	0,358	0,356	0,357	0,411	0,417	0,425	0,421	0,43

Fonte: Adaptado de Gasparani (1999)

O Gráfico 7 mostra a evolução da participação dos salários na renda total e complementa a análise da distribuição de renda.

Gráfico 7 – ARGENTINA: EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SALÁRIOS NA RENDA EM % DO PIB - 1946 - 1987



Fonte: Elaboração própria com dados de Balsuado (2006)

Comprova-se a melhoria da distribuição de renda nos anos cinquenta e setenta durante os governos de Perón. Conforme verificou-se, as políticas salariais nesse período foram fundamentais na ampliação da participação dos salários, que despencaram após o golpe de 1955, porém observa-se também uma retomada nos anos sessenta, antes da volta de Perón, em 1972. Efetivamente, o gráfico mostra que a distribuição funcional da renda teve dois períodos significativos, um antes de 1976, em que a participação média dos salários na renda alcançou 50%, e um período pós 1976, com uma participação abaixo de 30%.

Desse modo, é importante destacar que, ao final do governo Alfonsín (1983-1989), a Argentina sofria com hiperinflação, de acordo com Fraquelli (2000), que chegou a 200% no mês de julho de 1989. A taxa de desemprego urbano passou de 4,6%, em 1983, para 7,5%, em 1989. Na indústria de transformação, o número de operários diminuiu 11,2%, no mesmo período, e o salário médio nesse setor perdeu 19,7% entre 1983 e 1989, uma perda acumulada em 35% desde o começo da década de 1970. A distribuição de renda se agravou, com a

hiperinflação e a crise, entre 1986 e 1989, os 40% mais pobres da população argentina sofreram perda de 4,2%, e os 10% mais ricos ganharam 4,9%.¹⁷

Além disso, a economia argentina contraiu um elevado endividamento externo, que pressionava o déficit público e a emissão monetária, acompanhada de uma diminuição do poder de compra dos salários e de fracasso do crescimento econômico estimulado por meio do aumento às exportações. Houve também um aumento da interferência dos órgãos internacionais na política econômica doméstica, com a cartilha de políticas recessivas e favorável ao capital internacional, produzida pelo FMI e Banco Mundial, estabelecendo, assim, a hegemonia da agenda política econômica de “Ajuste e Reforma”.

¹⁷ Dados de Cano (2000).

3 PRIMEIRO GOVERNO MENEM, 1989 – 1994

3.1 Cenário Político e Econômico

Em 14 de maio de 1989, o peronista Carlos Saul Menem derrotou o radical Eduardo Angeloz nas eleições com mais de 47% dos votos. A oposição foi fortificada por um ambiente político conturbado e um cenário de crise econômica intensificado pela hiperinflação, queda dos salários e aumento do desemprego, o que gerou o aumento da marginalidade social¹⁸. Com o slogan de campanha *“por los niños pobres que tienen hambre, por los niños ricos que tienen tristeza, por los hermanos sin trabajo, por los hogares sin techo y por el pan que falta en la mesa de muchos argentinos: síganme, no los voy a defraudar”*¹⁹, as principais posições econômicas apresentadas no discurso do candidato peronista foram o “salariaço”, para resgatar o poder aquisitivo dos trabalhadores, e a “revolução produtiva”, para recuperar o crescimento econômico do país. No entanto, uma vez eleito, o presidente Menem deixou claro quais seriam as verdadeiras pretensões do seu governo e as alianças que o estruturariam.

O “terrorismo econômico” que a sociedade argentina enfrentara nos primeiros seis meses de 1989 também fortaleceu a ascensão de Menem. O PIB, depois de passar a década de 1980 entre altos e baixos, desacelera em 1986, ficando 4% menor do que o de 1983 (Gráfico 8), e o preço do dólar registrou um aumento acumulado superior a 3.600% entre janeiro e julho de 1989. O quadro social também se agravou, o poder aquisitivo das remunerações caiu 68,4%, o desemprego e o subemprego aumentaram quase 27%, entre outubro de 1988 e maio de 1989, e, no primeiro semestre de 1989, o consumo interno caiu em 6,3%, e as mercadorias e os serviços diminuíram em 10,3% no mesmo período (MARTINEZ, 1991). A concentração de renda agravou-se entre 1986 e 1989, 40% da população mais pobre perderam 4,2% e os 10% mais ricos tiveram um ganho de 4,9% em sua renda²⁰.

A economia argentina atingiu a hiperinflação em abril de 1989, estendendo-se até agosto do mesmo ano, porém, em julho, a inflação alcançou 200%, e, em dezembro, manteve-se em torno de 40%. Diante deste cenário, aconteceram vários saques e depredações, enquanto a

¹⁸ Houve uma onda de saques e depredações a supermercados em Buenos Aires, o Estado respondeu de forma repressiva, decretando estado de sítio, com um saldo de quatorze mortos, centenas de feridos e mais de 2000 pessoas detidas (MARTÍNEZ, 1991).

¹⁹ “Pelas crianças pobres que têm fome, pelas crianças ricas que estão tristes, pelos irmãos sem trabalho, pelos lares sem teto e pelo pão que falta na mesa de muitos argentinos: Sigam-me. Não vou decepcioná-los.”

²⁰ Dados de Martínez (1991).

população convertia seus australes, moeda doméstica que surgiu em 1985, em dólares americanos (ROMERO, 2001).

Com o Estado em falência, a hiperinflação, os saldos inexistentes, o desemprego, a insegurança derivada da violência social e a instabilidade política, Alfonsín decidiu renunciar ao cargo com seis meses de antecedência. Em 8 de julho, Menem assumiu a presidência cercado de empresários, sindicalistas privatizadores e políticos pragmáticos (MARTINEZ, 1991).

Segundo Martinez (1991), Menem fez questão de se declarar, em sua campanha, contrário à liberalização do mercado realizada pelo governo, mas, após a eleição, o presidente eleito mostrou que não pretendia seguir os caminhos explicitados por sua pauta de campanha. No fim do governo Alfonsín, a atuação dos peronistas no Congresso barrou um projeto que objetivava privatizar empresas públicas e reduzir a atuação do Estado na economia. Contraditoriamente, esses projetos voltaram à pauta no início da administração menemista que procurou implementar as mesmas reformas que ficaram apenas no papel durante o governo Alfonsín.

O novo presidente precisava recuperar os atributos de governo para enfrentar a crise. Durante a década de 1980, o senso comum dos governantes e dos economistas da América Latina adotou uma receita genérica para combater a crise: facilitar a abertura das economias nacionais para permitir sua entrada adequada no mundo globalizado e desfazer os mecanismos de política econômica de um Estado interventor. No contexto da Argentina, e da América Latina em geral, essas ideias ficaram conhecidas sob a forma do “Consenso de Washington”, no qual as agências do governo dos Estados Unidos e as grandes instituições internacionais de crédito, principalmente o FMI e o Banco Mundial, converteram essas fórmulas em sugestões ou imposições aos países que vinham procurar ajuda aos governos para resolver os problemas conjunturais de endividamento. O sucesso da disseminação da doutrina do “Consenso de Washington” para convencer o senso comum de tal fundamentalismo econômico ocorreu graças à dedicação de economistas, de assessores financeiros e de jornalistas (ROMERO, 2001).

De acordo com Ferrer (2004), o pensamento dominante defendia que a baixa eficiência da economia argentina estava sendo causada pela alta proteção que o mercado local recebia e pelos subsídios que o Estado concedia a vários setores econômicos. O déficit permanente de um Estado esbanjador, que recorria de forma habitual à emissão monetária, unia-se à ineficiência produtiva, que prejudicava a inserção da Argentina na economia mundial

globalizada. Com isso, o funcionamento do Estado passou a ser questionado. Romero (2001, p. 270, tradução nossa)²¹ aponta que:

Alguns discutiam se a crise era intrínseca a esse modelo, ou se ela devia ao prodigioso endividamento externo gerado durante o Processo, o qual teria colocado o governo à mercê do humor de credores e banqueiros. Mas a conclusão era a mesma: a inflação e o endividamento, que serviram durante muito tempo para postergar os problemas e também para agravá-los, finalmente haviam desembocado no colapso de 1989.

A receita prescrita pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelos economistas influentes parecia simples, compreendia a redução do gasto do Estado ao nível de sua renda primária e abandonava sua capacidade regulatória da economia, estimulando-a à competição internacional. Essas medidas se resumiam ao que ficou conhecido como ajustes e reformas. O projeto se equiparava à proposta de Martínez de Hoz em 1976, porém não foi aceita principalmente por aqueles que desfrutavam da proteção estatal, como os grandes grupos econômicos que eram favoráveis às reformas, contando que não os afetassem. Também resistiam os que associavam as reformas propostas à ditadura militar (LANATA, 20034).

A vitória do Peronismo nas eleições presidenciais de 1989 foi, de certa forma, uma resposta contrária à aceitação da agenda de “Ajuste e Reforma”. No entanto, a piora da situação econômica e a crise política no último ano do governo Alfonsín abriram o caminho para os defensores da receita reformista, e o cenário de emergência formou um ambiente propício para um consenso generalizado no país: a receita neoliberal foi aceita pela opinião pública como algo necessário (FERRER, 2004).

Menem, formado pelo populismo e herdeiro do legado peronista, era visto como um aliado não confiável, portanto, os grupos partidários à agenda neoliberal de “Ajuste e Reforma” faziam uma jogada arriscada, mas indispensável aos seus objetivos. Para Romero (2001, p.271), a conversão do presidente eleito pelos argentinos à crença neoliberal é caracterizada pelo abandono de grande parte da bagagem ideológica e do discurso do Peronismo, mas continuou fiel ao seu pragmatismo, além disso, declarou que seria necessária uma “cirurgia maior, sem anestesia”, anunciou ser adepto de uma “economia popular de mercado” e a necessidade das privatizações, renunciou ao “estatismo” e se livrou de associações com elementos do antigo Peronismo. Para não deixar mais dúvidas entres empresários, banqueiros e associações financeiras, o próprio Menem explicou suas motivações:

²¹ *Algunos discutían si la crisis era intrínseca a ese modelo, o si se debía al prodigioso endeudamiento externo generado durante el Proceso, que coloco al Estado a merced de los humores de acreedores y banqueros. Pero la conclusión era la misma: la inflación y el endeudamiento, que sirvieron durante mucho tiempo para postergar los problemas y también para agravarlos, finalmente habían desembocado em el colapso de 1989.*

[Em janeiro de 1991] falando sobre o novo presidente peruano, Menem comentou:
- Quando assumiu, Fujimori não tinha a menor ideia a respeito da política que devia aplicar para tirar seu país do caos.
- A mesma impressão dada por você durante a campanha presidencial – atrevi-me a dizer.
- Eu sabia perfeitamente que política devia pôr em prática. Mas se dissesse, não conseguiria quatro votos – replicou (CASAS, 1993, p.118).

Durante a década de 1990, as relações da Argentina com o FMI e os Estados Unidos se fortaleceram. Segundo Ferrer (2004), não houve um momento do governo de Carlos Menem em que o FMI indicasse o fim do acesso ao crédito como fez no governo de Isabel Peron, no final da ditadura militar, assim como durante o governo Alfonsín. Encontraram em Menem um discípulo obediente que manteria o cumprimento das condicionalidades impostas pelas instituições financeiras, o que justificava o novo comportamento do FMI. Esse bom relacionamento ficava cada vez mais visível conforme os técnicos do FMI vinham a público elogiar as ações adotadas pelo governo argentino durante a administração de Menem.

A reforma estrutural estabelecida pelas Leis de Emergência Econômica (nº. 23.697) e de Reforma do Estado (23.696), aprovadas pelo Congresso no final de 1989, fazem parte do conteúdo da agenda de ajuste e reforma e ofereceram as condições legais para começar o processo de privatizações e de abertura da economia. A lei de Reforma do Estado determinou a necessidade de privatizar inúmeras empresas públicas, deixando a cargo do presidente a decisão de como isso deveria ser feito. A lei de Emergência Econômica interrompeu os subsídios, os privilégios e os regimes de promoção de funcionários públicos, aprovando sua demissão pelas empresas públicas (ROMERO, 2001)

O cenário de crise hiperinflacionária e de instabilidade possibilitou a Menem a oportunidade do uso discricionário do poder decisório, institucionalizado pelo Executivo e concedido pela Constituição. Menem aproveitou a ocasião e ampliou o número de juízes da Corte Suprema, de cinco para nove, garantindo a maioria. Ele conseguiu também promover mudanças administrativas e funcionais dentro da estrutura estatal que contribuíram para a concentração de decisões no âmbito econômico, como a suspensão de diversas secretarias e subsecretarias e, ao mesmo tempo, a criação de outras e do Ministério de Obras e Serviços Públicos (MARGHERITIS, 2003).

Seguindo a estratégia de afastar prováveis controles e restrições à agenda de ajuste e reforma, Menem também eliminou de seus cargos quase todos os membros do Tribunal de Contas, afastou o Fiscal Geral e nomeou o Procurador-Geral da nação através de decreto e

diminuiu o poder institucional do Sindicato Geral de Empresas Públicas, domando assim o Poder Judiciário (ROMERO, 2001).

Menem estava cultivando com sucesso sua relação com o presidente George Bush, conquistando sua confiança e tornando os Estados Unidos um aliado. O então presidente indicou um chanceler, não diretamente associado ao Justicialismo, com um posicionamento pró-EUA e com disposição para exercer a agenda neoliberal de ajuste e reforma: Domingo Cavallo. Para os EUA, Cavallo seria um interlocutor para a defesa de seus interesses, e, para Menem, o chanceler seria um indício de sua confiança diante dos interesses norte-americanos (SOUZA, 2015).

A estratégia de Menem era eliminar qualquer tipo de dificuldade para executar a agenda de ajuste e reforma, que, inicialmente, constituiria nas leis de Reforma do Estado e de Emergência Econômica, citadas anteriormente. Cano (2000) dividiu o programa de reforma do Estado em dois segmentos: (a) a reforma do setor público e (b) um programa de desregulamentação. Em relação à reforma das instituições públicas, a agenda cumpria o receituário neoliberal fortemente elogiado à época, em que foram estabelecidos: a redução do número de funcionários, passando de um milhão, em 1989, para 300 mil, em 1993, com a justificativa de que as estruturas da administração, que empregavam 550 mil funcionários, estavam velhas e engelhadas; também foi estabelecido o encerramento de 33% dos setores que empregavam funcionários não fixos, afastando docentes, funcionários da área da saúde, segurança, técnicos e cientistas; foram congeladas novas contratações no setor público, planos de carreira e estrutura salarial foram alterados e promoveu-se a reorganização do Fisco e da Aduana.

Em relação ao programa de desregulamentação, foram instituídas: (a) a flexibilização ou supressão das normas prescritas por corporações para o acesso de seus membros ao mercado e a fixação de preços; (b) a eliminação do controle das associações de intermediários nos mercados de alimentos frescos; (c) a flexibilização e/ou suspensão da exclusividade da distribuição de remédios em determinados estabelecimentos; (d) a extinção dos controles e das reservas de transportes de cargas e passageiros, exercidos pelas instituições que controlam os sistemas de transportes; (e) a extinção de dez setores públicos regulatórios, como a Junta Nacional de Carnes, por exemplo; e (f) a suspensão dos regimes de incentivo setoriais (fiscais, franquias, etc.), como a siderurgia, a Marinha Mercante, etc (CANO, 2000). Em síntese, tratava-se da extinção de políticas de investimentos públicos setoriais e da abertura de mercado ao setor privado e externo.

Devido à reforma do Estado, as principais privatizações e concessões de serviços públicos puderam ser rapidamente colocadas em prática. Para Cano (2000), Menem precisava provar seu posicionamento ao capital internacional e apagar as memórias deixadas por seu partido, que freou as ações privatistas ainda no governo Alfonsín (1983 – 1989). Como a Argentina precisava de acesso ao crédito internacional e à renegociação da dívida, o governo dedicou-se às políticas de abertura em que as privatizações tiveram grande importância, principalmente a privatização das empresas de telefonia (ENTel) e da empresa aérea argentina (Aerolíneas Argentinas) (MARGHERITIS, 2003).

Buscando aumentar ainda mais sua credibilidade entre os banqueiros, especuladores internacionais e empresários, Menem estabeleceu duas diligências concretas, no ministério da Economia e no caso das privatizações. O presidente convocou dois gerentes de um dos maiores conglomerados econômicos do país, o grupo Bunge y Born, para conduzir o ministério da Economia. Miguel Roig foi o primeiro nome escolhido para o cargo, porém faleceu a uma semana da posse, em julho de 1989. O escolhido para a substituição foi Néstor Rappaneli (FERRER, 2004).

A outra medida seria em relação as privatizações. Para demonstrar o não comprometimento com sua base justicialista, Menem indicou Maria Julia Alsogaray, filha de Álvaro Alsogaray, um antiperonista histórico, para conduzir o processo de venda das empresas públicas. Segundo Ferrer (2004, p. 318, tradução nossa)²²

Pela primeira vez, desde 1930, um presidente oriundo das fileiras de um dos dois grandes partidos populares punha em funcionamento a política reivindicada pelos interesses econômicos dominantes, o que incluía o alinhamento com a potência hegemônica. Desde o início, as posturas convergiram para o que mais tarde ficaria conhecido como Consenso de Washington: abertura da economia, privatização das empresas públicas, reforma do Estado, desregulamentação dos mercados e, em particular, da atividade financeira.

Além de tais medidas para demonstrar autoridade, Romero (2001, p. 271, tradução nossa)²³ aponta que

²² *Por primera vez desde 1930, un presidente proveniente de las filas de uno de los dos grandes partidos populares ponía en marcha la política reclamada por los intereses económicos dominantes, lo que incluía el alineamiento con la potencia hegemónica. Desde el inicio, los planteos convergieron con lo que después se llamaría el Consenso de Washington: la apertura de la economía, la privatización de las empresas públicas, la reforma del Estado, la desregulación de los mercados y, en particular, de la actividad financiera.*

²³ *“Menem lanzó frases napoleónicas, pero sobre todo buscó convencer con acciones, categóricas e irrevocales, que debían testimoniar no sólo sus convicciones sino su capacidad de gobernar, más allá de presiones y vetos sectoriales. Quizá por eso, de entre las muchas formas de aplicar la receta reformista, enfrentar los obstáculos, graduar los tiempos, tomar los resguardos, calibrar las transiciones, eligió la más simple, tosca, brutal y destructiva.”*

Menem lançou frases napoleônicas, mas, acima de tudo, procurou convencer com ações categóricas e irrevogáveis, que eles deveriam testemunhar não apenas suas convicções, mas também sua capacidade de governar, além das pressões e vetos setoriais. Talvez, por isso, entre as muitas maneiras de aplicar a receita reformista, enfrentar obstáculos, tomar medidas, calibrar transições, ele escolheu a forma mais simples, grosseira, brutal e destrutiva.

3.2 Os Planos *Bunge y Born* e *Bonex*

O *Plan BB* fez parte das principais políticas de estabilização do período menemista. Segundo Lozano e Feletti (1991), o plano surgiu da necessidade de avançar na transmissão de um comando em um cenário de desordem social, hiperinflação e pressão por parte dos credores. Era um programa ortodoxo, influenciado pelo BIRD, que constava, além das medidas para estabilização, as leis emergenciais já citadas que integravam a agenda das reformas neoliberais.

Conforme Cano (2000), as principais medidas do Plano Bunge y Born foram: (a) reajuste de tarifas públicas; (b) aumento dos juros nominais que, contudo, perderam para a inflação; (c) aumento do prazo de vencimento dos títulos da dívida pública; (d) interrupção por seis meses de todos os subsídios e incentivos fiscais; (e) elevação de impostos sobre exportações; (f) realização de acordos de preços com as grandes empresas; (g) reajustes salariais para baixo e cortes nos gastos públicos, principalmente nos investimentos. O programa também previa a redução do déficit fiscal e um regime de câmbio fixo.

Para Lozano e Feletti (1991), as dificuldades do plano se manifestaram primeiro no setor externo. Apesar das negociações com o FMI, que cedeu aprovação de crédito contingencial de 1,4 bilhão de dólares em novembro/89, não houve, durante a vigência do plano BB, o pagamento da dívida, que totalizava 5,4 bilhões em dezembro.

Entretanto, a propriedade monetária e cambial da política de ajuste mostrou-se ineficaz. A esperança do governo menemista estava em uma resposta satisfatória no primeiro lance de privatizações e no aumento da receita pela venda de ativos. Contudo, as altas elevações e a adesão de liberalização total do câmbio fizeram o dólar disparar e impulsionar os preços agropecuários e de serviços, enquanto a crise enfraqueceu ainda mais a receita pública (CANO, 2000).

Menem herdou do governo Alfonsín uma inflação acumulada em 715%, e seu plano resultou em gerar outra equivalente no segundo semestre, que, segundo o Banco Central, a inflação medida pelo índice de preços ao consumidor terminou o ano em 4.923%, ampliando a dolarização de parte da economia e com uma recessão de 6,2% do PIB.

Com o fracasso do plano de estabilização, Rappaneli foi afastado ainda em 1989 e substituído por Antonio Erán González, contador e secretário de Menem quando este fora governador da província de La Rioja. A nova equipe econômica anunciou um novo programa em janeiro de 1990, o chamado Plano Bonex²⁴. Mais duro do que o anterior, o objetivo desse plano foi conter a inflação através da “esterilização da liquidez do sistema” (FERRER, 2004, p. 318). Sem aviso prévio, em 8 de janeiro, todos os depósitos a prazo em contas correntes e poupança dos bancos comerciais que somassem mais de um milhão de austrais, aproximadamente 500 dólares, foram convertidos compulsoriamente por títulos de dívida pública em dólares com vencimento em dez anos, com uma diferença cambial a favor do governo.

Segundo Heymann e Kossacoff (2000), o plano Bonex, além de estabelecer uma nova extensão do uso do dólar como denominador de ativos, teve como resultado a exoneração do Banco Central de dívidas de curto prazo, que foram substituídas pelo deficit fiscal, refinanciando-as como títulos governamentais de longo prazo e maior taxa.

Essa medida esterilizou 60% da base monetária existente no início de 1990, detendo a escalada hiperinflacionária, ao custo de uma recessão que eliminaria um terço do comércio de Buenos Aires, ainda no primeiro semestre de 1990. Em abril, o Executivo lançou o Decreto 735/90, com o objetivo de reorganizar o setor público através de cortes de gastos excessivos, em setembro, lançou o decreto 1757/90 para aprofundar as medidas de ajuste fiscal anunciadas pelo primeiro decreto, visto que, depois de uma breve estabilidade, o câmbio retornou a pressionar o peso argentino. Acompanhado do Decreto 1757/90, o governo adotou políticas monetárias restritivas, como a suspensão de financiar os deficits do Tesouro por parte do Banco Central, o que ocasionou o aumento da taxa de juro e a redução da demanda por dólares, contendo a inflação. De acordo com o Banco Central, esses decretos trouxeram resultados positivos também em relação à expectativa de inflação, dado que essas medidas recuperaram a confiança dos empresários do país de que a elevação dos preços poderia ser freada. Apesar disso, levando em consideração o índice de preços ao consumidor, a inflação acumulada foi de 1.343,9%²⁵.

O custo da contenção do processo hiperinflacionário foi uma recessão, a economia argentina sofreu uma queda do PIB (-0,5%), o consumo também sofreu uma retração de 0,4%, caindo de 79,25% para 78,88% do PIB e o investimento reduziu 9,91%, indo de 15,7% a 14,1%

²⁴ Decreto Federal 36/90.

²⁵ BANCO CENTRAL DA REPÚBLICA ARGENTINA. **Memória Anual 1989-1993**.

do PIB. Segundo o Banco Central, o governo gastou mais de 12 bilhões de dólares para cumprir os serviços da dívida, pagar os títulos vencidos e cumprir pagamentos externos às diversas fontes, e mais 6,2 bilhões saíram do país através de lucros ao exterior. Conseqüentemente, o Balanço de Pagamentos encerrou o ano de 1990 com deficit de 617 milhões de dólares. O aumento de reservas internacionais só foi possível por causa de um novo montante de US\$ 4 bilhões que entrou nas contas públicas pela via do endividamento.

O governo responsabilizou a equipe econômica pelo deficit das contas públicas, apesar das reformas fiscais e do saldo comercial expressivo. Menem então decidiu nomear um novo ministro da Economia, Domingo Cavallo, e renovar toda a equipe. Houve também deslocamento de Hernan Gonzalez, para Defesa, e Guido Di Tella, para o Ministério das Relações Exteriores (FRAQUELLI, 2000).

No início de 1991, Cavallo e sua nova equipe anunciaram novas medidas fiscais e alteração do câmbio, formando as bases para a implementação para o Plano de Conversibilidade, também citado como Plano Cavallo. Sua principal característica foi a fixação institucional, por Decreto, da paridade entre o austral e o dólar, em que se tinha 10.000 austrais para 1 dólar, aproveitando-se da escalada da dolarização que a economia havia atingido. Essa norma passou a prevalecer a partir de março de 1991. O plano tinha como principal objetivo combater a inflação de forma a permitir um ambiente favorável à condução das reformas neoliberais. Para Cano (2000, p. 138), com essa medida, o sistema de *currency board* foi instalado, “uma nova (e pior) versão do antigo padrão ouro”. O FMI determinou o controle de preços como algo emergencial, desde os primeiros acordos assinados depois da posse de Menem. De acordo com as regras do plano de conversibilidade, o governo não podia emitir quantidade de moeda que excedesse o montante das reservas em dólar, restringindo sua base monetária, uma das principais causas do nível elevado de inflação. Dessa forma, a argentina não poderia expandir os meios de pagamento em moeda nacional, ficando restrita ao aumento das reservas (CANO, 2000). Segundo o FMI (2004, p. 6, tradução nossa)²⁶:

Com o Plano de Convertibilidade, a Argentina experimentou uma grande melhoria em seu desempenho econômico, principalmente nos primeiros anos. A inflação, que registrou uma taxa mensal muito alta de 27% no início de 1991, caiu para valores de um dígito em 1993 e permaneceu estável. O crescimento foi vigoroso até o início de 1998, com exceção de um breve retrocesso relacionado à crise mexicana, e ficou em

²⁶ *Con el Plan de Convertibilidad, Argentina experimentó una gran mejora en su desempeño económico, sobre todo durante los primeros años. La inflación, que registraba una altísima tasa mensual de 27% a principios de 1991, descendió a valores de un dígito en 1993 y se mantuvo estable. El crecimiento fue vigoroso hasta principios de 1998, con la excepción de un breve retroceso vinculado con la crisis mexicana, y se ubicó en un promedio de casi 6% anual durante 1991-98. El país recibió, además, grandes flujos de capitales en forma de inversión directa y de cartera, atraídos por un clima más favorable a la inversión privada.*

média quase 6% ao ano durante 1991-98. O país também recebeu grandes fluxos de capital na forma de investimento direto, atraídos por um clima mais favorável ao investimento privado.

Ao final de 1991, o câmbio ficou mais valorizado, 58% abaixo do valor de 1989, sendo a principal causa para o êxito do combate à inflação, que de 15% mensais no primeiro trimestre caiu para 1% no último, totalizando 84% no ano. A queda dos juros internacionais, até 1993, também contribuiu para reduzir o peso dos juros nas contas externas e nas contas públicas, permitindo ainda forte diminuição dos juros reais em 1992-1993, com uma média anual de 13,5%²⁷.

Embora o plano tenha conseguido dados positivos sobre a inflação, o impacto da insistência de manter a conversibilidade, após 1993, custou caro para a economia argentina. Segundo Cano (2000), o câmbio gerou o barateamento dos gastos em moeda estrangeira e forte alteração dos preços relativos, elevando os não comercializáveis e baixando os industriais. Além disso, o câmbio e a abertura comercial baratearam as importações e os serviços internacionais, resultando em uma queda da Balança de Transações Correntes, que passa de 4,6 bilhões de dólares, em 1990, para -0,6, em 1991, e -10,1, em 1994. A situação econômica fez com que o país recorresse aos empréstimos do FMI com o objetivo de manter em atividade a conversibilidade e conseguir a confiança do mercado, sustentando um ciclo vicioso que permaneceu por toda a década de 1990 e resultou em um imediato aumento do montante da dívida.

3.3 Privatizações

Conforme citado, defensores da redução do setor público no país, Álvaro e María Julia Alsogaray, ficaram encarregados das privatizações. Margheritis (1999), considerando as características gerais do processo privatizador sob o governo menemista, divide a implementação das privatizações em fases: a primeira rodada começou quando Menem assumiu o poder em 1989 e se estendeu ao longo de 1990 até começo de 1991. Esse período inclui o início do processo de venda da ENTel, que prestava serviços de telefonia, e da empresa pública de transporte aéreo Aerolíneas Argentinas. A segunda rodada foram as empresas da rede rodoviária, vários canais de televisão e estações de rádio, algumas áreas petrolíferas centrais e

²⁷ Dados de CANO (2000)

secundárias, companhias petroquímicas e estradas. Consoante Margheritis (1999, p. 129, tradução nossa)²⁸:

O governo menemista definiu a ENTel e a Aerolíneas como os *leading cases* de seu programa reformista, porque essas primeiras privatizações teriam o objetivo de enviar à comunidade de negócios sinais claros sobre o compromisso do governo com as reformas de mercado. Além disso, o problema fiscal, juntamente com a impossibilidade de obter novos créditos externos, exigiram uma aceleração do processo.

Desse modo, essa primeira fase de implementação da política de privatizações foi motivada tanto pelo objetivo político de gerar credibilidade como pela necessidade de obter novos fundos, que permitiriam alcançar o equilíbrio nas Contas Nacionais e reduzir o endividamento externo.

A venda da ENTel para o setor privado, de acordo com Bonelli (2004), foi, na verdade, um arremate. Convocaram grupos integrados por empresários locais, por operadores internacionais e por banqueiros que detinham títulos da dívida externa. A empresa foi dividida em duas regiões, norte e sul, e seu controle acionário foi dividido em quatro partes, 60% para leilão, 25% para o público, 10% para os funcionários da empresa e 5% para as cooperativas tecnológicas. Inicialmente, os preços-base estabelecidos foram de US\$ 100 milhões para o lado norte e US\$ 14 milhões para o lado sul, mais uma soma contabilizada em US\$ 228 milhões a prazo. Os arrematadores do leilão foram aqueles que, sobre o preço-base, ofertassem mais títulos da dívida externa argentina como forma de pagamento, com um mínimo de US\$ 3.500 milhões estabelecidos por cada zona²⁹.

Em relação à companhia aérea, a Aerolíneas Argentinas foi avaliada em US\$ 636 milhões, e, para tornar mais fácil a venda, o governo absolveu a dívida existente. O consórcio espanhol Ibera-Cielos foi o único interessado, ofertando 260 milhões de dólares em espécie e US\$ 1,61 bilhão em títulos da dívida, em troca de 85% das ações da empresa³⁰. Em condições semelhantes, entre 1990 e 1995, o governo Menem privatizou a siderurgia, as petroquímicas, grande parte das ferrovias, as centrais elétricas e os demais setores energéticos (Quadro 1).

²⁸ “El gobierno menemista definió a ENTel y a Aerolíneas como los *leading cases* de su programa reformista, debido a que estas primeras privatizaciones tenían el objetivo de enviar a la comunidad de negocios claras señales sobre el compromiso del gobierno con las reformas de mercado. Además, el problema fiscal, juntos con la imposibilidad de obtener nuevos créditos externos, requería una aceleración del proceso.”

²⁹ Dados de Bonelli (2004)

³⁰ Id.

Quadro 1 – ARGENTINA: CRONOGRAMA DAS PRIVATIZAÇÕES - 1990 – 1995

1990	Telefonia, Aviação, Petroquímicas; Concessões sobre áreas petrolíferas e estradas.
1991	Venda de ações de telefonia; contratos de associação e concessão da extração de combustíveis; Concessão de ramais ferroviários.
1992	Transporte e distribuição de gás; Obras sanitárias; SEGBA; Empresas siderúrgicas; Comunicações.
1993	YPF (Petróleo); Centrais hidro e termoelétricas; Transmissão de eletricidade; concessão de ramais ferroviários e subterrâneos.
1994	Centrais elétricas; distribuição de eletricidade; venda de ações de transporte e distribuição de gás.
1995	Centrais elétricas; Petroquímicas.

Fonte: BASUALDO, 2002.

Bonelli (2004) destaca também que o grande processo de vendas baratas das empresas agravou as taxas de desemprego e de subemprego e favoreceu a corrupção que marcou o modelo menemista, e as privatizações que originaram as suspeitas foram justamente as da ENTel, YPF e Aerolíneas Argentinas. Além disso, a venda das multinacionais intensificou a transnacionalização do sistema bancário, deixando o futuro dos argentinos na mão dos bancos estrangeiros, ou seja, o poder de decisão das empresas líderes estava agora no exterior. No Anexo A, está descrito uma cronologia das reformas no primeiro governo Menem, de 1989 a 1994.

3.4 Aspectos da Economia Argentina, 1989 – 1994

3.4.1 Contas Nacionais

O Gráfico 8 mostra as taxas de crescimento do PIB ao longo do primeiro governo de Menem.

Gráfico 8 – ARGENTINA: TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB - 1989 – 1994



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Paolera e Taylor (2003).

A variação anual do PIB apresenta um breve crescimento entre 1989 e 1991. Em 1992, mostra um alinhamento inferior, e uma recuperação em patamares próximos a 6%, em 1993 e em 1994. A Tabela 3 apresenta o consumo, o investimento, a poupança bruta interna, nacional e externa como parcela do PIB.

Tabela 3 – ARGENTINA: CONSUMO, INVESTIMENTO E POUPANÇA, 1989 – 1994, (% DO PIB – 1000 PESOS DE 1986)

Ano	Consumo	Investimento	Poupança Bruta Interna	Poupança Bruta Nacional	Poupança Externa
1989	79,4	15,5	20,6	18,7	-3,2
1990	80,0	13,2	20,0	18,0	4,9
1991	82,7	15,5	17,3	15,8	0,3
1992	85,5	18,7	14,5	13,8	4,9
1993	85,5	20,4	14,5	13,7	6,7
1994	84,1	22,8	15,9	15,2	7,6

Fonte: INDEC.

O consumo subiu de 79,4%, em 1989, para 84,1%, em 1994. A justificativa para esse aumento está no crescimento da participação da poupança externa na formação da renda disponível, fortalecendo a concepção de que houve um crescimento econômico promovido pelo consumo importador. O investimento bruto interno fixo, como parcela do PIB, passou de 15,5%, em 1989, para 22,8%, em 1994. A participação do investimento na renda nacional apresenta valores baixos durante toda a década de 1990. Em sua maioria, esses investimentos

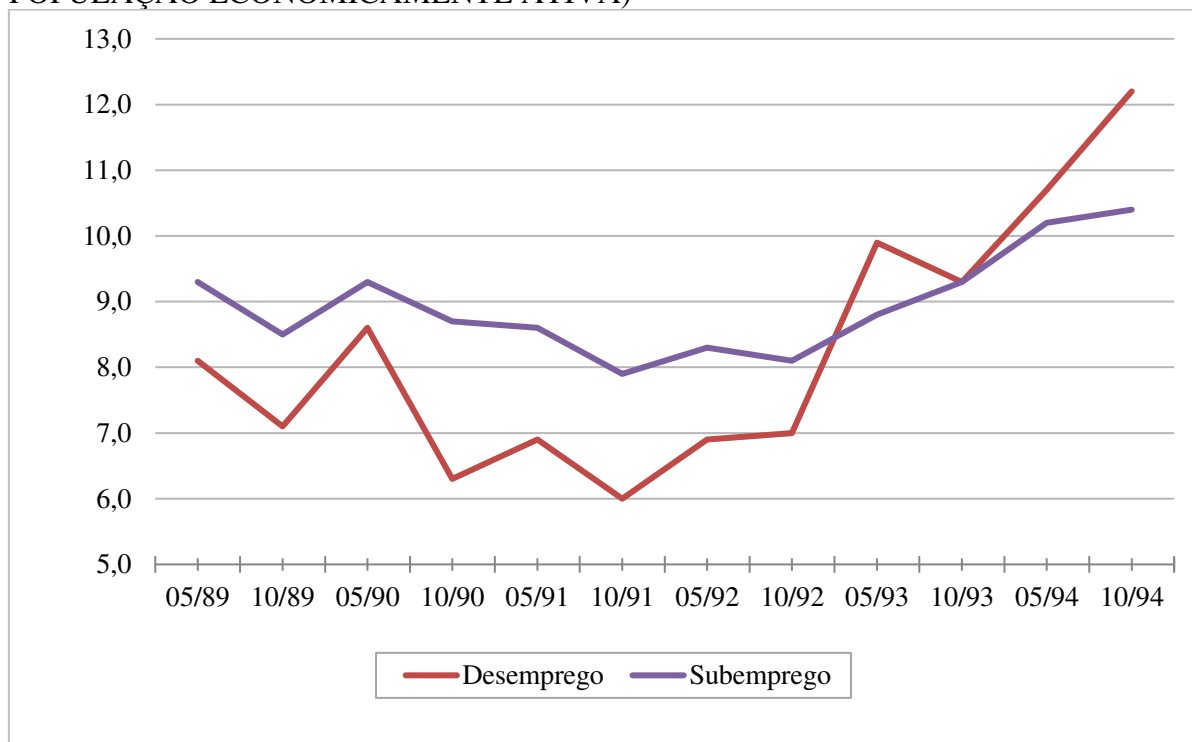
decorriam do Estado, e a execução da agenda neoliberal de “Ajuste e Reforma”, iniciada no final do governo de Alfonsín e continuada por Menem, trouxe aumento de investimento, apesar da atração de agentes externos (por isso, a elevação percentual anteriormente observada), há uma participação inferior a 25% na composição do PIB. Quanto às poupanças brutas interna e nacional, houve uma queda nesse período. A poupança interna bruta e externa totalizadas apresentam valores próximos aos do investimento, como consequência da abertura e desnacionalização da economia argentina.

3.5 Empregos e Salários

Os índices gerais de desemprego e de subemprego são apresentados no Gráfico 9, demonstrando um resultado relevante das transformações estruturais que a economia argentina sofreu na primeira metade da década de 1990. O crescimento dos dois índices demonstra a insuficiência do crescimento econômico nesse período e seu perfil concentrador e excludente. As leves reduções de 1990 e 1991 no desemprego e 1991 e 1992 no subemprego insinuam o resultado das reformas trabalhistas e tributárias praticadas pelo governo Menem, com aumento da precarização do trabalho.

De acordo com Cano (2000), em 1991 foi instituída a reforma do mercado de trabalho e as suas principais alterações foram: (a) a fixação de um teto de três salários mensais para a indenização de trabalhadores com um ano no emprego, e, no máximo de doze, para os que possuíam mais de dez anos no emprego; (b) a negociação salarial poderia permitir apenas reajustes de acordo com o aumento da produtividade, ficando proibido o repasse de custos aos preços; (c) as empresas passaram a fazer as negociações coletivas e não mais, necessariamente, por setor ou categoria; (d) os contratos de trabalho temporário (dois anos sem renovação) teriam duração de seis meses a dois anos, criando várias modalidades de contratação; (e) no caso de quebra ou venda da empresa, o novo patrão é dispensado do passivo trabalhista; (f) instituição de conciliações trabalhistas extrajudiciais, privatizando de fato parte da Justiça do Trabalho, entre outras. Essa reforma gerou fortes descontentamentos, o que originou a instituição paralela à CGT, a CTA (Confederação dos Trabalhadores da Argentina), composta pelos sindicatos opositores do governo.

Gráfico 9 – ARGENTINA: DESEMPREGO E SUBEMPREGO, 1989 - 1994 (% POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA)

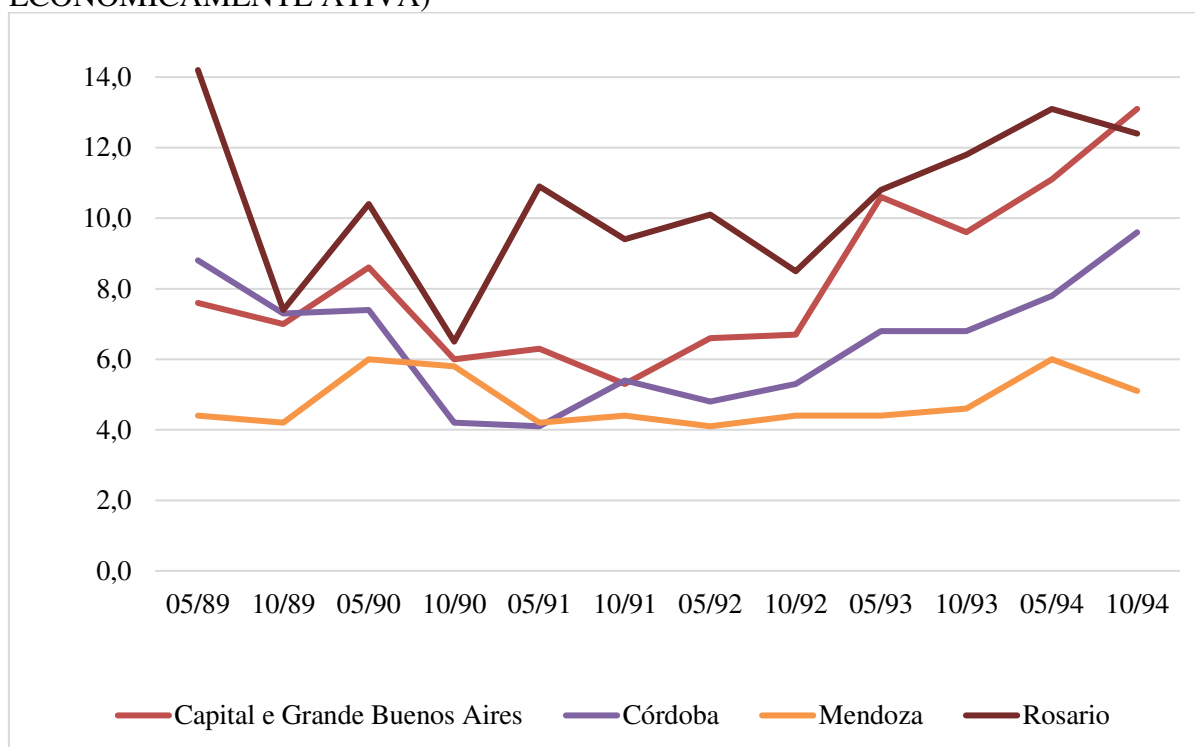


Fonte: INDEC.³¹

O Gráfico 10 mostra os índices gerais de desemprego e de subemprego regionalmente. É observado, na região da Capital e Grande Buenos Aires, que o desemprego diminuiu da taxa geral até 1993, quando passou a crescer. Nas regiões de Córdoba e Mendoza (áreas de concentração industrial), o desemprego permaneceu entre 30% e 40% abaixo da taxa geral, por todo período, exceto para Córdoba, em 1990. E, em Rosário, região de produção primária, o desemprego se manteve sempre acima da taxa do país.

³¹ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar.

Gráfico 10 – ARGENTINA: DESEMPREGO POR REGIÃO - 1989-1994 (% POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA)



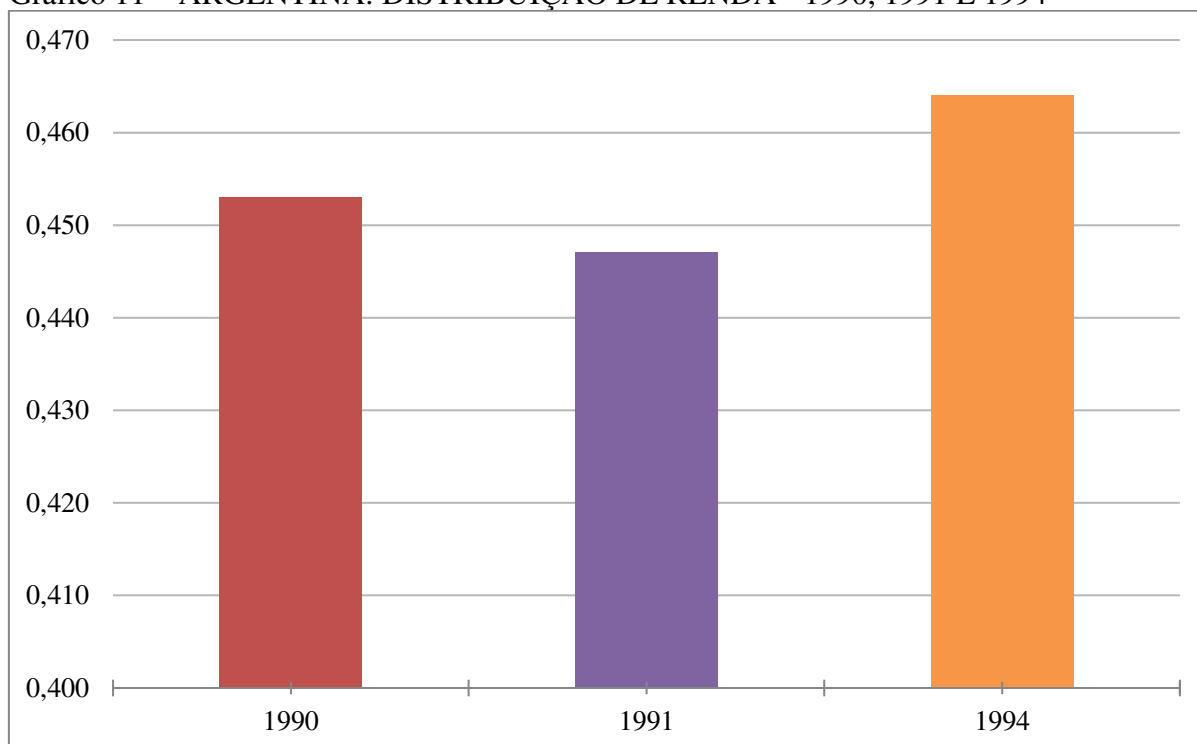
Fonte: INDEC.

Bonelli (2004) afirma que as privatizações também aceleraram os níveis de desemprego nos setores médios da sociedade. O autor usa o termo “novos pobres” para classificar os trabalhadores que perderam seus empregos nas companhias privatizadas. Estimavam-se 500 mil desempregados e aumento da marginalização.

O Gráfico 11 traz outro índice expressivo como resultado das reformas neoliberais, a distribuição de renda. No período 1990 – 1994, o coeficiente de Gini medido para a sociedade argentina é, em 1990, 0,453; em 1991, 0,447; em 1994, 0,464. Esses dados apontam uma curta melhora no início do Plano de Conversibilidade, em 1991, porém o aumento, em 1994, comprova a característica de concentração e exclusão das políticas econômicas expostas.

Os relatórios sobre a situação nutricional mundial desenvolvidos pelo PNUD/Banco Mundial (1987, 1989, 1991, 1993, 1995 e 1997) apresentam indicadores de empobrecimento e do agravamento da disponibilidade alimentar da maior parte da população argentina sob o governo Menem (1989-1994). O consumo de carne bovina caiu de 89 kg/ano/hab, em 1986, para 76,1%, em 1989, e, em 1996, seria de 57 kg/ano/hab.

Gráfico 11 – ARGENTINA: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA - 1990, 1991 E 1994



Fonte: HEYMANN e KOSSACOFF, 2000.

As medidas praticadas no governo Menem colocaram a Argentina no grupo de países da América Latina que, durante 1989 a 1994, tiveram um aumento da pobreza relativa e agravamento nas condições de vida dos pobres. Entretanto, tais políticas beneficiaram um restrito grupo, constituído pelo capital externo e pelos gerenciadores desse capital em território nacional. Depois da alavancada agenda de “Ajuste e Reforma”, o desmonte das instituições do Legislativo e do Judiciário, a instituição das leis de Emergência Econômica e de Reforma do Estado, privatizações sem objetivos claros e em termos suspeitos, extinção de direitos e proteções salariais e empregos, o presidente Menem ainda teria que mostrar mais esforço em um segundo mandato.

4 SEGUNDO GOVERNO MENEM, 1995 – 1999

4.1. Cenário Político e Econômico

Desde sua eleição em 1989, Carlos Menem buscou suporte para uma reforma constitucional que permitisse sua reeleição. O presidente necessitava de dois terços dos votos na Câmara e no Senado para a alteração do texto constitucional e não mediu esforços para consegui-la. Aproveitando a circunstância favorável a seu governo, Menem fez a proposta de reforma passar pelo Senado³² e pressionou os deputados da UCR com a ideia de implementar um plebiscito junto à sociedade argentina para analisar a possibilidade de concorrer a um novo mandato. Além disso, aproveitou-se da conjuntura hegemônica formada com as nomeações para a Suprema Corte, logo no começo do seu mandato, para intimidar com a proposta de uma “interpretação” do texto constitucional que lhe autorizasse a candidatar-se à reeleição.

A trajetória para a reeleição de Menem se definiu com o chamado Pacto de Olivos, um acordo das condições para uma reforma institucional, firmado entre o Partido Justicialista e a União Cívica Radical, representada pelo ex-presidente Raúl Alfonsín. As condições seriam: (1) a reeleição; (2) a redução do mandato de seis anos para quatro anos, com a possibilidade de reeleição; (3) a criação do cargo de chefia do Gabinete de Ministros; (4) a eleição direta do prefeito de Buenos Aires; (5) a criação do Conselho da Magistratura, e (6) a regulamentação de decretos de emergência e controle externo do setor público (FRAQUELLI, 2000). Segundo Floria e Belsunce (2004, p. 1052, tradução nossa)³³:

O Pacto de Olivos foi um acordo hermético, sem informação, nem debate público. A reforma constitucional foi a consequência de uma relação de forças e não da busca de um desenho mais apropriado a novos tempos e suas exigências. (...). Ambos os partidos exibiram a reforma como triunfo de objetivos guardados por cada um, mas a conclusão relativamente objetiva foi a de que a tendência à hegemonia não havia sido neutralizada e que a estratégia defensiva da oposição dependeria muito mais do comportamento e das reações da sociedade civil do que da classe política.

Por outro lado, surgia um novo problema na pauta econômica: a instabilidade dos mercados financeiros internacionais. Como a economia argentina estava dependente da

³² Decreto 2181/93.

³³ *El Pacto de Olivos fue un acuerdo hermético sin información ni debate público. La reforma constitucional fue la consecuencia de la relación de fuerzas y no de la búsqueda del diseño más apropiado a nuevos tempos y sus exigencias. (...). Ambos partidos principales exhibieron la reforma como el triunfo de objetivos guardados por cada uno, pero la conclusión relativamente objetiva fue que la tendencia a la hegemonia no había sido neutralizada y la estrategia defensiva de la oposición dependería mucho más del comportamiento y reacciones de la sociedad civil que de la clase política.*

paridade cambial, precisava de grande fluxo de dólares para sustentar o nível de preços e de consumo, em um cenário de importações crescentes. Um aumento nas taxas de juros internacionais levaria as autoridades monetárias locais a ofertar taxas mais altas também, o que causaria a saída da moeda estrangeira. Segundo a política econômica estabelecida por Domingo Cavallo, o aumento dos juros domésticos seria o caminho mais plausível, diante das outras opções, que seriam: praticar uma desvalorização do câmbio ou aceitar a volta da inflação aberta. Contudo, os apoiadores de Menem presumiam que os efeitos de redução da renda real dos trabalhadores e o desemprego refletiriam politicamente nas eleições para o Poder Executivo em 1995. Em resposta a essa demanda, Cavallo diminuiu as exigências de superavit primário, através da redução do consumo e das transferências do governo.

Com o *slogan* de campanha “*No detengamos la historia: Menem 95*”³⁴ (Figura 1), Menem e Carlos Ruckauf como vice conseguiram a vitória com praticamente 50% dos votos, enfrentando uma UCR debilitada, sem confiança e disputando espaço com uma então nova frente de oposição, a FREPASO³⁵. De acordo com Fraquelli (2000), uma pesquisa realizada pelo Centro de Estudos e Opinião Pública (CEOP) e divulgada pelo jornal Clarín mostrou as motivações que levaram os eleitores a votarem no Partido Justicialista, tais motivos incluíam a estabilidade econômica, segundo os portenhos, e a simpatia pelo partido, para os bonaerenses. Para Souza (2015), a conjuntura nacional, de fortalecimento do consumo importador, e o sinal de crise financeira no México, junto com a ausência de alternativas representativas, atuaram como motivos importantes para o apoio da sociedade argentina para mais uma rodada de políticas neoliberais. Ou seja, uma nova sequência de privatizações, de abertura do capital externo, de precarização das relações de trabalho e uma redução ainda maior da participação do Estado na economia argentina. Assim, a Argentina continuava sendo a “aluna mais aplicada do FMI”, porém abandonava os interesses sociais da população.

³⁴ Não detenhamos a história: Menem 95 (tradução nossa).

³⁵ Resultado de um movimento organizado pelo dirigente peronista José Octávio Bordón com a Frente Grande.

Figura 1 - CAMPANHA ELEITORAL DE MENEM EM 1995



Fonte: Educ.ar (2013).

No começo de 1994, o cenário econômico se apresentava bastante distinto de 1989, ao final do governo Alfonsín. Aparentemente, o problema da hiperinflação foi solucionado através do Plano de Conversibilidade de 1991, que de 3.046%, em 1989, e 2.078%, em 1990, caiu para 140%, em 1991, e, em 1994, para 2,85%³⁶. O peso argentino dolarizado apresentava alto poder de compra, permitindo amplo acesso dos produtos importados aos consumidores argentinos. As reformas estruturais do governo argentino ainda não conseguiam superar o ciclo quinquenal de crescimento do PIB. O crescimento do PIB argentino, assim, deu-se pelo aumento da demanda agregada através do consumo importador, entre 1990 e 1994. Isso significava uma economia incapaz de sustentar um crescimento do ciclo industrial por dez anos, e também dependente de relações comerciais com o perfil primário-exportador, uma vez que não se realizavam transformações estruturais na eficiência marginal do capital ou na produtividade de fatores de capital ou trabalho.

A redução de consumo do governo, assim, o que poderia se alegar como uma redução do deficit público, encontrava sua pressão inflacionária no aumento do consumo importador. O que represava a explosão inflacionária era a formação de um elevado nível de reservas em dólar, expediente que se tornava cada vez mais difícil e custoso. Mas a euforia do *boom* das importações, estimulando o consumo mesmo da classe média parecia esfumegar o futuro preocupante da economia argentina.

4.2 A Crise Mexicana e a Queda de Cavallo

³⁶ Dados do Banco Mundial.

Em 1994, a Argentina apresentava, de toda forma, crescimento econômico e estabilidade de preços. Parecia ter se instalado o “milagre argentino”³⁷. Menem aproveitou o plenário da 49ª Assembleia Anual do FMI e do Banco Mundial, realizada em Madri, para agradecer o apoio recebido dos órgãos internacionais desde o começo da sua gestão e comunicou que, a partir daquela ocasião, a Argentina passaria para uma “nova fase”, conhecida como Argentina pós-FMI.

No entanto, as crises itinerantes dos anos 1990 começavam a se manifestar. A conjuntura econômica do México estava sofrendo com problemas acumulados, que se concretizaram em instabilidade das suas contas externas e, ao final de 1995, os mexicanos passariam por uma crise financeira. É importante destacar que, ao final da década de 1980, o México também adotou um conjunto de reformas econômicas sob o comando do FMI, com o argumento de controlar a inflação da moeda doméstica. Tais reformas baseavam-se em abertura comercial, juros baixos, valorização cambial e controle da moeda e do crédito, acrescentadas às privatizações e à liberalização das relações trabalhistas. A desregulamentação financeira e o aumento da entrada de capitais de curto prazo e alto risco aumentaram o total de crédito disponível ao setor privado. Entre 1990 e 1994, entraram em média US\$ 30 bilhões por ano, no México, e, como consequência, o endividamento externo privado quase triplicou entre 1988 a 1994, chegando a US\$ 18 bilhões (SOUZA, 2015).

De acordo com dados da Cepal (1998), com a mudança na política cambial mexicana, os investidores estrangeiros recolheram aproximadamente 12 bilhões de dólares do mercado financeiro mexicano entre 1994 e 1995. Assim, o PIB mexicano caiu 6,6%, em 1995, com um declínio no nível de investimento de 35%. Para satisfazer os interesses dos investidores americanos no México, o governo americano socorreu o país com 53 bilhões de dólares, dos quais 20 bilhões viriam dos próprios EUA, US\$ 17,8 bi do FMI e o restante da comunidade econômica internacional. Contudo, a ajuda não impediu o crescimento da dívida externa mexicana, que passou de 131 bilhões de dólares, em 1993, para 158 bilhões, em 1998.

A crise mexicana de 1995 difundiu desconfiança sobre todos os países emergentes, pois o México era considerado exemplo de uma “governança responsável” e de políticas macroeconômicas sólidas e, mesmo assim, sofreram a crise. Então, era de se esperar que o mesmo acontecesse com os demais países latino-americanos na mesma situação, como Brasil e Argentina pois, com os seus mercados financeiros integrados, haveria grande possibilidade de crises econômicas que possuiriam o caráter de contágio.

³⁷ FERRER, 2004, p. 321.

Com o desenvolvimento do raciocínio de que, a partir dos acontecimentos do México, a economia internacional estaria submetida a crises que se espalhariam pelos países cujas finanças estivessem mais vulneráveis a ataques especulativos e dependeria também do nível de reservas em dólares das economias nacionais. Dessa forma, uma crise em qualquer país resultaria em preocupação nos demais, esse mecanismo garantiu uma alta liquidez ao dólar americano durante a década de 1990, através dos esforços dos demais países em aumentar suas reservas em dólares a níveis seguros, alterando significativamente as prioridades de gastos e investimentos domésticos (FERRER, 2004).

No caso da Argentina, a base eleitoral de Menem aproveitou a apreensão criada com o agravamento da conjuntura mexicana durante o ano de 1994 para usar na sua campanha, apresentando-se como o candidato mais preparado para impedir que o risco de um ataque especulativo do capital financeiro ou por um contágio virasse realidade. Cavallo também se aproveitou da situação para impor seu discurso técnico sobre o controle dos gastos governamentais, o que representava uma constante diminuição da ação de outros participantes do âmbito político argentino. A crise mexicana foi entendida como um exemplo da necessidade de aprofundamento das políticas neoliberais nos países emergentes. Além da recessão de quase 3% do PIB argentino em relação ao PIB de 1994, para Romero (2001, p. 288, tradução nossa)³⁸, em 1995, “terminaram os tempos de afluência fácil de capitais externos e da conseguinte folga fiscal; a tendência dominante foi a restrição, com seus conhecidos efeitos: aumento das taxas de juros, recessão, penúria fiscal e maiores doses de ajuste e reforma.”

De acordo com Ferrer (2004), o desequilíbrio simultâneo do Balanço de Pagamentos e do orçamento elevou a demanda por crédito internacional, e, conseqüentemente, a política econômica ficou ainda mais amarrada às expectativas dos mercados globais. O aumento da taxa de juros nos EUA atingiu os mercados financeiros dos países periféricos, incentivando a fuga de capitais e uma drástica queda do crédito internacional. O peso mexicano foi desvalorizado e gerou-se o chamado “efeito tequila”. Os países emergentes sofreram o choque, e a Argentina, que tinha os maiores indicadores de endividamento da América Latina e do mundo, foi o país mais afetado.

A primeira expressão da crise mexicana na Argentina foi com o câmbio e a desconfiança dos especuladores de que o câmbio mexicano afetaria o peso argentino, abrindo desconfiança também sobre a capacidade de liquidez das autoridades monetárias argentinas. Além disso,

³⁸ “[...] terminaron los tiempos de la afluencia fácil de capitales externos y de la consiguiente holgura fiscal; la tendencia dominante fue la restricción, con sus conocidos efectos: suba de las tasas de interés, recesión, penuria fiscal y mayores dosis de ajuste y reforma.”

havia a possibilidade, concedida pelas regras da Lei de Convertibilidade, de trocar pesos por dólares, em qualquer momento, à paridade de um para um, com custos baixos de intermediação, e também a necessidade de formação de reservas pelo Banco Central em quantidade igual a de moeda em circulação, de forma que, todos os títulos disponíveis no mercado pudessem ser trocados por dólares. Nos três primeiros anos da lei do Cavallo, as regras foram seguidas à risca pelo governo argentino, porém a crise da tequila abriu desconfiança dos investidores internacionais de que a Argentina também pudesse apresentar problemas (SCHVARZER, 2002).

De acordo com Fraquelli (2000), a reação de Cavallo foi surpreendentemente rápida, o ministro fechou um acordo de US\$ 11 bilhões com o FMI, que determinava a manutenção da âncora cambial pelo prazo mínimo de mais um ano. Para Schvarzer (2002), essa estratégia tinha o objetivo de acalmar a demanda à medida que os agentes locais comprovassem que o sistema era capaz de cumprir com suas regras básicas, fornecendo todos os dólares que lhe fossem solicitados.

Esse cenário se tornou um círculo vicioso. A incerteza sobre a continuidade da convertibilidade aumentava a demanda por dólares, que pressionava para baixo as reservas. Estas, por sua vez, reduziam a oferta monetária, aumentando as taxas de juros, restringindo o crédito e desestimulando as atividades produtivas. Houve uma forte recessão nos setores produtivos e crescimento do desemprego, que já estava alto em 1993, com 9,6%. Em 1995 e 1996, o desemprego passaria a mais de 17% da população economicamente ativa do país³⁹⁴⁰. Com a intenção de dar o recado ao mercado de que a convertibilidade iria seguir adiante até que “todos os pesos fossem trocados e o dólar se tornasse a moeda local” (SCHWARZER, 2002, p. 11), o governo argentino manteve a paridade unitária do câmbio, o cronograma de privatizações e as desregulamentações. A eliminação da moeda local e o comprometimento de todo o sistema bancário não pareciam abalar os ânimos do governo argentino.

Antes da crise mexicana, mais de 50% dos passivos das instituições financeiras em operação estava dolarizado, o que dificultava uma desvalorização. Com o apoio do FMI, o ministro Cavallo procurou preservar as instituições financeiras argentinas contendo a demanda, apesar de que inevitavelmente algumas delas quebrariam. Mais de 8 bilhões de dólares foram subtraídos do sistema bancário entre dezembro de 1994 e maio de 1995. Isso era o equivalente a 20% dos depósitos existentes em dezembro de 1994. O BCRA, com certa compaixão, liberou

³⁹ Dados do INDEC.

⁴⁰ Idem.

redescontos de US\$ 2,4 bilhões, diminuindo as exigências de encaixe pelos bancos comerciais em um montante de US\$ 3,4 bilhões (HEYMANN, KOSSACOFF, 2000).

Em 1995, iniciou-se a desnacionalização do capital financeiro. De acordo com o Relatório do BCRA (1996; 1998), Cavallo criou o Fundo Fiduciário de Capitalização Bancária (FFCB), que, com parte dos recursos à custa da privatização da YPF, forneceu um total de US\$ 326,8 milhões às instituições em processos de reestruturação, entre 1995 e 1998. Constituiu-se também o Fundo de Garantia dos Depósitos (FGD), apenas com recursos privados, a partir de contribuições compulsórias das próprias instituições financeiras. Entre 1995 e 1998, o FGD, recolheu US\$ 568,4 milhões para garantir operações do sistema financeiro argentino. Na conjuntura estrutural, Cavallo introduziu a “Segunda Reforma do Estado”, com um ajuste rígido das transferências de fundos aos distritos e novas privatizações.

Criou-se também o Programa Contingente de Passes (PCP) com o objetivo de estabelecer contratos entre os bancos internacionais e o BCRA. Por eles, a autoridade monetária argentina venderia à contraparte, com acordo de recompra, títulos públicos e letras hipotecárias em dólares. A crise de 1995 acelerou o processo de privatização dos bancos e instituições financeiras, segundo Relatório do BCRA (1998), apenas três bancos públicos haviam sido privatizados até 1994; em 1995, seriam cinco; em 1996, seriam quinze.

Cañonero (1997) afirma que, entre 1995 e 1996, dos cinquenta bancos que desapareceram, 24 foram absorvidos por outros, 19 bancos se incorporaram em 4, e 11 deles foram liquidados. Das dez principais instituições financeiras do país, sete eram de capital estrangeiro. Segundo Bonelli (2004, p. 80, tradução nossa), o diretor do FMI, Michel Camdessus, elogiava a integridade das autoridades argentinas na resolução da crise bancária, tendo o país como exemplo para “mostrar ao mundo as vantagens das receitas ‘bem-sucedidas’ do organismo.”. Dessa maneira, a continuidade da paridade cambial e da agenda de “Ajuste e Reforma” eram prioridades para o governo e o principal ingrediente da sua ação.

Os dados da Tabela 4 indicam que a maior parcela do “efeito tequila” sobre a economia argentina revelou-se entre dezembro de 1994 e 1995. Em 1995, o PIB e o consumo sofreram recessão, e o desemprego alcançou 17,5%. Observando os dados apresentados, os esforços de Cavallo em liquidar ativos públicos por meio de privatizações não obtiveram uma eficiência significativa no superávit primário do governo, o déficit primário retornou em 1996, e, entre 1994 e 1996, o déficit público estabelecido avançou de US\$ 650 milhões para US\$ 5 bilhões.

Tabela 4 – ARGENTINA: TAXAS DE CRESCIMENTO PERCENTUAL DE VARIÁVEIS SELECIONADAS - 1995 – 1996

Ano	1995	1996
PIB (taxa de crescimento em pesos %)	-2,8	5,5
Consumo (taxa de crescimento em pesos %)	-4,4	5,5
Exportações (taxa de crescimento em US\$ dólares %)	32,07	13,61
Importações (taxa de crescimento em US\$ dólares %)	-6,74	18,5
Superávit Primário do Governo (% PIB)	1,11	-0,26
Desemprego (% da população economicamente ativa)	17,5	17,2

Fonte: INDEC.⁴¹

Com a crise contida, o foco mudou. Desde o começo da tentativa de estabilização econômica, a população argentina ficou familiarizada com o termo “ajuste”. Houve vários momentos em que o governo se encontrou no dilema de avançar com os cortes do gasto público; mas, na maioria das vezes, manteve-se fiel às orientações do FMI. O agravamento do quadro social, com os dirigentes peronistas tradicionais alegando prejuízos à sua base eleitoral e o afastamento do Peronismo tendo se aproximado excessivamente da receita do FMI, via o descontentamento da base Menemista ser descontado em Cavallo, que passaria agora a ser um “adversário interno” de Menem. Por trás dessa questão, havia a evidente contraposição de Cavallo – que não refutava eventuais apostas em uma candidatura à sucessão de Menem em 1999 – ao próprio Menem, no protagonismo do governo. Assim, apesar de haver aqueles que estimavam que o afastamento do ministro seria impossível, por ser um dos autores do Plano de Conversibilidade, outros consideravam que sua saída seria uma forma de limpeza do território político, que, até então, estava prometido à consolidação da hegemonia menemista.

O maior conflito enfrentado por Cavallo foi em razão das discussões sobre a Lei de Patentes Medicinais. O então ministro postou-se ao lado dos laboratórios norte-americanos, colidindo com a opinião dos senadores governistas, que eram favoráveis aos laboratórios locais, encabeçada por Eduardo Menem. Outro conflito foi a privatização dos correios, em que Cavallo acusou o Congresso de favorecer o empresário Eduardo Yabrán. A acusação se estenderia também à evasão fiscal, ampliada aos ministros da Justiça e do Interior, Elias Jassan e Carlos Corach. Cavallo tentou se defender com acusações e instalou a discussão pública sobre o tema da corrupção governamental, que cresceu nos anos seguintes. A situação se tornou insustentável e, no final de julho de 1996, Cavallo saiu do Ministério da Economia, aliando-se a um partido

⁴¹ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar.

menor, a *Acción por La Republica*, pelo qual seria eleito deputado nas eleições legislativas de 1997, mantendo sua presença no ambiente político (ROMERO, 2001).

O ministério foi repassado para Roque Fernández, um economista ortodoxo que presidia o Banco Central. Sobre a queda do ministro Cavallo, Rosenberg (1996, p.1) comentou para a Folha de São Paulo:

Tudo começou com a demissão de Cavallo. Menem revelou-se um churrasqueiro impecável ao assar seu ministro-problema, o que já nos permitia prever, durante o fim de semana passado, que os mercados reagiram até com indiferença à sua substituição. [...] Pois bem, começam a operar os mercados de câmbio, juros e Bolsas: serenos, tendo recebido com naturalidade a troca de Cavallo por Roque Fernández e esvaziando a ameaça de crise. Os investidores [no Brasil] são então surpreendidos pela decisão da mesa do BC [brasileiro] de desvalorizar o câmbio naquela manhã num percentual duas vezes maior do que o usual.

Dessa forma, a turbulência esperada não aconteceu de forma imediata sobre a economia argentina. Segundo Souza (2015), houve dois motivos para isso ter acontecido: (1) Cavallo não tinha a importância efetiva que acreditava ter para a política econômica argentina, e (2) a base de apoio ao Plano de Convertibilidade e à política menemista era maior e mais heterogênea do que se pensava.

Segundo Romero (2001), Fernandez tinha mais interesse em ajustar as contas fiscais do que satisfazer as pretensões políticas. Desse modo, houve aumento do preço dos combustíveis, elevação do Imposto sobre o Valor Agregado, que alcançou o nível de 21%, redução do número de empregos públicos e cortes substanciais no orçamento do governo. Na verdade, Fernandez não passava de uma continuação de Cavallo, o novo ministro classificou a taxa de desemprego de “transparência” gerada pelas reformas estruturais e alegou que a economia argentina estava mais transparente e que agora mostrava um problema antes oculto pela distorção no mercado de trabalho. A estratégia básica continuou a mesma, apontando um “cavallismo sem Cavallo”.

A nomeação de Roque Fernandez para o cargo de Cavallo apontava assim, para Menem, o progresso do comprometimento com a política de convertibilidade. Para os investidores internacionais, representava a continuação do programa cambial, da abertura econômica e da agenda de “Ajuste e Reforma”. Como Cavallo fez, Fernandez continuou sem reformas fiscais setoriais ou intervenções nas relações entre capital e trabalho, mais preocupado na manutenção da máquina do que em seu produto decorrente.

A instabilidade que começou em 1994 no México, alcançou, em 1997, o Sudeste Asiático, mais precisamente a Tailândia, em 1998, a Rússia, e, em 1999, o Brasil. Na Tailândia, a crise começou com a decisão do governo tailandês de liberar o *baht*, moeda nacional, à

flutuação cambial. Até 1997, o Sudeste Asiático conquistou aproximadamente metade do fluxo total de capital aos países emergentes, por causa, em parte, das elevadas taxas de juros ofertadas pelos países da região. Consequentemente, esses países apresentaram altas taxas de crescimento do PIB. Contudo, o fluxo de capitais não foi acompanhado por um aumento na produtividade do setor real dessas economias. Como a entrada de capitais nesses países era de curto prazo, bolhas especulativas se formaram demandando empréstimos cada vez maiores para quitar empréstimos. O resultado foi o aumento do déficit na Conta Corrente dos Balanços de Pagamentos daqueles países, supostamente solucionados com maiores aberturas de seus mercados. Além disso, o dólar subiu de 25 para 56 *bahts*, e a bolsa tailandesa caiu 75%, em 1997 (BONELLI, 2004).

De acordo com Fraquelli (2000), um momento importante para os agentes econômicos na Argentina aconteceu em novembro de 1997. A classe empresarial se reuniu em Bariloche para avaliar o efeito da crise asiática sobre a Argentina. Eles elaboraram os possíveis cenários a partir da crise asiática, ao mesmo tempo em que rejeitaram qualquer elevação de tributos para solucionar as dificuldades das finanças públicas. Em fevereiro de 1998, foi efetivado o Acordo de Facilidades Ampliadas⁴² com o FMI. Todavia, depois de um mês, a Argentina se deparava com problemas para cumprir as exigências com as metas previstas no acordo. O ministro Fernandez aproveitou a oportunidade para lançar a ideia da necessidade de uma reforma tributária que permitisse uma redução dos impostos sobre a admissão de trabalhadores para incentivar o emprego. Em março do mesmo ano, houve mais um encontro do FMI com os argentinos para ajudar o país com o fechamento do seu Balanço de Pagamentos e com o financiamento das contas públicas. Mais uma vez, o ministro tentou convencer os empresários a apoiarem a iniciativa da reforma tributária, agora acrescentando a generalização do IVA sobre todos os setores econômicos. Entretanto, houve a oposição de três instituições importantes, a União Industrial Argentina, a União Argentina da Construção e a Câmara Argentina do Comércio.

Em 1998, deu-se a crise russa. O contágio pela crise asiática causou o acúmulo dos passivos, que, por força de atração dos títulos do governo russo, acabaram em seu mercado financeiro. A isso somou-se a queda dos preços do petróleo e de minerais não ferrosos. Os

⁴² Um programa orientador das negociações com os credores externos que tinha o objetivo de reestabelecer as relações com os organismos financeiros internacionais. De acordo com Braga; et. al. (1995), a Argentina receberia um crédito externo de US\$ 5,7 bilhões, do FMI e Banco Mundial, e um crédito interno de US\$ 1 bilhão. As metas do acordo incluíam o aumento do Imposto sobre o Valor agregado, aumento da Tarifa Externa Comum e política de encargos sociais com diferenciação regional.

títulos do Tesouro russo indexados em dólares (GKO) foram sobrevalorizados a mais de 150% para sustentar o câmbio. A inflação atingiu 84%, em 1998, e 127%, em 1999, trazendo de volta o racionamento e a escassez total de bens de consumo essenciais, e o desemprego alcançou 13%, em 1998 (HEYMANN, KASACOFF, 2000). Segundo Fraquelli (2000), a crise russa afetou a Argentina na produção industrial, no ritmo da construção civil, e na produção de petróleo. A redução no preço das *commodities* e a entrada de produtos estrangeiros, com preços mais baratos, afetaram os investimentos produtivos na Argentina.

Romero (2001) relata que a desvalorização do real, em 1999, acometeu a economia Argentina de forma que diminuiu as exportações argentinas e desencadeou uma onda de reivindicações de proteção econômica, em que grandes empresas, que tinham maior autonomia, consideraram a possibilidade de mudança para o Brasil ou pelo menos terceirizar parte dos que eles produziam.

Em todos os casos de crise, o FMI ofereceu pacotes de socorro para o equilíbrio das contas públicas e do Balanço de Pagamentos, para os chamados ajustes de curto prazo. Para a Tailândia, o FMI ofereceu um empréstimo condicionado a “reformas estruturais”, somadas a maior abertura e favorecimento dos mercados financeiros nos países do Sul Asiático e com redução do papel do Estado na promoção de políticas econômicas. No caso da Rússia, o FMI e o Banco Mundial adicionaram US\$ 22,6 bilhões no país, para substituir títulos GKO, com vencimentos próximos, por *Eurobonds* de longo prazo⁴³. Segundo Stiglitz (2003, p. 234-235), alguns países que poderiam estar diretamente envolvidos com a crise asiática conseguiram fugir dela ao mesmo tempo em que se desviaram das receitas do FMI:

A China evitou uma retração da atividade econômica implementando políticas monetária e fiscal expansionistas – precisamente o oposto do que o Tesouro e o FMI haviam imposto no resto da região. A Malásia, o país com a mais curta e a menos profunda retração, não só não teve nenhum programa do FMI, como impôs controles de capital, medida que foi fortemente criticada pelo Tesouro dos Estados Unidos, pelo FMI e por outros. Seguindo seu próprio caminho, a Malásia ficou com um legado de dívida muito menor do que o daqueles que acataram os conselhos do Tesouro/FMI. Com controles de capital, a Malásia foi capaz de evitar que as taxas de juros aumentassem até os níveis usuários impostos nos demais lugares. Com menores taxas de juros, houve muito menos falências, permitindo que os bancos malaios enfrentassem muito menos problemas. Na Coreia, em contraste, metade das empresas enfrentou dificuldades financeiras, e na Indonésia, cerca de 75%. A Tailândia, o país que seguiu mais de perto o conselho do FMI/Tesouro, somente agora [2003] está retornando aos níveis de PIB que possuía antes da crise.

⁴³ Dados do FMI.

Nesse cenário global catastrófico, para o FMI ficou evidente que suas receitas apenas levavam os mercados à instabilidade no médio prazo, acompanhada de recessão econômica, com sequelas sociais, desemprego, pobreza e marginalização. A Argentina terminaria o ano de 1998 com recessão no PIB, aumento dos juros da dívida, escassez e alto custo de crédito, queda nos preços de produtos exportados e recessão interna. O ambiente se agravou mais ainda com a transnacionalização e a privatização de vários bancos e empresas, além do aumento da dívida externa, que atingiria US\$ 160 milhões, em 1998. Esse valor seria o dobro, em termos absolutos, do observado em 1994.

4.3 Segunda Rodada de Privatizações

Como visto anteriormente, desde 1991, as privatizações foram o principal recurso de sustentação da conversibilidade da política econômica menemista. Pressionado por urgências financeiras e por problemas de credibilidade, o governo argentino, através de acordos com o FMI e com o Banco Mundial, lançou o programa de privatização voltado, principalmente, para a venda dos ativos públicos para o financiamento de contas públicas. Foram arrecadados quase US\$ 2 bilhões com as vendas em 1991, 99% em efetivo e 1%, o equivalente a US\$ 21 milhões, em títulos da dívida, que se dividiam em 15% do valor nominal no momento da entrega. As maiores vendas no ano de 1991 foram cinco áreas petrolíferas centrais pelo valor de US\$ 858 milhões e 30% da ENTel, por US\$ 838 milhões⁴⁴.

A partir da privatização da ENTel, deu-se início à prática de passar a lançar parte da empresa no mercado de valores. O mesmo aconteceu com a *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, a YPF, empresa pública de combustíveis que seria restaurada e transferida ao capital privado e internacional entre 1993 e 1999. O seu capital social ficou dividido entre o governo nacional com 51%, os governos provinciais com 39% e o Programa de Propriedade Participada (PPP) com 10%. Foram vendidas 45,3% das ações da YPF a US\$ 3,040 bilhões. Também foi consolidado um acordo entre os pensionistas do sistema previdenciário, em condição mais favorável ao governo, e menos aos trabalhadores aposentados, cancelando a dívida do governo que se deu pela cessão de 1,9% do capital social da YPF a 207,5 milhões de dólares⁴⁵. Assim, no final de 1993, o setor privado controlava mais da metade da YPF, 58,4% do capital social. Os 10% destinados aos trabalhadores da YPF iriam sendo isoladas ao longo da década, diminuindo sua participação, até que, em 1999, a Repsol espanhola comprou 98% da empresa.

⁴⁴ Dados da Margheritis (1999).

⁴⁵ Id.

A soma total das privatizações desempenhadas na década de 1990 na Argentina alcançou um pouco mais de US\$ 20 bilhões. Entre 1990 e 1994, o resultado foi de 15,4 bilhões de dólares, correspondendo a uma parcela média anual do PIB de 2%; de 1995 a 1999, a soma foi de 5 bilhões de dólares, oriundos da venda de ativos públicos, com uma média anual de 0,5% do PIB⁴⁶.

No primeiro governo Menem (1989-1994), foram privatizadas as fábricas operadas pelas Forças Armadas, o sistema portuário, as duas ferrovias, a aviação comercial, o gás, as telecomunicações, o setor elétrico, a linha de metrô, um terço da rede rodoviária e a extração petrolífera. A partir de 1995 em diante, além da manutenção de alguns processos, como foi o caso da YPF e ENTel, restavam os correios, 33 aeroportos, o hipódromo, outras ferrovias e os bancos e as instituições financeiras públicas (MARGHERITIS, 1999). Em 1999, algumas transferências seriam revistas, como a dos aeroportos, que passariam pelo embargo da justiça argentina.

O foco das privatizações mudou, na segunda rodada de privatizações, das empresas de infraestrutura para os bancos públicos e provinciais. O foco da atuação do governo na liquidação de sua infraestrutura mudaria para as concessões, como se observa no Quadro 2:

Quadro 2 - ARGENTINA: CRONOGRAMA DAS PRIVATIZAÇÕES - 1995 – 1999

1995	Centrais elétricas; Petroquímicas; Vias Navegáveis; Hipódromo.
1996	Bancos Provinciais; trechos ferroviários; Obras Sanitárias de Buenos Aires (OBSA).
1997	Correios; Aeroportos; Abastecimento de Centrais Nucleares; Banco Hipotecário Nacional.
1998	Aeroportos; Bancos Provinciais.
1999	Distribuição de combustíveis; Água e Saneamento.

Fonte: BASUALDO, 2002.

A participação do capital estrangeiro também foi reduzida na segunda rodada de privatizações da década de 1990 na Argentina. No entanto, é notável que a entrada deste na economia argentina através das privatizações aconteceu com mais intensidade justamente nos anos da crise mexicana, em 1995, e da asiática, em 1997. Entre 1996 e 1999, a receita total de privatizações foi um pouco menos da metade rodada de 1990-1995, na segunda rodada, o capital estrangeiro representou 86,6% da origem da receita. Isso denota que o capital estrangeiro atraído pela política econômica menemista foi em sua grande maioria de caráter rentista e

⁴⁶ Ibid.

especulativo, de curto prazo. Ou seja, praticamente inócuo do ponto de vista do crescimento e do desenvolvimento estrutural da economia.

Segundo Cano (2000), Bonelli (2004) e Basualdo (2002), os frutos das privatizações trouxeram mais problemas do que soluções para a economia argentina. O governo foi eficiente na destruição do patrimônio público, mas era lerdo e complacente no estabelecimento das regulações, que deveriam garantir a concorrência e qualidade dos serviços privatizados. As tarifas de serviços e de bens privatizados aumentaram significativamente, e a demanda sofreu uma contração devido à formação de desemprego estrutural na economia (BASUALDO, 2002).

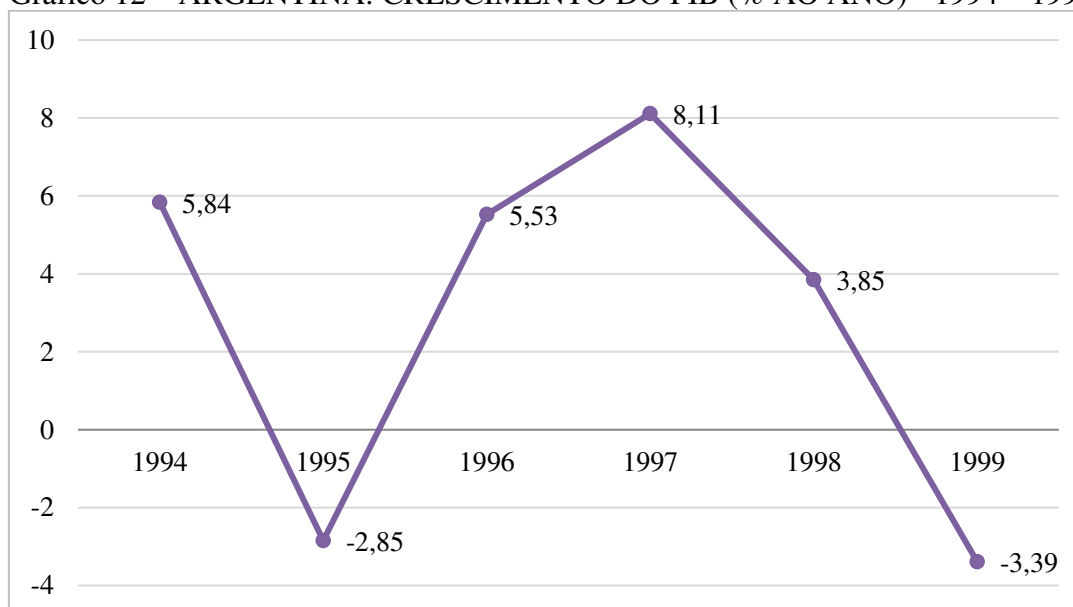
A venda abaixo do preço das empresas favoreceu a corrupção que marcou o modelo menemista. A ENTel e SOMISA foram vendidas a menos de 50% do seu valor estipulado. Segundo Bonelli (2004), houve aumento da concentração e oligopolização setorial, e a redução presumida do déficit público não se aplicava a muitas das empresas privatizadas, na verdade, trouxe efeitos negativos de longo prazo no Balanço de Pagamentos. Sucedeu-se com o aumento na remessa de lucros e de mais juros por novos financiamentos. Outro fator notável foi o aumento do custo de vida em razão das altas tarifas dos serviços privatizados, que aumentou 70% para os corredores diários, 141% para os telefones, 111,8% para o gás nas casas de família e 16% para o combustível. Em 1986, os serviços públicos representavam 10% do gasto familiar. Dez anos depois, a participação alcançou 17%⁴⁷.

4.4 Interpretação do Ambiente Econômico Argentino, 1995 – 1999

A partir do Gráfico 12, podemos observar que houve um ciclo econômico do PIB entre 1995 e 1999, que se inicia com a retração de 1995, tem um máximo em 1997, com uma taxa de 8,11% ao ano, e termina em 1999, com mais uma recessão, -3,39%, apresentando um crescimento médio de 2,3% ao ano. Após 1997, a economia argentina entrou em uma profunda estagnação e crise.

⁴⁷ Dados de Bonelli (2004).

Gráfico 12 – ARGENTINA: CRESCIMENTO DO PIB (% AO ANO) - 1994 – 1999



Fonte: INDEC.⁴⁸

O consumo total também acompanhou o padrão do PIB (Tabela 5), que também apresentou um crescimento médio anual de 2,3%, porém experimentou uma retração maior em 1995, atingindo -4,4%, no qual representava 68,3% do PIB, nos anos de 1998 e 1999 apresentou um crescimento modesto, em contraste ao ano anterior e agravando a situação em 1999, com uma retração de 2%. Isso expressa que o encolhimento da demanda foi dado pelo elevado desemprego, pela diminuição do salário e pela queda da renda dos trabalhadores.

Tabela 5 – ARGENTINA: TAXAS DE CRESCIMENTO PERCENTUAL, VARIÁVEIS SELECIONADAS - 1995 - 1999

Ano	1995	1996	1997	1998	1999
Consumo (taxa de crescimento em presos %)	-4,4	5,5	9	3,5	-2
Exportações (taxa de crescimento em US\$ dólares %)	32,07	13,61	9,93	0,01	-11
Importações (taxa de crescimento em US\$ dólares %)	-6,74	18,5	28,14	3,42	-18,38
Superávit Primário do Governo (% PIB)	1,11	-0,26	0,53	0,9	1,24

Fonte: INDEC⁴⁹

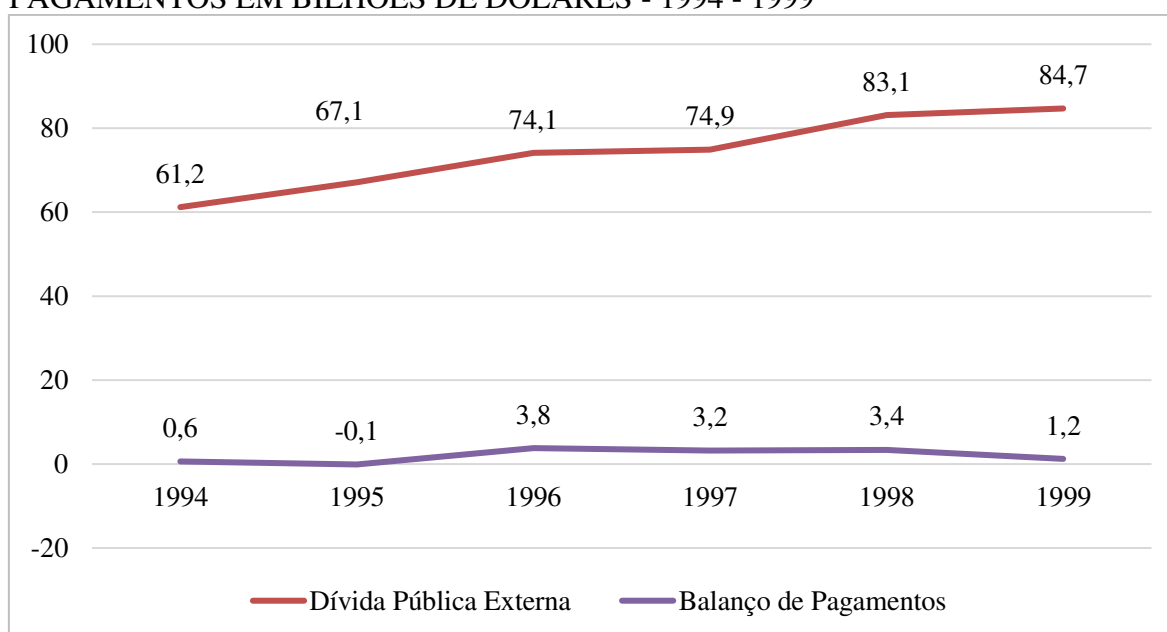
O ambiente internacional desfavorável, principalmente pela crise brasileira de 1999, provocou um impacto intensamente negativo no comércio exterior argentino entre 1995 e 1999,

⁴⁸ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar.

⁴⁹ Id.

pois, com a valorização cambial brasileira e a manutenção do câmbio argentino, gerou-se, nas relações comerciais entre os dois países, um feito relativo equivalente a uma desvalorização da moeda argentina, deixando os produtos argentinos mais baratos no Brasil, e encarecendo os brasileiros na Argentina. Segundo Cano (2000), o destino das exportações mudou com o Tratado de Assunção, que expandiu as relações comerciais. O resultado foi o aumento de 15%, em 1990, para 33%, em 1995-1998. Para Ferrer (2004), a liberalização de importações e a supervalorização da taxa de câmbio incentivaram a substituição da produção nacional por importações e agravaram os vínculos internos da estrutura produtiva nos diversos setores da econômica, nas empresas e nas regiões nacionais. A Tabela 5 apresenta também o esforço do governo argentino em quase triplicar o superavit primário do governo em proporção do PIB.

Gráfico 13 – ARGENTINA: DÍVIDA PÚBLICA EXTERNA E SALDO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS EM BILHÕES DE DÓLARES - 1994 - 1999



Fonte: DNCI.⁵⁰

O Gráfico 13 revela como o governo argentino fez a manutenção do plano de conversibilidade, recorrendo à colocação de títulos e ao financiamento externo para conseguir as divisas necessárias para a sustentação do programa econômico. O resultado dessas medidas é um impacto direto ao saldo negativo do Balanço em Conta Corrente e na escassez de reservas internacionais. Apesar do plano ter conquistado a estabilidade dos preços e a redução do impacto dos serviços da dívida no orçamento público, esse plano contribuiu com o déficit da

⁵⁰ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Dirección Nacional de Cuentas Internacionales (DNCI). Dados disponíveis em: <https://www.indec.gob.ar/indec/web/Nivel3-Tema-3-35>.

Balança Comercial e o aumento dessa mesma dívida ao exigir a constante obtenção de divisas. Segundo Damil (2000), as contas do Balanço de Pagamento fecharam no positivo durante esse período, por causa da colocação de dívida no mercado e a realização de novos empréstimos, com exceção do ano de 1995, quando houve um deficit de um pouco mais de US\$ 100 milhões, apesar dos recursos proporcionados pelo FMI para ajudar a Argentina a aguentar os impactos da crise mexicana. O endividamento foi a base para a sustentação das principais medidas econômicas, e revelou uma situação insustentável no longo prazo, ainda que o Balanço de Pagamentos tenha acumulado um saldo positivo de US\$ 12 bilhões entre 1994 e 1999. No mesmo período, a dívida pública externa aumentou mais de US\$ 23 bilhões⁵¹. A dependência do capital externo provocou a fuga aos recursos disponíveis no mercado financeiro e à oferta e títulos da dívida no mercado, o resultado do Plano de Conversibilidade foi o aumento descontrolado da dívida pública, dobrando de valor desde o começo do governo menemista.

4.4.1 Indicadores sociais

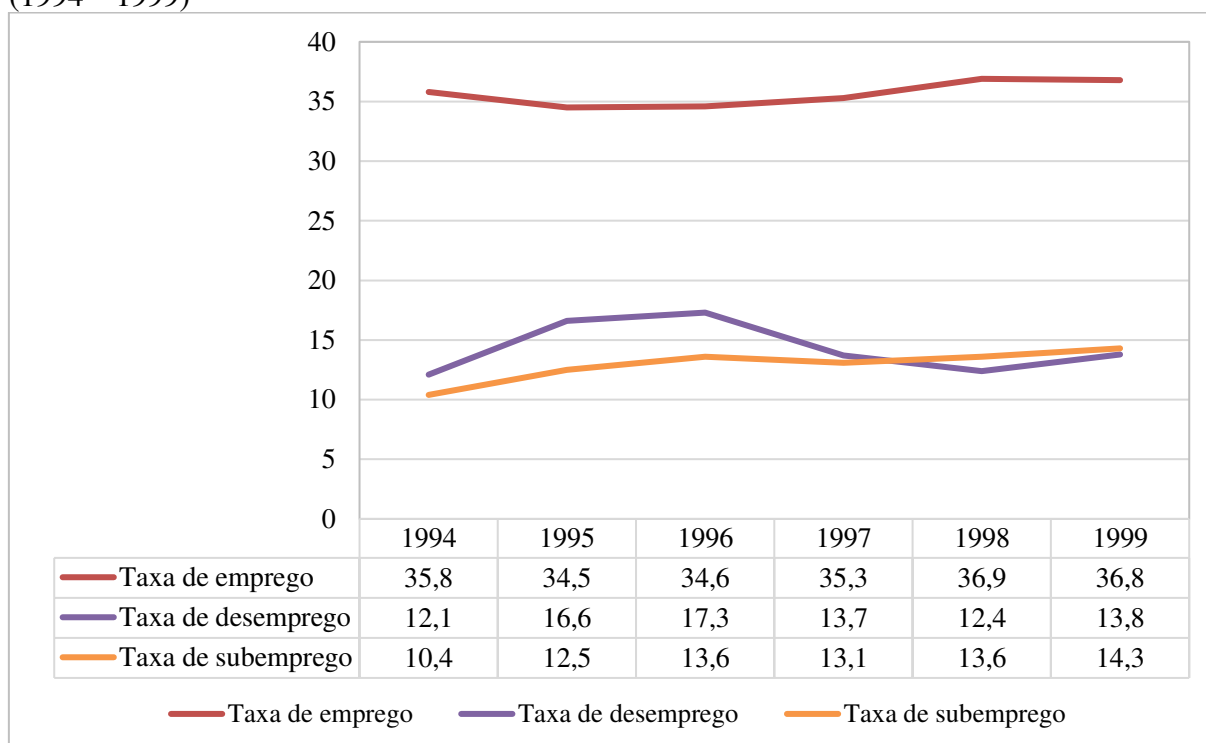
Durante o segundo governo de Menem, as condições sociais se deterioraram mais ainda. O Gráfico 14 mostra que, em 1994, pela primeira vez, a taxa de desemprego superou 10% da população economicamente ativa, acontecendo o mesmo com o subemprego. Ambos os indicadores continuaram a aumentar, e a taxa combinada de desemprego e subemprego atingiu 30%. Segundo Cano (2000), o motivo evidente para isso foram as reformas estruturais: a abertura comercial, o encolhimento do Estado e as privatizações, que anularam os impactos positivos do aumento do PIB e se apresentaram catastróficas para a empregabilidade da economia argentina. O desemprego aumentou durante toda a década de 1990, e, desde 1995, o índice de desemprego na Argentina já estava entre os mais altos da América Latina, o que não foi motivo para o governo e muito menos o FMI cessarem com a mesma política econômica.

Além do desemprego, as reformas causaram o aumento da precarização do mercado de trabalho: (a) do emprego urbano total, entre 1995 e 1997, a quantidade de trabalhadores com contratos por tempo indeterminado caiu de 93,6% para 87,4%, e para 82%, em 1997; (b) o desemprego entre jovens de 15 – 24 anos passou de 15,2%, em 1990, para 29,9%, em 1996; (c) se fossem contabilizadas as 400 mil pessoas que deixaram de procurar emprego por desalento, a taxa de desemprego subiria mais três pontos percentuais⁵².

⁵¹ Dados de Damil (2000).

⁵² Dados de Cano (2000).

Gráfico 14 – ARGENTINA: TAXA DE EMPREGO, DESEMPREGO E SUBEMPREGO % (1994 – 1999)



Nota: Todos os dados são calculados sobre o total da população economicamente ativa. Os dados sobre desemprego se referem a desempregados em busca de trabalho. Os dados de subemprego se referem a pessoas que trabalham menos de 35 horas semanais e desejam ampliar sua jornada.

Fonte: INDEC.⁵³

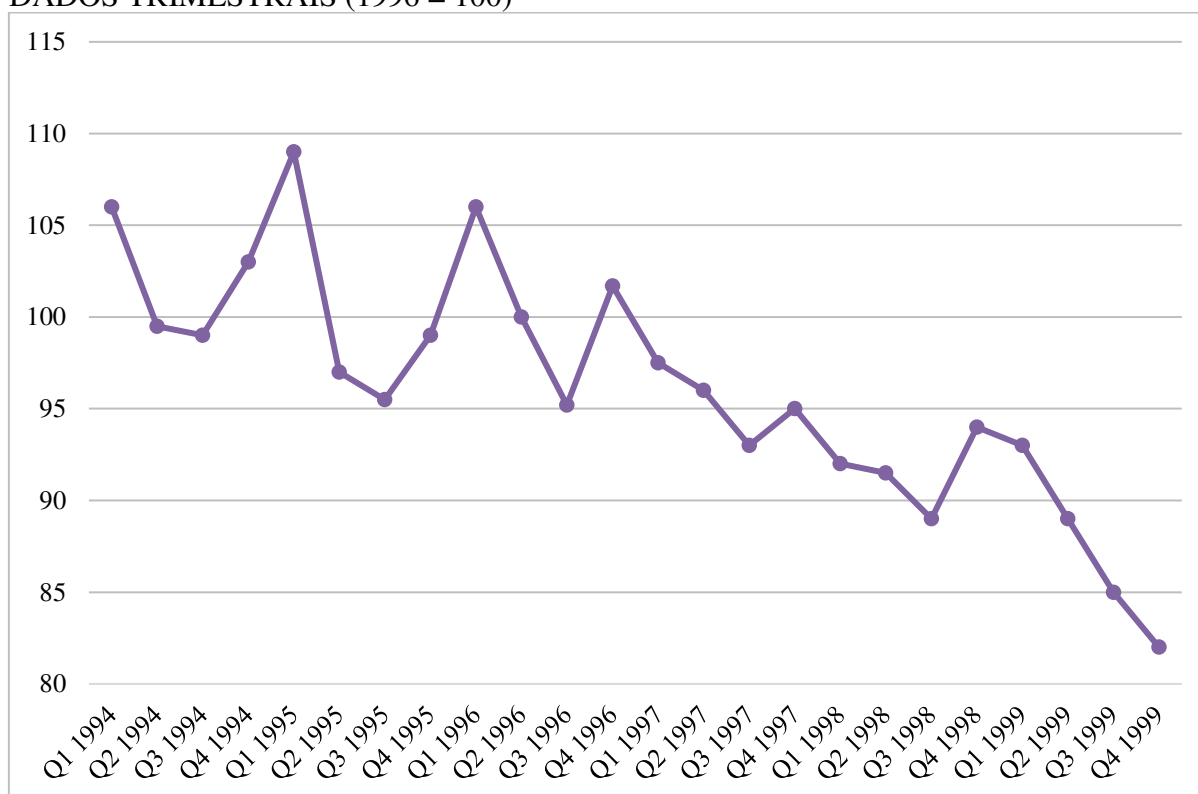
O Gráfico 15 mostra o declínio dos salários médios, outro resultado da reforma trabalhista. O salário mínimo urbano real, em 1989, era 58% menor do que o de 1980, foi reajustado entre 1993 e 1995, ainda assim ficando 22% menor que o de 1980. Na indústria, o salário médio real teve uma pequena queda, em 1998, de 2%, ainda 30% abaixo do vigente em 1980. Apesar de o seguro-desemprego ter sido efetivado desde 1992, ele teve restrição ao setor formal e equivalia apenas a 6% dos trabalhadores em 1995. A inflação e a reforma previdenciária deterioraram a pensão mínima e a média, cujos valores eram, respectivamente, 150 pesos argentinos e 247,6, em fevereiro de 1996, que corresponde a 34% abaixo do valor da pensão mínima de 1989 e de valor igual da pensão média em 1989⁵⁴.

Em resumo, a reforma trabalhista implementada durante a década foi marcada pelo agravamento na estrutura do emprego e dos salários, pela redução dos custos de contratação e de demissão de trabalhadores, pelo enfraquecimento dos sindicatos, pela precarização do trabalho e pelo fim dos instrumentos de estabilidade empregatícia.

⁵³ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar.

⁵⁴ Dados de Cepal (1998).

Gráfico 15 – ARGENTINA: ÍNDICE DE SALÁRIOS MÉDIOS REAIS (1994 – 1999), DADOS TRIMESTRAIS (1996 = 100)



Fonte: Granã e Kennedy, 2008.

Entre 1994 e 1999, consoante Weisbrot e Baker (2002), a interrupção formada pela ausência de renda pela privatização da seguridade social era consequência do deficit orçamentário do governo argentino, apesar do esforço para diminuí-lo. A Tabela 6 comprova o fato, a privatização previdenciária causou um deficit que anulou os esforços do governo para compensar o que arrecadava à sociedade, nas seis dinâmicas a seguir:

Tabela 6 – ARGENTINA: DEFICIT GOVERNAMENTAL E PRIVATIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA - 1994 – 1999

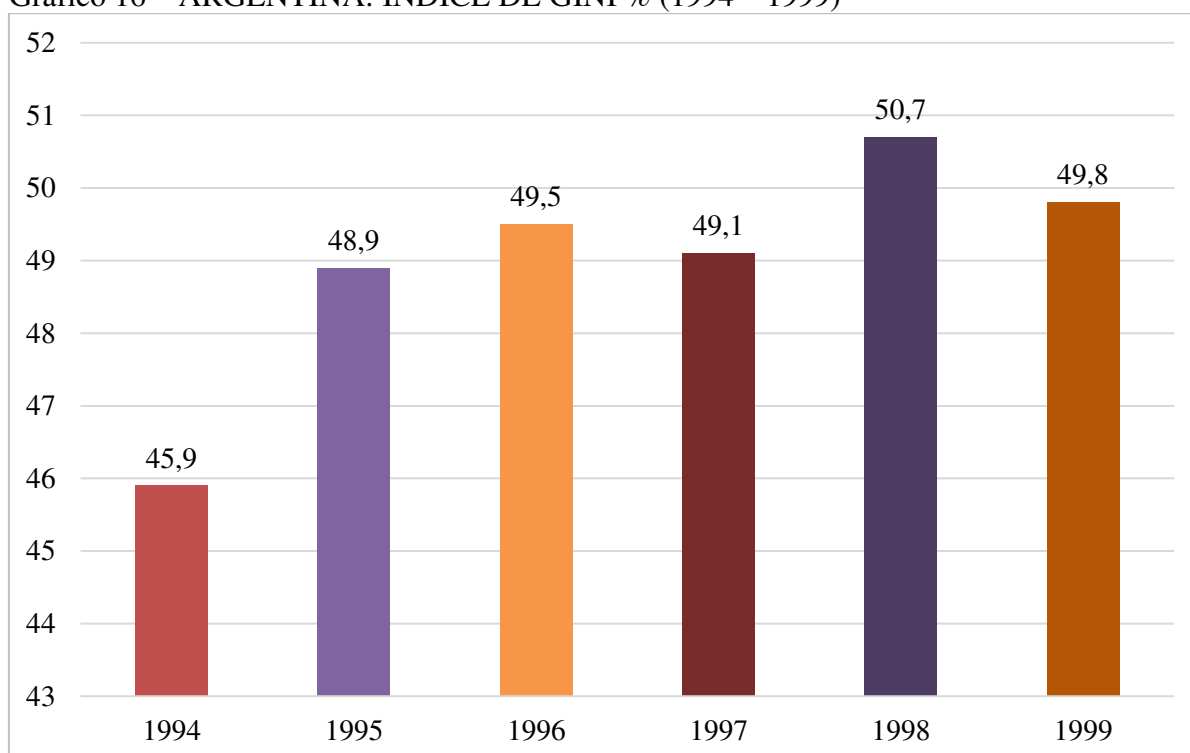
Ano	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Deficit causado pela privatização previdenciária	-0,51	-1,10	-1,20	-1,30	-1,59	-1,86
Deficit (-) ou superavit (+) públicos	-0,11	-0,53	-1,93	-1,46	-1,36	-1,68
Deficit (-) ou superavit (+) sem a privatização previdenciária	0,40	0,57	-0,73	-0,16	0,23	0,18

Fonte: WEISBROT; BAKER (2002).

Os dados sobre a distribuição de renda manifestam intensa deterioração, o índice de Gini atingiu seu pico em 1998, com 50,7% (Gráfico 5). De acordo com Ministério do Trabalho

Argentino (2005), entre 1990 e 1998, a participação dos 20% mais pobres caiu de 5,7% para 2%, e a dos mais ricos subiu de 50,8% para 53,2%; entre 1991 e 1998, a renda dos 10% mais pobres caiu de 2,7% para 1,5%, e a dos 10% mais ricos subiu de 34,6% para 37,3%. Esse agravamento teve reflexo nos padrões de consumo. O consumo de carne bovina que, em 1989, era de 76,1 kg/habitante/ano caiu para 57 em 1996, compensando essa redução de 19 kg no aumento de 10 kg no consumo de frango.

Gráfico 16 – ARGENTINA: ÍNDICE DE GINI % (1994 – 1999)



Fonte: Banco Mundial.⁵⁵

A situação da ineficiência da política econômica argentina, apresentada a partir da recuperação pós-1995, foi resultado de vários fatores. Os fatores externos foram as crises cambiais do México (1995), do Sudeste Asiático (1997), da Rússia (1998) e do Brasil (1999), e o principal fator interno foi a escolha da Argentina em permanecer com a Convertibilidade, mesmo à custa dos recursos das privatizações, inserido na conta de Capital para manter e aumentar o nível de reservas. O aumento da taxa de juros e do endividamento externo elevou também a vulnerabilidade externa a ataques especulativos.

Após a metade de 1999, a estratégia de privatizar empresas estatais como forma eficiente de manter o equilíbrio das transações com o exterior estava esgotada. Outro fator para

⁵⁵ Base de dados do Banco Mundial. Dados disponíveis em: <https://datos.bancomundial.org/>.

o agravamento da crise econômica argentina foi a reforma do sistema previdenciário, que resultou na diminuição gradativa da receita do governo e na queda da renda real dos trabalhadores, aumentando o desemprego.

O ambiente econômico constituído pela instituição das reformas permitiu que fatores da micropolítica se vinculassem à ambição do capital da “globalização”, atribuindo regras “tolerantes” a um sistema que demandava maior controle pelo interesse público. A abdicação dos mecanismos governamentais de política econômica também foi mais um fator que influenciou a piora do cenário econômico, assim como o abandono dos instrumentos de controle de emissão monetária, desde o Plano de Conversibilidade, das receitas das empresas e dos serviços públicos, com as privatizações, e das receitas previdenciárias e tributárias, com as reformas.

Durante toda a década de Menem, houve subestoque de capital, e a política para atrair capitais externos não foi eficiente em transformar esses capitais em investimentos na composição do produto, por enfrentar políticas de juros altos demais para permitir inversões no setor produtivo ou por direcionar esses capitais para a formação de moeda estrangeira, a fim de manter a convertibilidade do peso.

Assim, a fragilidade do modelo argentino se escancarava, com queda na produção, no mercado de câmbio e de arrecadação, exigindo novos acordos com o FMI, alta dos juros, restrições financeiras, cortes dos gastos públicos e aumento da dívida pública, além de uma demanda insuficiente, aumento da concentração de renda, da pobreza, do desemprego e piora das condições de vida dos trabalhadores argentinos. Consolidou-se um modelo voltado à descapitalização das atividades econômicas e ao afastamento do potencial futuro de crescimento.

4.5 Cenário Político até 1999

Carlos Menem estava ainda na primeira metade de seu segundo mandato quando decidiu formular uma estratégia de reeleição para o terceiro mandato. O argumento era de que a lei que aprovou a reeleição passou a prevalecer apenas quando Menem já havia sido eleito uma primeira vez, assim, a primeira eleição não deveria entrar na contagem geral e, dessa forma, o presidente teria direito a se candidatar para as eleições de 1999 (LANATA, 2003).

A campanha para eleições presidenciais de 1999 começou ainda em 1996, quando o presidente lançou uma medalha comemorativa do seu aniversário de 66 anos (Figura 2)⁵⁶, além de adesivos com dizeres “Menem 99”. A confiança do presidente argentino se contradizia com o cenário de crise social enfrentado pelo país naquele período. A tolerância com a obscuridade dos processos administrativos do governo e os escândalos de corrupção⁵⁷ estavam diminuindo, a saída de Cavallo, depois da crise mexicana, também trouxe para a oposição antigos aliados.

Figura 2 - MEDALHA COMEMORATIVA DOS 66 ANOS DE CARLOS MENEM



Fonte: Billetes argentinos.

A eleição legislativa de 1997 deu os primeiros sinais da degradação política de Menem e da ligação de forças políticas significativas contrárias ao menemismo. Constituiu-se, a partir da união da FREPASO com a UCR, uma força de oposição a Carlos Menem: a *Alianza*, Aliança para o Trabalho, a Justiça e a Educação. A *Alianza* conquistou a maior parte das vagas do Legislativo, nas eleições de 1997, aumentando a oposição a Menem de 88 para 129 deputados.

Segundo Floria e Belsunce (2004, p. 1056), “a *Alianza* foi, na realidade, um casamento político de oportunidades. Nem a UCR, nem a FREPASO tinham, separados, capacidade de apelo a um eleitorado renitente e de escasso entusiasmo participativo.” A FREPASO se compunha dos insatisfeitos com as políticas econômicas, a liberalização, as privatizações e o aumento do desemprego e da pobreza. Entre eles, o ex-presidente Raúl Alfonsín e o chefe de governo da cidade de Buenos Aires, Fernando De La Rúa.

⁵⁶ De um lado, a moeda traz o rosto de Menem com a frase “Feliz aniversário” e a data do seu nascimento, 02/07/1930. Do outro lado poderia ler “Menem 66”, por seus 66 anos, invertendo a moeda, seria “Presidente 99” em referência às eleições de 1999.

⁵⁷ Segundo Lanata (2003), os escândalos que estavam na mídia naquele momento (1999) era a venda clandestina de armas ao Equador e à Croácia entre 1991 e 1994 e o misterioso suicídio do empresário Alfredo Yabrán em 1998, amigo de Menem e beneficiário na privatização dos Correios. Outro fator foi a criação da Oficina Nacional de Ética Pública, na qual Menem obrigava os funcionários a tornar públicas suas declarações patrimoniais. Pouco depois, revelou-se que o próprio presidente havia subtraído de sua declaração uma conta suíça com US\$ 600.000.

O desgaste da capacidade de governar e do discurso de Menem em um cenário de aumento do desemprego e dos índices de pobreza fizeram sua popularidade cair. Ainda em 1996, o presidente tinha menos de 20% de aprovação da população argentina, porcentagem que cairia para 15,8%, em 1998⁵⁸. Mesmo com a possibilidade de concorrer às eleições presidenciais de 1999, Menem não teria chance, pois o próprio Partido Justicialista já não o apoiava mais.

Tais fatos não foram o suficiente para impedir Menem e seus partidários de insistirem numa nova reeleição, o que incomodou a maioria dos governadores peronistas, de forma que eles tentaram meios de convencer o presidente a desistir de se candidatar. Apesar do presidente argentino estar acostumado a utilizar as instituições de forma a obedecer às suas pretensões, o aumento da oposição ao modelo neoliberal e a insatisfação do Partido Justicialista, além do aumento da contestação da população frente à administração menemista, eliminaram o poder de manobra do presidente (ROMERO, 2001).

Os “ultramenemistas”⁵⁹ prosseguiram com sua campanha, com um filme intitulado “*Menem 1999: la Fuerza del Destino*” e distribuindo “Menemtruchos”⁶⁰ de dez pesos cuja legenda afirmava “*Diez años de estabilidad. Muestra de capacidad.*” (Figura 3). Finalmente, diante da pressão que vinha de dentro do próprio partido, Menem desistiu de recorrer à Corte Suprema declarando “... *si no hay reforma de la Constitución es prácticamente imposible que asuma esa responsabilidad*”⁶¹. O projeto “Menem 99” foi abandonado, e o Partido Justicialista lançou a candidatura de Eduardo Duhalde à presidência.

⁵⁸ LANATA (2003, p. 625)

⁵⁹ Idem.

⁶⁰ Nome dado aos bilhetes de peso de valor nulo com o rosto de Menem.

⁶¹ LA NACION. *Menem volvió a instalar la reelección*. **La Nación**, Buenos Aires, 9 jan. 1999. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/123992-menem-volvio-a-instalar-la-reeleccion>.

Figura 3 – MENEMTRUCHOS



Fonte: Infotecnology (2019).

A oposição seria a *Alianza*, encabeçada por um membro de centro-direita, Fernando De La Rúa, e com o frepasista Carlos “Chacho” Álvarez como vice, enquanto a *Accion pela Republica* lançava Domingo Cavallo como candidato. Em comum, os principais candidatos defenderam a manutenção do Plano de Conversibilidade, por causa do sucesso da estratégia de valorização do peso como controle da inflação. O discurso da *Alianza* se baseava em unir a convertibilidade com o “combate à corrupção” e “preocupação social”, porém não sinalizava uma descontinuação com a agenda neoliberal, nem com as reformas estruturais. Por outro lado, o coordenador de política econômica da campanha da *Alianza*, e também ex-presidente do BCRA durante o governo Alfonsín, José Luis Machinea, dispunha-se a acalmar os investidores internacionais e os domésticos internacionalizados. Machinea repetia o discurso de que a convertibilidade iria prosseguir”, e de que o possível governo *Alianza* iria respeitar os contratos. Na campanha eleitoral, De La Rúa repetia que uma vez “controlada a corrupção, o crescimento econômico seria retomado”⁶².

Bonelli (2004, p. 128-129, tradução nossa)⁶³ narra um episódio que ocorreu em setembro de 1999, como base do programa da política econômica da *Alianza*, em que Machinea

⁶² SOUZA, 2015, p. 226.

⁶³ - *Seguir con la convertibilidad así es un suicidio político para nuestro futuro gobierno. Veamos lo que pasó a partir de la crisis asiática y su impacto en la economía internacional. Veamos el impacto recessivo que tiene la actual situación sobre nosotros.*

El clima de tranquilidad académica que hasta esse momento había reinado se convirtió en un griterío. Brodersohn y Leopoldo Moreau siguieron a FrFrenkel. Para ellos, el apoyo mayoritario con que el Pueblo los haría ganar las elecciones era la oportunidad perfecta para minimizar costos y corregir distorsiones generadas por la convertibilidad.

Raúl Baglini, senador por Mendoza y candidato a la jefatura de gabinete, salió al cruce de Frenkel, pero éste lo frenó en seguida:

- Gordo, vos no querés cambiar porque tenés miedo de no ser reelecto senador – Baglini se enfrentava a las elecciones a fin de octubre para renovar su banca.

realizou uma reunião em seu escritório, com a presença de ex-ministros, acadêmicos, membros da *Alianza* e técnicos do Banco Mundial e do FMI, nela foi abordado o tema da convertibilidade, e Roberto Frenkerl, economista da Cepal, foi incisivo alegando que:

- Seguir com a convertibilidade assim é um suicídio político para nosso futuro governo. Vejamos o que se passou com a crise asiática e seu impacto na economia internacional. Vejamos o impacto recessivo que tem a atual situação sobre nós.

O clima de tranquilidade acadêmica que até o momento havia reinado converteu-se em gritaria. Brodersohn e Leopoldo Moreau acompanharam Frenkel. Para eles, o apoio majoritário com o qual o povo lhes faria ganhar as eleições era a oportunidade perfeita para minimizar custos e corrigir distorções geradas pela convertibilidade.

Raúl Baglini, senador por Mendoza e candidato à chefe de gabinete, saiu à crítica de Frenkel, mas este o freou em seguida:

- Gordo, você não quer mudar porque tem medo de não ser reeleito senador - Baglini enfrentava as eleições de outubro para renovar seu mandato.

- Você está louco. Você está surtando. – respondeu-lhe Baglini.

Machinea tomou a palavra:

- Para mim, de maneira alguma se pode sair da convertibilidade, é impossível, e nenhum político se disporá a sair da convertibilidade porque tem uma aceitação do povo de 70%.

Machinea sabia que De la Rúa estava para filmar um anúncio de campanha, ratificando a vigência do um a um. O candidato repetiria insistentemente pela televisão: “No um a um, não se toca”.

No final, a *Alianza* venceu as eleições presidenciais de 24 de outubro de 1999, com 48,5%, confirmando as expectativas geradas pela união entre UCR E FREPASO e pela análise negativa do governo Menem. Contudo, os peronistas ampliaram o número de províncias sob sua administração, bem como no Senado. Eduardo Duhalde, pelo PJ, obteve 38% e Domingo Cavallo alcançou apenas 10%. Nesse mesmo ano, o déficit público foi de 4,5% do PIB, enquanto a economia encolheu 3,5%, além da herança da maior dívida pública da história do país.

- *Vos estás loco. Vos estás em pedo – le respondió Baglini.*

Machinea tomó la palabra:

- *Para mí, de ninguna manera se puede salir de la convertibilidad. Es imposible y ningún político va a estar dispuesto a salir de la convertibilidad porque tiene una aceptación en la población del 70%.*

Machinea sabía que De la Rúa estaba a punto de filmar un spot de campaña ratificando la vigencia del uno a uno. El candidato repetiria insistentemente por televisión: “El uno a uno no se toca”.

5 GOVERNO DE LA RÚA, 1999-2001

5.1 Cenários Político e Econômico

De acordo com Floria e Belsunce (2004), *La Alianza* se constituiu, em 1997, por um acordo entre a UCR e a FREPASO, para apresentar candidatos conjuntos nos comícios legislativos, pois nenhum dos dois partidos teriam, separados, capacidade de alcançar um eleitorado relutante e com pouca participação. Ainda em 1997, concorreram juntos em 14 dos 24 distritos eleitorais e obtiveram êxito nas eleições legislativas superando o Partido Justicialista por dez pontos.

La Alianza alcançou seu triunfo nas eleições presidenciais de 1999 com 48,5% dos votos e, em 10 de dezembro, De La Rúa assumiu a presidência da Argentina seguido por Carlos Alberto “Chacho” Alvarez, no papel de vice-presidente, e José Luis Machinea, como ministro da Economia. Durante o processo eleitoral, a *Alianza* elaborou uma proposta ao país em forma de uma *Carta a los argentinos*, que sugeria, segundo Ferrer (2004, p. 326), “mudar de rumo, restaurar a transparência e a decência na gestão dos assuntos públicos, reviver a economia e defender a soberania nacional.” A diferença entre a proposta da *Alianza* e o governo Menem seria o desenvolvimento econômico sustentável com distribuição de renda e o fortalecimento dos organismos de defesa ao consumidor, porém seriam mantidos os principais programas e diretrizes do governo anterior, ou seja, a conversibilidade e as privatizações (LA NACION, 1998)⁶⁴.

Contudo, uma das primeiras estratégias de ação no âmbito da política econômica de De La Rúa foi justamente a continuidade à prática menemista de concordância com as instruções do FMI, isto é, um pacote de políticas macroeconômicas de reestruturação e de abertura da economia nacional em troca de mais créditos e nova renegociação de dívidas. A conservação da convertibilidade dependia diretamente de mais crédito externo e, por outro lado, o governo concedia o mesmo de antes, mais liberalização, privatizações, ajuste de reforma (FERRER, 2004).

A estratégia do novo governo se mostrou contraditória com o seu discurso eleitoral, mas De La Rúa sabia que precisaria se aproximar dos peronistas, principalmente os menemistas, que eram favoráveis à continuação das políticas executadas desde o começo dos anos 1990.

⁶⁴ LA NACION. *Duros cuestionamientos a la Carta a los argentinos*. **La Nación**, Buenos Aires, 12 ago. 1998. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/duros-cuestionamientos-a-la-carta-a-los-argentinos-nid106657>. Acesso em: dez. 2019.

Como resultado dessa aproximação, o Executivo alcançou resultados positivos na anuência de medidas pelo Senado Federal, em que o partido da *Alianza* era minoria. De La Rúa encontraria oposição da parte da base política aliada, na UCR e na Frepaso, as quais não toleraram a guinada neoliberal do governo, passando à oposição. O vice-presidente, Carlos “Chacho” Álvarez, também insatisfeito com a estratégia adotada por De La Rúa, também abandonou a ala governista. O vice-presidente era peça importante do governo De La Rúa, pois fazia a mediação entre os apoiadores de Alfonsín e os pró-mercado dentro da *Alianza*, retratando os interesses dos que se identificavam com os sindicatos. O equilíbrio dentro da *Alianza* era instável e necessitava do suporte do vice-presidente, porém ele lançou críticas públicas sobre a harmonização com os peronistas menemistas. O governo preferiu não dar importância, pois acreditava que, em circunstâncias de crise econômica e social, o apoio do vice-presidente era secundário, em detrimento do apoio dos governadores e da maioria do Senado (LANATA, 2003).

Para Ferrer (2004), a estratégia do novo governo tenderia ao fracasso, porque recomendava a continuidade do regime de convertibilidade em uma situação crítica e um modelo definitivamente esgotado, adicionando a deterioração social causada pelo desemprego e pobreza, o que traria uma contestação mais intensa do que a FREPASO ao que o então novo presidente não atentou, para mudar o rumo de seu governo.

5.2 Nova Agenda de “Ajuste e Reforma”

Enquanto isso, o FMI pretendia chegar a um acordo com as autoridades governamentais para evitar que a incerteza financeira sobre a Argentina e sobre a América Latina aumentasse, pois estavam preocupados em evitar que o modelo Argentino fracassasse e as recomendações do organismo se transformassem em um vexame. Michel Camdessus, diretor-gerente do FMI na época, confirmou que o Fundo estava disposto a conceder o acordo para o novo governo, na medida em que este implantasse imediatamente um aumento rigoroso de impostos e corte de gastos (BONELLI, 2004).

Uma das questões levantadas pelo FMI foi o déficit público, que pressionaria a convertibilidade, prejudicando a entrada de novos empréstimos em dólar no país. Dessa forma, depois de uma década de privatizações e diminuição das ações do Estado na economia, determinava-se que as autoridades argentinas fizessem uma nova redução de gastos públicos. Na década de 1990, a Argentina foi um dos principais exemplos que o FMI apresentou como

especialidade de seu pacote de políticas⁶⁵. Os estudos e informes lançados pelo FMI, desde 1994 a 1998, mostram a Argentina como um caso de contenção definitiva da inflação e crescimento econômico elevado⁶⁶. O fato da Argentina ser uma aluna exemplar se dava sempre no fundamento de que o país estava sempre pronto para adotar as sugestões do FMI de reformas estruturais⁶⁷. O que motivou a defesa de uma segunda geração de reformas, uma nova página da agenda de “Ajuste e Reforma”, foi a estagnação econômica e depois a recessão causada após a crise mexicana⁶⁸. Ainda em 1997, Camdessus (1997, p. 1, tradução nossa)⁶⁹ já havia esclarecido em uma reunião de banqueiros, em Buenos Aires, que deveria haver redução da ação estatal, diminuição dos gastos públicos ao nível do serviço da dívida e articulação de um ambiente de negócios vantajoso para o capital externo, beneficiando o sistema financeiro e prosseguindo sobre a massa salarial dos trabalhadores. Sobre o mercado de trabalho, há a seguinte afirmação:

Espero que o atual debate na Argentina sobre questões do mercado de trabalho em breve culmine com um acordo tripartido que estabelece as bases para uma reforma fundamental. Eu ouvi sobre o progresso que está sendo feito nesta área. Muito mais precisa ser feito: descentralizar e reformar o processo de negociação coletiva, aumentar a eficiência e conter o custo do sistema de assistência médica e reduzir o alto custo dos pagamentos de indenizações. Uma reforma ambiciosa nessas áreas ajudaria a conter os custos trabalhistas não salariais e aumentaria os incentivos para as empresas contratarem novos funcionários; isso, por sua vez, permitiria à economia absorver um número maior de trabalhadores, incluindo aqueles com menos habilidades.

As reformas a que Camdessus se referia, a saber, a redução de salários, a extinção de benefícios sociais, o controle dos sindicatos e a transformação da poupança forçada do trabalhador em ganhos de eficiência marginal de fatores produtivos, efetuavam-se regularmente desde a ditadura militar de 1976-1983. Tais reformas se fizeram acompanhar de um forte aumento do desemprego. Quanto mais as políticas argentinas se aproximavam da agenda de reforma laboral do FMI, mais aumentava o número de desempregados no país.

⁶⁵ FMI, 2004.

⁶⁶ Id. 2004.

⁶⁷ Ibid, 2004.

⁶⁸ Id, 2004.

⁶⁹ “*I hope that the current debate in Argentina on labor market issues will soon culminate in a tripartite agreement that lays the basis for fundamental reform. I have heard about the progress that is being made in this area. Much more needs to be done: to decentralize and reform the collective bargaining process, to increase the efficiency and contain the cost of the labor-run health care system, and to reduce the high cost of severance payments. Ambitious reform in these areas would help contain nonwage labor costs and increase the incentives for firms to hire new employees; this, in turn, would enable the economy to absorb larger numbers of workers, including those with fewer skills.*”

5.2.1. Novo arrocho trabalhista

Em dezembro de 2000, o Executivo encaminhou ao Congresso uma proposta de reforma trabalhista que acentuava as mudanças efetivadas na década de 1990. A lei 25.250 permitia que, diante de um acordo coletivo, a efetivação do trabalhador empregado pudesse ser adiada em até doze meses. Além disso, ampliou-se o corte das contribuições previdenciárias para empresas que contratassem mais funcionários; reduziu-se a trinta dias o período para finalizar processos trabalhistas⁷⁰. No caso dos sindicatos, que se encontravam fragmentados diante do contexto político, econômico e social, suas negociações com as empresas poderiam se sobrepor ao texto da lei. As negociações ocorreriam em conversas entre um determinado sindicato, já pulverizado, e a empresa. Em 11 de dezembro do mesmo ano, o Decreto 1.174 fortaleceu a prevalência da negociação coletiva sobre a lei atual⁷¹.

José Luis Machinea, ministro da Economia que permaneceu até março de 2001, já havia anunciado que a classe média e a média alta iriam pagar o custo da convertibilidade e da péssima herança fiscal do menemismo, contabilizada em 14 bilhões de dólares de deficit, aproximadamente 8% do PIB⁷². De acordo com Bonelli (2004), apesar de Machinea ser um economista “a favor da produção”, ou seja, ligado a setores geradores de valor adicionado bruto na economia, como a indústria e a agropecuária, seguiu o caminho do FMI, crendo que corrigindo os problemas fiscais e orientando a economia ao favorecimento do setor financeiro, esta retomaria o caminho do crescimento. No entanto, nenhum ajuste fiscal alcançou esse objetivo, provocando apenas uma crise terminal.

Entre as medidas econômicas que o acordo com FMI apresentou estavam: (a) corrigir as contas fiscais e melhorar estruturalmente as finanças do setor público, condição que consideram necessária para reduzir a crescente carga que a dívida pública impõe sobre a economia argentina e seu crescimento; (b) cortes seletivos no gastos público, um conjunto de medidas tributárias, que incluem aumento das alíquotas de imposto de renda, de internos, de combustível e dos bens pessoais e a ampliação do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA); (c) suspensão de novos benefícios no âmbito dos sistemas de promoção industrial e agrícola; (d) redução do número de secretarias nacionais e de funcionários contratados; (e) nova reforma no sistema de seguridade social e (f) um projeto de lei para transformar o Banco Nacional em uma

⁷⁰ ARGENTINA. **Ley nº 25.250, de 11 de mayo de 2000.** Trabajo Reforma Laboral - Su aprobacion. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=63208>. Acesso em: 24 fev. 2020.

⁷¹ ARGENTINA. **Decreto 1174/2000, de 14 de diciembre de 2000.** Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-1174-2000-65366/texto>. Acesso em: 24 fev. 2020

⁷² BONELLI, 2004.

Sociedade Anônima Estatal, dando mais transparência a suas operações, limitando a concentração de créditos (MINSBURG, 2001).

5.2.2 O “*impuestazo*”

O *impuestazo* foi a primeira medida de Machinea e a que iria guiar todo seu mandato. O ministro preferiu adotar a cartilha dos ultraliberais e monetaristas no combate ao deficit fiscal, defendendo o discurso de que, apenas equilibrando as contas, se alcançaria o financiamento para o crescimento. O plano de ajuste fiscal possuía muitas medidas que afetaram a classe média, de acordo com Bonelli (2004) e Minsburg (2001). Elas eram: (1) o aumento do imposto sobre a gasolina para 0,48 pesos por litro; (2) a aplicação de 10,5% de IVA aos medicamentos e ao transporte de passageiros de longa distância; (3) aumento dos impostos internos de cigarros, bebidas, celulares, bens de luxo e automóveis; (4) aumento do monotributo⁷³ e (5) redução salarial para os trabalhadores médios da produção. Adicionalmente, instituiu-se a taxa de bens pessoais para contribuições que excedessem duzentos mil pesos, um rendimento mínimo não tributável de 4.800 a 4.020 pesos, também estabeleceu-se a escala de redução da dedução, segundo a qual, a partir de 39.000 pesos de lucro líquido, as deduções seriam diminuídas em 10%, de 65.000; 30% e, assim por diante, até alcançar 221.000 pesos por ano, caso em que nenhuma dedução poderia ser feita⁷⁴.

O pacote de novos impostos visava a três objetivos. Primeiro, a redução do deficit para que o mercado internacional e o FMI aceitassem as necessidades de financiamento da conversibilidade. Segundo, incentivar a entrada de capital para aplicar na expansão da economia. Terceiro, contornar a tributação de setores produtivos, o que supostamente causaria uma deterioração da competitividade frente aos produtos importados.

O resultado foi a deterioração do poder de compra e a queda da demanda efetiva, com redução mínima do deficit, e elevação da arrecadação de apenas 3% (BONELLI, 2004). Em princípio, o FMI aprovou o projeto que apresentou o compromisso das autoridades econômicas argentinas, mas a pressão por parte do Fundo começaria, informalmente, antes do ano de 1991 terminar. Teresa Ter-Minassian, diretora adjunta do Departamento do Hemisfério Ocidental, adiantou um pacote de medidas rigorosas necessárias para a obtenção do acordo. Segundo

⁷³ Uma contribuição previdenciária fixa, que corresponde a contribuições para aposentadoria e assistência social.

⁷⁴ LA NACION. *El "impuestazo" de Machinea*. **La Nación**, Buenos Aires, 16 mar. 2006. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/economia/el-impuestazo-de-machinea-nid789249/>. Acesso em: dez. 2019.

Bonelli (2004, p. 134), ela alegava que o FMI queria que a Argentina retomasse as reformas estruturais que teria abandonado.

Fernando De La Rúa respondeu às pressões e se pronunciou em cadeia nacional de televisão em 23 de dezembro, anunciando os objetivos fundamentais do seu governo, a urgência em sancionar as leis de orçamento e a reforma tributária. O presidente também destacou que a herança recebida era o déficit fiscal, mas não falou da recuperação do crescimento econômico, do desemprego e do quadro social. Para Bonelli (2004, p. 137), ele “não falava com os argentinos. Se dirigia ao Fundo Monetário Internacional”. No final de janeiro, o FMI liberou um primeiro empréstimo de 7,4 bilhões de dólares, com a garantia do compromisso de o governo colocar em prática a reforma laboral, mais privatizações e reduzir o déficit provincial.

5.3 Governo *Delarruista* e Política Econômica

5.3.1. O breve ministério López Murphy e a extensão da crise econômica às esferas política e social

Como visto no capítulo anterior, a Argentina foi um dos países mais atingidos pela crise asiática, pois era altamente dependente do financiamento externo, endividada e com a economia aberta voltada para o mercado exterior. No novo âmbito de crise mundial, para Chudnovsky (2004), o governo argentino errou ao tentar solucionar o que parecia uma questão de falta de liquidez de curto prazo, assim como aconteceu na crise do México. Isto é, o governo empregou as mesmas medidas executadas para contornar a crise do México, em um contexto completamente diferente.

A ideia era que, em breve, o mercado se acalmaria e as exportações argentinas retornariam a crescer, aliviando, ao menos, a pressão sobre a dívida externa. Buscou-se evitar a falência por via dos ajustes fiscais que permitissem o pagamento das dívidas. Entretanto, a margem de ação do governo era bem limitada. Por um lado, o Senado e a maior parte das províncias eram controlados pela oposição. Pelo outro, a população não iria mais tolerar medidas de redução de gastos públicos (FERRER, 2004).

Perry e Lederman (2000) analisaram o processo de reajuste executado após as desvalorizações das moedas nacionais da Argentina, do Brasil, do México, da Indonésia, da Coreia do Sul e da Tailândia. Afirmaram que a crise do México, em 1995, e a do Brasil, em 1997, tiveram um menor alcance em comparação com a da Ásia, em 1997, e que as altas taxas de investimentos e a fragilidade econômica, ocasionada pela dívida em moeda estrangeira,

foram fatores fundamentais para uma retração econômica mais profunda na Argentina. A continuidade da rigidez do plano econômico dificultou o confronto contra os choques provenientes das crises econômicas dos outros países. Essa mesma rigidez esteve presente na crise do México de 1995, mas os choques foram menores em comparação com a crise asiática. Além disso, nacionalmente, a Argentina convivia com uma nova estrutura, diferente da que existia no período da crise mexicana, já que, na produção industrial, a falência das pequenas e médias empresas, o aumento do desemprego e a diminuição nas exportações dificultavam o equilíbrio das contas fiscais.

Segundo Perry e Lederman (2000), havia uma diferença no comportamento dos gastos públicos entre as províncias e o governo central. Ao contrário do que ocorreu no governo central na década de 1990, a queda dos serviços econômicos não teria uma correlação direta com o aumento do serviço da dívida. Este correspondia mais à elevação dos gastos causados pela transferência de responsabilidades fiscais do governo para as províncias, por exemplo, por meio de privatizações dos bancos federais e da reforma da Previdência. Isto é, se o governo tinha uma redução da margem de gasto com o funcionamento do Estado, nas províncias o aumento do serviço da dívida contribuiria apenas para aumentos futuros no endividamento das províncias. Isso deveria ter provocado uma mudança nas políticas econômicas, a partir dos acordos de 1997 e 1998, em decorrências das crises russa e asiática. Contudo, os acordos feitos pelo ministro da Economia, Roque Fernández, com o FMI, em 1998, foram corroborados por Machinea, no final de 1999. Se antes o governo concedia seus serviços econômicos e sua função gestora às províncias, estas agora se concederiam à casualidade, em nome do benefício do cumprimento de contratos e da responsabilidade junto aos credores.

O FMI pressionava em relação à reforma laboral sem se importar que o alto nível de desemprego já estivesse anulando os direitos dos trabalhadores argentinos. A reforma trabalhista foi aprovada conforme o acordo, mas surgiram denúncias de corrupção envolvendo membros do gabinete do presidente e do Legislativo Federal. Em junho de 2000, o jornal *La Nación* publicou uma denúncia alegando que, para a aprovação da legislação trabalhista, “existiram grandes favores pessoais” dado aos senadores da base peronista por meio do Ministro do Trabalho, Alberto Flamarique.⁷⁵ Duas semanas depois, o Senado solicitou que se investigasse a existência de suborno, mas, segundo Lanata (2003), os conflitos ocasionados

⁷⁵ SOLÁ, J. *La semana política II. Carencias y defectos del Gobierno*. **La Nación**, Buenos Aires, 25 jun. 2000. Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/opinion/carencias-y-defectos-del-gobierno-nid22203>. Acesso em: fev. 2020.

fizeram com que Álvarez avistasse a possibilidade de se desprender dos senadores peronistas. Então, ele exigiu a investigação das denúncias e a suspensão dos trabalhos no Senado Federal.

De La Rúa procurou diminuir o peso das denúncias, visto que temia perder o apoio dos peronistas no Senado. Segundo Bonelli (2004), o resultado da investigação foi dado pelo Sindicato Geral da Nação, um órgão de controle do Estado, ao confirmar que, dias antes da aprovação da lei laboral, a equipe da Secretaria de Inteligência (SIDE) retirou 6,5 milhões de pesos-dólares do Banco Nacional. O secretário administrativo do Senado, Mario Pontaquarto, que foi pessoalmente contrário ao suborno, confessou publicamente e no tribunal que recebera 5 milhões de pesos da SIDE para repartir entre os senadores corruptos. Mesmo assim, em 26 de abril, a reforma trabalhista foi aprovada. “O governo festejou. Os senadores festejaram. E o FMI festejou. Mas naquele outono começou a ser ativada uma bomba que detonaria a maior crise econômica da Argentina” (BONELLI, 2004, p. 140).

Os conflitos no aparelho estatal se acentuavam a cada conduta do novo governo. Em uma conversa com De La Rúa, Álvarez declarou que o governo devia liderar a investigação e afastar do gabinete as pessoas que estavam envolvidas com os subornos (LANATA, 2003). Três dias depois, o presidente fez mudanças no gabinete. Entretanto, ao invés de afastá-los, contemplou com promoções alguns funcionários suspeitos na investigação e nomeou Alberto Flamarique como secretário geral da Presidência.

O vice-presidente renunciou. De La Rúa iria pagar um alto preço pelas suas decisões, pois a saída de Álvarez causaria uma crise de governabilidade que provocaria um impacto sobre as expectativas econômicas, a bancada da FREPASO deixou de apoiar o presidente e a da UCR não estava satisfeita (ROMERO, 2001).

Em março de 2001, Machinea entregou o cargo de Ministro da Economia para Ricardo López Murphy, um economista liberal que simpatizava com o *establishment* financeiro e sofria resistência do radicalismo tradicional, sendo rejeitado em alguns setores da União Industrial Argentina (UIA). Lanata (2003) relata que Murphy e os economistas da Fundação de Investigações Econômicas Latinoamericanas (FIEL) defendiam uma aliança rigorosa com o FMI e uma busca de novas políticas de ajuste. Murphy começou cortando 1,962 bilhão de pesos do orçamento de 2001, 2,485 bilhões do orçamento de 2002, e 360 milhões das universidades públicas. Entretanto, os cortes causaram repúdio por parte da população e houve várias renúncias, em particular a do ministro da Educação, Hugo Juri, do Interior, Federico Storani, e do Desenvolvimento Social, Marcos Makón. Essa seria a dispensa da FREPASO, saindo da *Alianza*. O pacote de Murphy completou-se com uma redução de 30% dos funcionários estatais,

intensificação da reforma trabalhista e novas privatizações, como da Administradora de Fundos de Pensão, da Casa da Moeda e da Loteria (LANATA, 2003, p. 635).

Frente à insatisfação com as medidas adotadas, López Murphy renunciaria ainda no mesmo mês, e De La Rúa nomeou Domingo Cavallo ministro da Economia, com a estratégia de conquistar a bancada da *Acción por La República* na Câmara Federal. Essa decisão mostrou que o Executivo assumira a defesa, a manutenção e a continuidade das reformas neoliberais na economia argentina. No entanto, De La Rúa foi eleito sob o fortalecimento das críticas ao modelo neoliberal. De acordo com Floria e Belsunce (2004), as decisões do presidente deixaram as bases que o elegeram sensíveis às demandas populares e desconfiadas em relação à sua aproximação com os peronistas. Com seu distanciamento da *Alianza* e do grupo político responsável pela sua eleição, De La Rúa impulsionou os conflitos dentro do aparelho estatal que inviabilizariam sua administração, em meio à crise já instalada.

As numerosas tentativas fracassadas de contornar a crise econômica presente desde o governo Menem marcaram os dois anos do governo de De La Rúa. Os ministros Machinea e Murphy tentaram reanimar a economia através de políticas econômicas que já provaram ser ineficazes no novo âmbito internacional enfrentado pela Argentina, eles buscaram saída para quitação da dívida externa e o aumento da arrecadação. Evidenciou-se a incapacidade de De La Rúa governar e a falta de apoio entre seus aliados para realizar, em termos práticos, as reformas econômicas. Com isso, investidores domésticos e estrangeiros foram perdendo progressivamente a confiança no governo. A recessão acentuou-se em 2001, bem como as exigências do FMI em relação à redução do déficit orçamentário. No contexto social, a tensão causada pelo aumento do desemprego e do empobrecimento da população alcançaram seu limite. Os *piqueteros* organizaram manifestações, liderados pelo Movimento de Trabalhadores Desempregados (MTD). Berger (2002, p. 81, tradução nossa) esclarece que:

O piquete, ou obstáculo, surge como a principal forma de luta desses movimentos, que são a expressão de toda uma sociedade profundamente afetada pelo processo de reestruturação e dismantelamento produtivo, que envia grupos significativos de trabalhadores de média e alta qualificação ao desemprego, que são vizinhos estabelecidos e enraizados nessas populações. Eles e seus filhos pequenos, que veem seu futuro interrompido, suas esposas e os vizinhos em geral, incluindo comerciantes, funcionários públicos, professores etc., decidem barrar as estradas na periferia de seus povoados.

Segundo Berger (2002), as primeiras manifestações dos *piqueteros* ocorreram em localidades do interior do país, particularmente aquelas que foram centros da indústria petrolífera, que fora privatizada e totalmente reestruturada no governo Menem, tais como a

região de general Mosconi, em Salta. Houve levantes em localidades que foram ferrovias, como Cruz del Eje, em Córdoba, ou centros de produção agroindustrial, como a região açucareira, ao longo da rota nacional, que se liga a zona petroléira. Aos poucos, esses movimentos foram tomando a frente da Casa Rosada, manifestando que novas rodadas de “Ajuste e Reforma” não seriam mais admitidas pacificamente. A crise tomara dimensões na esfera política e social.

5.3.2. O retorno de Cavallo

Em março de 2001, De La Rúa convocou Domingo Cavallo para o Ministério da Economia, com o intuito de recuperar a confiança dos mercados e formar base política junto a seus representantes no Legislativo. O Congresso, contrariando a Constituição, concedeu “superpoderes” a Cavallo, que passou a ter o poder de tomar decisões em assuntos fiscais, podendo controlar a receita e despesas públicas, acima da Constituição e dos três Poderes. Além disso, poderia criar leis e decretos de política monetária e cambial, conseguindo controle total das funções de política econômica do governo (PELIZER, 2003).

Cavallo tentou usar sua notoriedade para obter vantagens com o FMI. Segundo a J.P. Morgan Home⁷⁶, a Argentina estava com um risco-país de 1.300 pontos e uma probabilidade de 30% de *default*. A equipe do FMI afirmou que um *default* acabaria imediatamente com a convertibilidade e que essa seria a melhor saída para reestruturar o passivo em um novo acordo, mas, segundo Bonelli (2004, p. 171, tradução nossa)⁷⁷:

O ministro se recusou a matar o que havia sido sua criação. Ele aplicaria qualquer medida, por mais cara que fosse para a sociedade argentina, antes de entregar a certidão de óbito uma a uma, sua única receita política ainda em pé. Essa foi a razão pela qual, apesar de todos os seus riscos, ele preferiu seguir a sugestão do banqueiro Mulford de avançar no mega-resgate, um refinanciamento voluntário da dívida (não uma reestruturação). O nome de megaresgate deveu-se ao fato de ser, naquele momento, a operação de transformação de títulos mais importante da Argentina: quase trinta bilhões de dólares.

Ao que parece, o ministro queria ganhar tempo. Contudo, na conclusão de Pelizer (2003), o aumento das taxas de juros que a ampliação dos prazos gerou e a não utilização desse

⁷⁶ Principal agência de risco do mercado financeiro.

⁷⁷ “*El ministro se negaba a matar la que había sido su creación. Aplicaría cualquier medida, por costosa que fuera para la sociedad argentina, antes de darle partida de defunción al uno a uno, su único rédito político aún en pie. Fue ésa la razón por la que, a pesar de todos sus riesgos, prefirió seguir la sugerencia del banquero Mulford de avanzar en el megacanaje, una renaficiación volnuntaria de deuda (no una reestructuración). El nombre de megacanaje se debió a que era hasta ese momento la operación más importante de transformación de bonos de la Argetina: casi treina mil millones de dólares.*”

tempo para resolver assuntos fundamentais, mas sim realizar ações que geraram mais incertezas, condenou o futuro imediato da economia argentina.

Mario Cafiero, deputado justicialista, acabou denunciando o “megacanje” ao Poder Judiciário. Na denúncia, havia a contestação da comissão paga aos bancos; um total de 450 milhões de dólares, que diminuiu para 147 milhões em 5 de maio de 2001, na assinatura do acordo; e o significativo aumento da dívida que o acordo causaria. A alegação de Cafiero esclarecia que, para conseguir uma ajuda financeira de 12,8 bilhões de dólares até 2005, a Argentina obteria um aumento em seu endividamento em mais de 55 bilhões de dólares em pagamentos que iriam até 2031 (MUSSA, 2002).

Na gestão de Cavallo, o governo deu atenção para as políticas de estímulo à exportação, diminuindo tributos com o objetivo de tornar o produto nacional mais atrativo. Em contrapartida, a continuação do aumento do índice de desempregados, o corte de salários dos funcionários públicos e o pagamento dos serviços da dívida com juros cada vez mais altos, colaboraram para a diminuição da base monetária. Essas medidas impediram o aumento do consumo interno, prejudicaram a arrecadação e pressionaram o resultado fiscal.

O ministro da Educação também voltou seus esforços à manutenção dos “Planos de Competitividade”, designando incentivos fiscais e instrumentos de política comercial. Tais planos favoreciam empresas através de redução de impostos anteriormente determinados, entre eles, a revisão dos encargos dos convênios trabalhistas. Segundo Chudnovsky (2004), esse plano estava baseado na ideia de que o investimento seria o principal impulso para o crescimento, com um esquema de preços e rentabilidade suficientes para alavancar o desenvolvimento produtivo.

Um novo deficit prejudicaria a manutenção do acordo que estabeleceu o *stand by* de 40 bilhões de dólares junto ao FMI e o governo sabia disso, o FMI garantiu o cumprimento dos serviços da dívida, mas, para isso, exigiu que o governo argentino controlasse os gastos públicos de modo a diminuir o deficit. O que seria suficiente para controlar a fuga de divisas e sustentar a continuação da Conversibilidade.

Consoante Lanata (2003), o Executivo, ciente do risco de o deficit aumentar, encaminhou ao Congresso uma proposta de lei que planejava uma implementação de cortes com o objetivo de cumprir o compromisso com o FMI. Com a aprovação da Lei do Deficit Zero⁷⁸, Cavallo teve liberdade para interferir na alíquota do IVA, aprovou um novo imposto de

⁷⁸ ARGENTINA. **Ley nº 25.250, de 11 de mayo de 2000.** *Trabajo Reforma Laboral - Su aprobacion. Honorable Congreso De La Nacion Argentina.* Disponível em: <http://servicios.infoleg.gov.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=63208>. Acesso em: 24 set. 2019.

até 6% sobre débitos e créditos bancários, suspendeu a redução de impostos que prevalecia sobre combustíveis e cortou 13% dos salários e aposentadoria acima de 500 pesos. Mais arrocho salarial e fiscal por um lado, e endividamento progressivo do outro.

Quando a lei foi sancionada, o FMI não economizou nos elogios, que destacavam a importância dessas medidas na estabilização da economia argentina. Com isso, o governo De La Rúa respirava quase aliviado⁷⁹. Contudo, de acordo com Pelizer (2003), essas medidas impostas pela Lei do Deficit Zero eram de caráter recessivo, pois atingiam o consumo e elevariam o preço relativo da produção doméstica, em última análise. Mesmo que se alcançasse o deficit público zero, a perspectiva dada pelas medidas anunciadas pela nova lei foi de elevação do desemprego e de alta dos juros praticados pelo mercado, em razão do aumento do risco das atividades produtivas.

A Argentina seguia o mesmo caminho adotado nas últimas décadas, fazendo novas dívidas para pagar as anteriores. A manutenção do Plano de Conversibilidade exigia mais ingresso de divisas. O governo pressionou, ainda mais, a renda de determinadas categorias ao diminuir salários e aumentar impostos, além de determinar novos cortes em alguns setores, como saúde e educação. Cada decisão do governo De La Rúa buscava contemplar compromissos com os credores, visto que a fuga de divisas afetava fortemente a economia doméstica. O comércio internacional não tinha capacidade suficiente para gerar superávits que ajudassem a pagar a dívida, sob essa lógica, o que colocava as autoridades argentinas de política econômica à mercê das exigências do FMI.

Cavallo se viu obrigado a solicitar ao FMI que os pagamentos da dívida fossem interrompidos até que a economia se recuperasse. Ficou evidente que o país havia alcançado o limite e não seria mais possível cumprir com os acordos. Entretanto, Floria e Belsunce (2004) lembram que o mercado financeiro internacional estava suscetível às turbulências causadas pelo atentado de 11 de setembro de 2001, nos EUA. Nessas circunstâncias, a proposta de Cavallo não foi aceita pela banca credora e nem pelo FMI, intensificando a fuga de capitais.

De acordo com Pelizer (2003), o total de fuga de capitais em 2001 foi de 20 bilhões de dólares. Diante do caos, o governo De La Rúa ainda esperava que o FMI liberasse um novo montante que possibilitasse trazer tranquilidade ao mercado. Entretanto, o aumento do risco-

⁷⁹ EL PAÍS. *El Senado argentino aprueba la ley de deficit cero*. **El País**, Buenos Aires, 29 jul. 2001. Disponível em: www.elpais.com/economia/2001/07/30/actualidad/996478374_850215.html. Acesso em: Jan. 2020.

país só apresentava a Argentina como um ambiente de alta especulação e volatilidade. Ferrer (2004, p. 367, tradução nossa)⁸⁰ retrata a situação da seguinte maneira:

Nas vésperas da implantação do *corralito*, a conversibilidade, com paridade de um peso para um dólar, coexistia com um nível exíguo de reservas do Banco Central e com uma dívida externa impagável. As reservas garantiam somente 25% do total de passivos do sistema (base monetária, depósitos e prazos fixos). Apenas os juros da dívida, por sua vez, representavam cerca de 50% do valor das exportações e mais de 20% do gasto público consolidado, isto é, o pior endividamento da América Latina e do mundo.

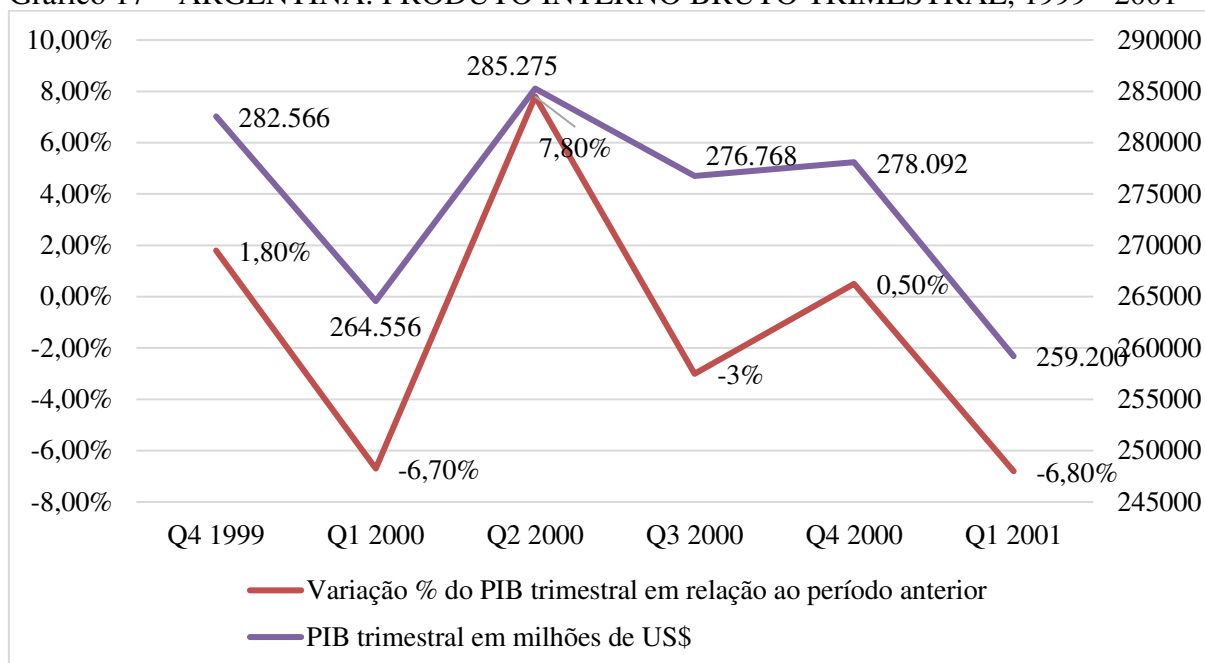
A fuga de capital continuava pressionando as reservas, com a entrada de dólares na economia nacional pela via do endividamento. Somente no segundo semestre de 2001, foram retiradas dos bancos argentinos cerca de 15 bilhões de pesos, prejudicando a liquidez dos bancos locais. Cavallo juntamente com De La Rúa sabiam que as forças do mercado arrastariam o país ao colapso e decidiram intervir, ao formular o que chamaram de “Corralito”, decretado em dezembro de 2003 (PELIZER, 2003).

5.4 Interpretação do Ambiente Econômico Argentino, 1999-2001

O Gráfico 17 mostra o PIB da Argentina durante o governo de De La Rúa. A recuperação no segundo trimestre de 2000 se deu pelo aporte de capital do acordo *stand by* do FMI, mas o PIB voltou a cair no trimestre seguinte, sem recuperação no final de 2000, começando o ano com 264 bilhões de dólares e terminando com pouco mais de 259 bilhões. A economia argentina tentava sobreviver com entradas de capital externo, mas com eficiência de curtíssimo prazo.

⁸⁰ “*En vísperas de la implementación del llamado corralito, la convertibilidad, con una paridad un peso/un dólar, coexistía con un nivel exiguo de reservas del Banco Central y con una deuda externa impagable. Aquéllas respaldaban solo el 25% del total de los pasivos del sistema (base monetaria, depósitos y plazos fijos). Sólo los intereses de la deuda, a su vez, representa cerca del 50% del valor de las exportaciones y más del 20% del gasto público consolidado, es decir, el peor endeudamiento de América Latina y el mundo.*”

Gráfico 17 – ARGENTINA: PRODUTO INTERNO BRUTO TRIMESTRAL, 1999 - 2001



Fonte: INDEC.⁸¹

Os resultados agregados dos anos de 1999 a 2001 aparecem na Tabela 7. O PIB sofreu uma queda de -4,4%, em 2001. O consumo também sofreu um declínio, devido aos cortes de salários. As exportações continuaram no mesmo nível de 2000 para 2001, baixo crescimento de 5,7%. As importações sofreram uma queda de 13,9%. A eficiência da Lei de Deficit Zero se apresenta no aumento decimal do superavit primário do governo, 1,29% do PIB, em 2001, diante de 1,04% do ano anterior. Com o governo paralisado, a demanda efetiva entrou em declínio. A decorrência disso se apresenta no aumento do desemprego, que chegou a 18,1%, em 2001, da população economicamente ativa. Segundo os dados do INDEC, a cada dia, o país recebia 2 mil cidadãos na faixa de rendimento abaixo da linha da pobreza, isto é, famílias que ganham menos de 480 pesos/mês. O total de pessoas abaixo da linha de pobreza alcançou 14 milhões, com 4,5 milhões concentrados na Capital Federal e Grande Buenos Aires, 60% dos “novos pobres” vinham da classe média (INDEC).

⁸¹ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

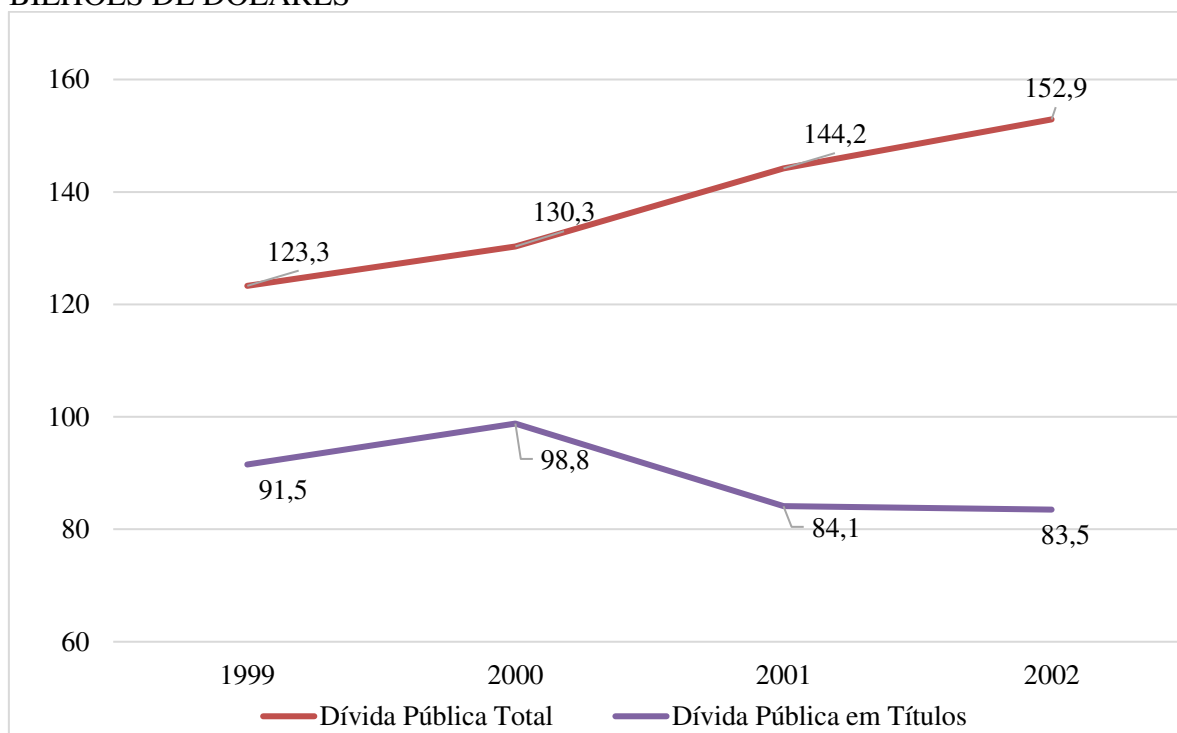
Tabela 7 – ARGENTINA: TAXA DE CRESCIMENTO PERCENTUAL, VARIÁVEIS SELECIONADAS - 1999-2001

Ano	1999	2000	2001
PIB (taxa de crescimento - pesos %)	-3,4	-0,8	-4,4
Consumo (taxa de crescimento - pesos %)	-2	-0,7	-5,7
Exportações (taxa de crescimento - US\$ dólares %)	-11	2,7	2,7
Importações (taxa de crescimento - US\$ dólares %)	-18,4	-0,2	-13,9
Superavit Primário do Governo (% do PIB)	1,24	1,04	1,29
Desemprego (% da população economicamente ativa)	13,45	14,2	18,1

Fonte: INDEC.⁸²

O FMI, como auxiliador da Argentina, apenas permitiu o cumprimento dos compromissos externos, mas não apresentou uma solução em relação ao problema do endividamento crônico da economia do país (SCHVARZER; HERNÁN, 2004). Como mostra o Gráfico 18, a dívida em títulos sofreu uma redução por causa das renegociações em 2001, porém o aumento da dívida total resultou em um *default* inevitável.

Gráfico 18 – ARGENTINA: DÍVIDA TOTAL DO SETOR PÚBLICO (1999 – 2002), EM BILHÕES DE DÓLARES



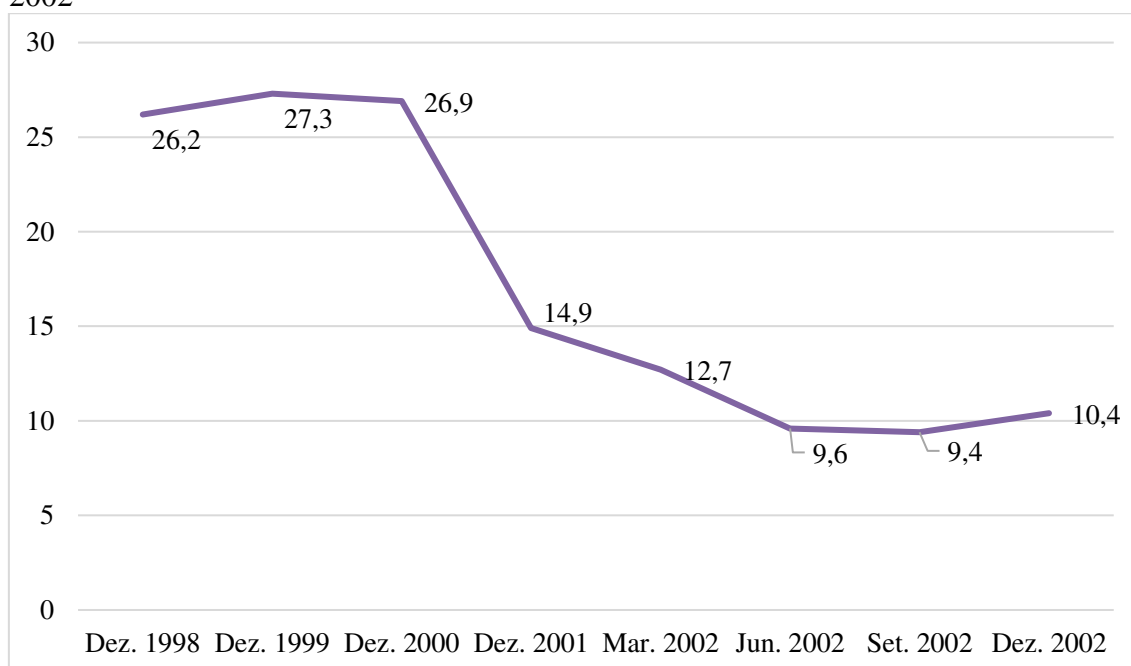
Fonte: DNCI.⁸³

⁸² REPUBLICA ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Encuesta Permanente de Hogares (EPH). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

⁸³ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Dirección Nacional de Cuentas Internacionales (DNCI). Dados disponíveis em: <https://www.indec.gov.ar>

O Gráfico 19 mostra que as reservas argentinas somavam 27,3 bilhões de dólares, em 1999, caindo para 26,9 bilhões, em 2000, e despencando para 14,9, em 2001. Segundo Schvarzer e Hernán (2002), a crise provocou a queda nas reservas e não o contrário. Ademais, o uso das reservas para pagar os compromissos externos fez a taxa de câmbio aumentar, pressionando a inflação. A cesta básica nesse período subiu de 81,76 pesos para 100,94 pesos, em um contexto em que o desemprego continuou aumentando e que os salários se mantinham congelados. Portanto, a redução das reservas acabou dando força ao aumento da pobreza.

Gráfico 19 – ARGENTINA: VARIAÇÃO DAS RESERVAS INTERNACIONAIS -1998 – 2002



Fonte: INDEC.⁸⁴

Com relação à concentração de renda, os resultados das políticas econômicas de Ajuste e Reforma reproduzem e intensificam as conclusões do período anterior. A abertura comercial, a desindustrialização, a financeirização, a redução do papel do Estado, tanto nos instrumentos de política econômica, quanto nos ativos públicos e principalmente a ampliação dos ganhos de capital sobre a massa salarial dos trabalhadores têm como resultado, segundo dados do Banco Mundial, o índice de Gini que, em 1999, marcava 49,8 e passou para 53,3 em 2001 e 53,8 em 2002, seu maior índice de desigualdade durante a manutenção das políticas neoliberais.

⁸⁴ REPUBLICA ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Encuesta Permanente de Hogares (EPH). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

5.5 O “*Corralito*” e o Aprofundamento da Crise

Em novembro de 2001, apesar das muitas declarações que vinha negando e da lei que proibia tocar nos depósitos, Cavallo decidiu criar um congelamento bancário que disfarçaria com o nome de “bancarização obrigatória”. No dia seguinte, os rumores percorreram os meios de comunicação anunciando diferentes versões sobre uma possível instrumentalização do “*corralito*”. Nesse dia, foram sacados 700 milhões de dólares (BONELLI, 2004). O ministro da Economia não conseguiu lutar contra a especulação, a fuga de capitais se tornou a realidade da Argentina, e os depósitos bancários tiveram uma queda de 67 bilhões de dólares, em novembro de 2001.

De acordo com Di Matteo (2011), em primeiro de dezembro de 2001, Cavallo convocou uma conferência de imprensa e anunciou, por meio do Decreto 1.570/2001, as seguintes medidas: (a) não poderia retirar mais de 250 pesos ou dólares, por semana, das contas bancárias; (b) os saques se realizariam em pesos ou dólares, e os bancos não poderiam cobrar comissões; (c) não haveria restrições às movimentações entre contas bancárias; (d) as transferências ao exterior estavam proibidas; (e) os depósitos em pesos não poderiam oferecer taxas de juros maiores do que as dos depósitos em dólares; e (f) as instituições financeiras não poderiam fazer operações ativas em pesos, nem interferir no mercado futuro, e operar sobre ativos em pesos. As operações em vigência poderiam converter-se em dólares com a concessão do devedor.

Em plena corrida bancária, estava claro que os beneficiários das medidas seriam os bancos e os grandes investidores, mas também o *Corralito* tinha o objetivo de impedir que a saída massiva de fundos e a compra de dólares levasse ao fim da convertibilidade. O impacto no consumo interno foi imediato, com as vendas caindo em 50% na primeira semana. As exportações e importações também sofreram o impacto, pois as empresas tinham dificuldades em obter divisas, visto que seus recursos estavam retidos nas instituições bancárias. No caso das províncias, estas foram obrigadas pela escassez de moeda a multiplicarem a emissão de títulos para cumprir suas obrigações junto aos fornecedores e para a remuneração dos funcionários, tais títulos possuíam prazos de vencimento de até cinco anos e não rendiam juros, mas seu valor no mercado poderia variar. Essa variação estava correlacionada ao total de títulos com as mesmas propriedades circulando no mercado, isto é, quanto mais papéis emitidos por uma mesma província, menor seria seu valor no mercado (SHVARZER; HERNÁN, 2003). Em janeiro de 2002, os títulos emitidos pelas províncias ultrapassavam um total de 4 bilhões de dólares.

Conforme Di Matteo (2011), o fim da Conversibilidade já estava sendo cogitado entre os políticos como a saída para a grave crise econômica prevista. Os apoiadores de Alfonsín e Duhalde começaram a articular contra a continuidade da paridade um a um, que até então permanecia intacta. Assim como Alfonsín, Duhalde também estava ciente do risco em se apresentar contra um plano que, até pouco tempo, possuía 80% de aprovação da população. Ficaram conhecidos como os “devaluacionistas” e buscaram se aliar com o objetivo de impossibilitar o desgaste político ocasionado pela proposta. Enquanto isso, De La Rúa resguardou-se com Cavallo e Menem para defender a Conversibilidade. Curiosamente, Menem foi além e defendeu a completa dolarização da economia argentina, algo que para De La Rúa seria muito melhor do que desistir da paridade dólar-peso.

Outra colaboração do *Corralito* foi a redução na arrecadação, visto que retraiu, ainda mais, a atividade econômica ao atingir vigorosamente o nível de consumo. Desse modo, apesar das medidas drásticas adotadas, o governo não alcançou o esperado déficit zero, encerrando as contas no negativo em 6,5 bilhões de dólares. Para completar, o FMI anunciou que não concederia à Argentina o restante das parcelas que ainda restavam da blindagem, de 1,264 bilhão de dólares previstos para dezembro, uma vez que o país não cumpriu com as metas estabelecidas (LANATA, 2001).

As medidas tomadas diminuíram salários do funcionalismo, aumentaram o Imposto de Renda, os novos cortes de gastos causaram impacto nos recursos direcionados à educação, mas, mesmo assim, o governo não conseguiu evitar o déficit fiscal. Esse desfecho não era novidade, pois 25 bilhões de dólares adquiridos com a blindagem⁸⁵ foram aplicados apenas em cumprir serviços da dívida. Além das amortizações, não havia divisas suficientes para remunerar o capital financeiro (CLARIN, 2000).

Sem saída, o governo optou por atingir os próprios aliados e divulgou a redução das transferências para as províncias, provocando reações dos governadores. Logo após, Cavallo buscou no Congresso a aprovação para uma redução de gastos em 6 bilhões de pesos. O ministro da Economia insistiu com sua política econômica para que os congressistas apoiassem sua proposta, porém a reação foi a reivindicação da renúncia de Cavallo e, em razão de não enxergar outra saída, o ministro renunciou em 19 de dezembro, apenas duas semanas depois do decreto do *Corralito*. O aparelho estatal estava mergulhado em conflitos internos, sem nenhuma

⁸⁵ CLARÍN. *La marcha de la economía: se aleja el temor de que la Argentina no pueda pagar la deuda externa*. Clarín, Buenos Aires, 18 dez. 2000. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/rua-anuncia-hoy-blindaje-financiero_0_rk-bjVYgAtl.html. Acesso em: jan. 2020.

perspectiva de como superar a crise que desabava sobre a economia argentina e encarando uma intensa mobilização popular contra o seu governo neoliberal (DI MATTEO, 2011).

O aumento do número de desempregados ao longo da década de 1990, atingindo 14,2% da população economicamente ativa em 2000, e 18,1%, em 2001, fortalecia o movimento dos *piqueteros* e outros movimentos sociais (INDEC). Em 12 de dezembro de 2001, houve um *cacerolazo* ao meio-dia, e um “apagão” de quinze minutos⁸⁶. No dia 13 do mesmo mês, começaram os saques a supermercados na cidade de Rosário. Naquele mesmo dia, a *Central Obrera* convocou também uma greve geral contra os bancos e as restrições bancárias. Os saques aos supermercados médios e pequenos se espalharam por todo o país, principalmente por trabalhadores em busca de comida. No dia 19 de dezembro, contabilizavam-se sete mortes confirmadas, como resultado da repressão aos saques e manifestações, e De La Rúa buscou contatar deputados e senadores na Câmara, mas teria que se locomover até a Casa Rosada, sob uma chuva de pedras e insultos populares, que eram arremessadas no carro oficial (DI MATTEO, 2011).

Como reação, o governo decretou o estado de sítio e a repressão aos movimentos sociais aumentou. Em Buenos Aires, o povo se reuniu em frente à Casa Rosada e à residência de Domingo Cavallo, para realizar um *cacerolazo*. Com panelas e colheres, bandeiras argentinas e rostos indignados, ali pediram a renúncia de Cavallo, De La Rúa e todos os demais políticos. “*Que se vayan, que se vayan todos*”. Segundo Di Matteo (2011), muitos dos manifestantes eram os mesmos que votaram em 1999 e comemoraram a volta do ministro nove meses atrás.

Em 20 de dezembro de 2001, milhares de manifestantes se dirigiam novamente até a *Plaza de Mayo*. A polícia começou a disparar balas de borrachas e gás lacrimogêneo para dispersar o povo. Mas os grupos de manifestantes se uniram novamente entrando na praça, caminhando juntos e cantando o hino nacional. Lanata (2003, p. 640, tradução nossa)⁸⁷ relata a essência da manifestação:

Aqueles que caminharam naquela noite até a *Plaza de Mayo*, vindos dos lugares mais distantes da capital, puderam observar que, quando as pessoas caminham em direção à História, não andam na calçada. Em direção à História, você caminha pelo meio da rua. E lá estavam eles, milhares de pessoas anônimas, sem bandeiras, com suas

⁸⁶ CALVO, P. *La noche que las cacerolas salieron a ensayar*. **Clarín**, Buenos Aires, 12 dez. 2002. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/noche-cacerolas-salieron-ensayar_0_S1nX3bXgAte.html. Acesso em: jan. 2020.

⁸⁷ *Quienes caminaron esa noche hacia la Plaza de Mayo desde los lugares más distantes de la Capital pudieron observar que cuando la gente camina hacia la Historia no va por la vereda. Hacia la Historia se camina por el medio de la calle. Y ahí estaban, miles de personas anónimas, sin banderas, con su familias, con los hijos de la mano o montados sobre los hombros, caminando por el medio de la calle hacia la Plaza. Caminaron con un alegre nerviosismo, felices de desconocer el futuro pero decididos a darle la espalda al poder de turno. Esto era lo que venían a decir: "¡Que se vayan todos!"*

famílias, com crianças de mãos dadas ou sobre seus ombros, andando pelo meio da rua em direção à praça. Caminharam com um nervosismo feliz, felizes de desconhecer o futuro, mas determinados a agir para mudá-lo. Isto é o que eles vieram dizer: "*Que se vayan todos!*"

Houve mais repressão das forças de segurança, e, conseqüentemente, mais mortes, totalizando quinze mortos na capital e mais quinze em outras partes do país, além de vários feridos. Cavallo renunciou logo após o ocorrido. As manifestações continuaram por todo o país, formando um cenário de caos que motivou a renúncia de De La Rúa (DI TELLA, 2017). Di Matteo (2011, p. 127, tradução nossa)⁸⁸ apresenta parte do discurso de renúncia de De La Rúa:

Estou escrevendo para apresentar minha renúncia como Presidente da Nação. Hoje, minha mensagem para garantir a governança e estabelecer um governo de unidade foi rejeitada pelos líderes parlamentares. Estou confiante de que minha decisão contribuirá para a paz social e a continuidade institucional da República. Peço, portanto, ao Honorable Congresso que a aceite. Saúdo-o com a minha mais alta consideração e peço a Deus a sorte da minha pátria.

Figura 4 - CACEROLAZO NA PLAZA DE MAYO, DEZEMBRO DE 2001



Fonte: Razón e revolución (2008)

De La Rúa não conseguiria sair pela esplanada, tendo de abandonar a Casa Rosada de helicóptero. Havia governado durante dois anos e dez dias. Para Floria e Belsunce (2002), foi

⁸⁸ *Me dirijo a usted para presentar mi renuncia como Presidente de la Nación. Mi mensaje de hoy para asegurar la gobernabilidad y constituir un gobierno de unidad fue rechazado por líderes parlamentarios. Confío en que mi decisión contribuirá a la paz social y a la continuidad institucional de la República. Pido por eso al Honorable Congreso que tenga a bien aceptarla. Lo saludo con mi más alta consideración y estima, y pido a Dios por la ventura de mi patria.*

o final patético de uma má gestão. A democracia argentina sofrera um duro golpe com uma contribuição difamadora de opositores organizados em busca de poder. O estrago era evidente, com as perspectivas sombrias de um futuro incerto.

6 EVOLUÇÃO DA DESIGUALDADE, 1989-2001

Neste capítulo elabora-se um cenário econômico da Argentina entre 1989 e 2001, a partir de dados cedidos pelo Instituto Nacional de Estatística e Censos (INDEC), Banco Mundial, retirados das Contas Nacionais, alguns indicadores agregados da produção, bem como da desigualdade social e da distribuição de riqueza no país, divulgados também pelos anuários estatísticos e panoramas sociais da Cepal.

6.1 Evolução do Produto Interno Bruto (PIB)

A taxa de crescimento do PIB, entre 1989 e 2001, teve resultado positivo em sete anos, e negativo em cinco. A maior taxa aconteceu em 1991, aumentando 9,1% em relação ao ano de 1990, e picos de crescimento em 1993 e 1997, com aumento de 8,2% e 8,1%, respectivamente. Como mostra o Gráfico 20, a maior queda ocorreu em 2001, -4,4%, em relação ao ano de 2000, e quedas relativas em 1989, 1995 e 1999.

Gráfico 20 – ARGENTINA: VARIAÇÃO % REAL DO PIB E TENDÊNCIA LINEAR - 1989 - 2001



Fonte: INDEC.⁸⁹

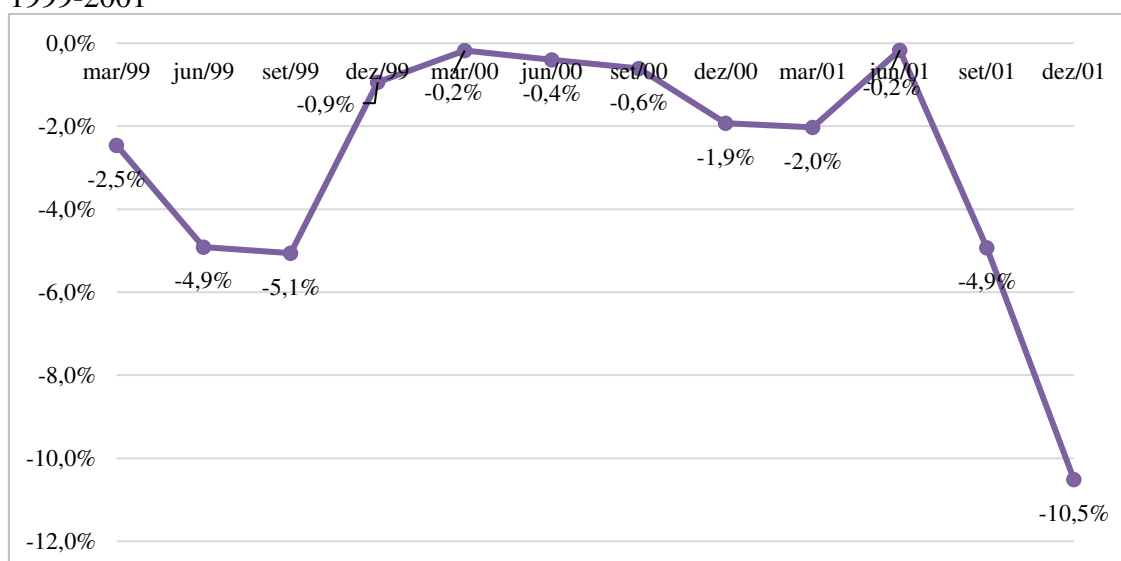
⁸⁹ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

De fato, as ações adotadas a partir de 1991, pelo governo Menem, foram efetivas principalmente em relação ao controle inflacionário e ao crescimento da atividade econômica. O Plano de Conversibilidade favoreceu um expressivo crescimento do produto, em 1991, 1992, 1993 e 1994. Segundo Schvarzer; *et al.* (2008), ao valorizar a moeda nacional, houve maior facilidade na importação de produtos e de equipamentos significativos para a modernização das empresas presentes no mercado nacional. Entretanto, a maioria dessas empresas concentrava parte dos seus recursos para o comércio exterior e, eventualmente, importavam produtos de suas próprias sedes no exterior.

Portanto, de acordo com Schvarzer; *et al.* (2008), apesar de um expressivo crescimento do PIB argentino, o reflexo negativo sobre o Balanço de Pagamentos fez com que o país recorresse constantemente ao endividamento, o que ajudou a comprometer a continuidade desse crescimento a longo prazo, como mostra, no Gráfico 21, a tendência decrescente da taxa, indicando também o curto prazo de eficácia do Plano de Conversibilidade no progresso do crescimento econômico.

O Gráfico 21 mostra a variação trimestral do PIB no período do governo De La Rúa, uma queda contínua e acentuada que atingiu níveis aproximados com os de 1993. No ano de 1993, o PIB atingiu 236 bilhões de pesos, em 1993, e, em 2002, alcançou apenas 235 bilhões de pesos. De fato, a depressão econômica de 2001 representou a mais grave crise econômica encarada pela Argentina desde o pós-guerra.

Gráfico 21 – ARGENTINA: VARIAÇÃO % TRIMESTRAL DO PIB A PREÇOS DE 1993 - 1999-2001



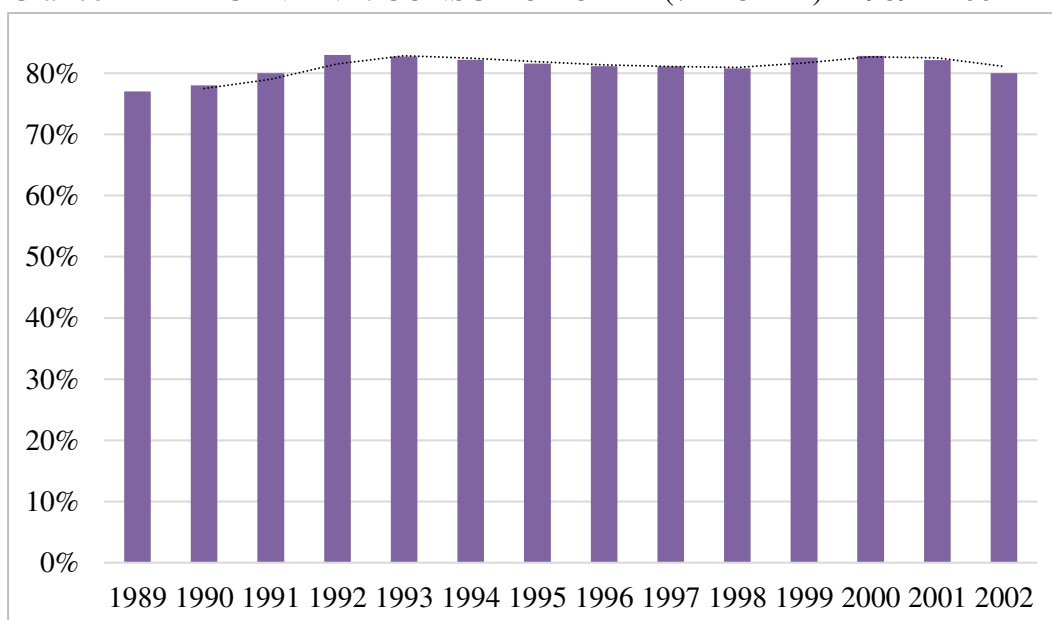
Fonte: INDEC.⁹⁰

⁹⁰ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

6.2 Outros Agregados Macroeconômicos

O aumento do consumo total como parcela do PIB, como mostra o Gráfico 22, é um dos motivos do crescimento econômico da primeira metade da década de 1990, na Argentina. Segundo Cano (2000), as reformas econômicas no começo da década de 1990, como a liberação do comércio e do capital, reformas no sistema financeiro e no setor público, refletiram na redução dos impostos sobre os produtos, aumentando o consumo, sob a forma de consumo importador.

Gráfico 22 – ARGENTINA: CONSUMO TOTAL (% DO PIB) - 1989 – 2001



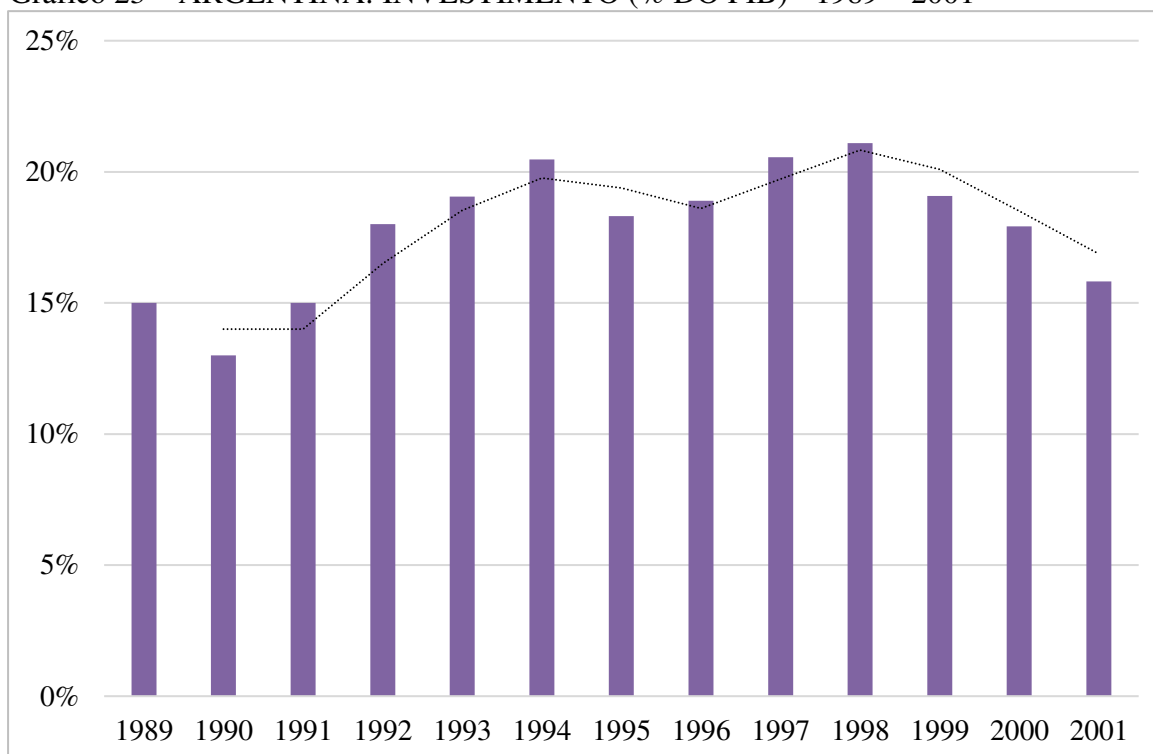
Fonte: INDEC.⁹¹

A paridade entre o peso e o dólar e a queda do custo do dinheiro ocasionaram também o aumento do investimento líquido (Gráfico 23), principalmente do Investimento Estrangeiro Direto. Contudo, o investimento não ultrapassou 20% do PIB na década de 1990, e a queda apresentada em 1999 a 2001 mostra que a relação entre investimento líquido e crescimento do PIB se prolongou além do recorte temporal 1993 – 1999. Segundo Ferrer (2004), essa queda se deu principalmente pela perda da capacidade de formar estoques de capital produtivo. A Argentina ficou cada vez mais dependente do investimento estrangeiro e do endividamento para

⁹¹ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar.

obter saldos positivos, e também no balanço financeiro, em que as privatizações foram determinantes.

Gráfico 23 – ARGENTINA: INVESTIMENTO (% DO PIB) - 1989 – 2001

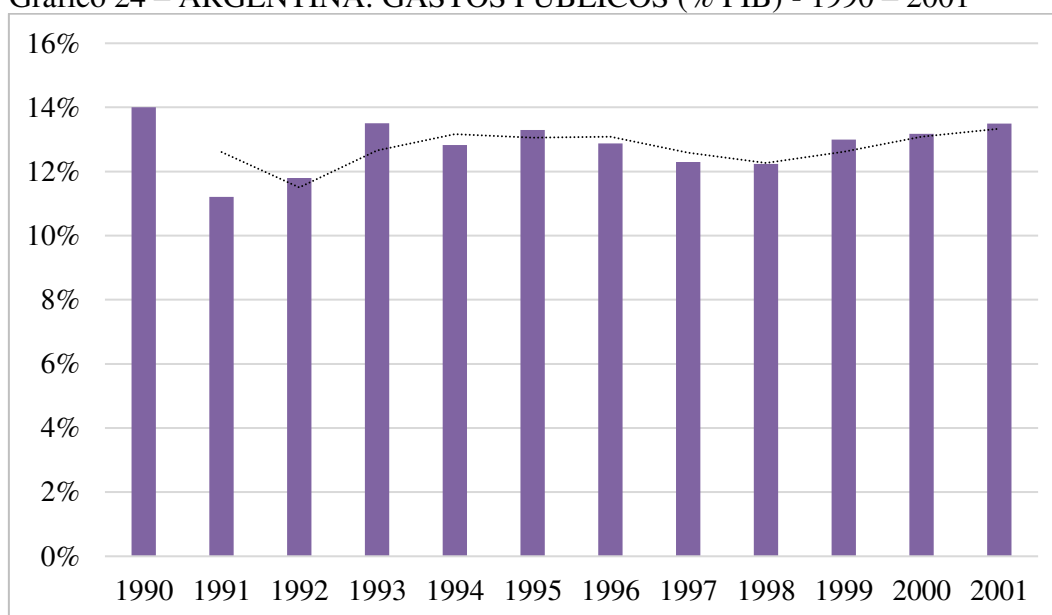


Fonte: INDEC.⁹²

O equilíbrio fiscal alcançado pela diminuição do gasto público era um dos principais pontos da agenda “Ajuste e Reforma”, promovida pelo FMI à economia argentina. Assim, o governo reduziu a renda dos funcionários públicos, aumentou impostos, cortou subsídios e suspendeu investimentos diretos na produção para atingir o crescimento econômico estabelecido pelo FMI e utilizar seus recursos para o pagamento da dívida (FERRER, 2004). A razão consumo/PIB permaneceu entre 11% e 14% durante toda a década de 1990, como observado no Gráfico 24.

⁹² REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

Gráfico 24 – ARGENTINA: GASTOS PÚBLICOS (% PIB) - 1990 – 2001

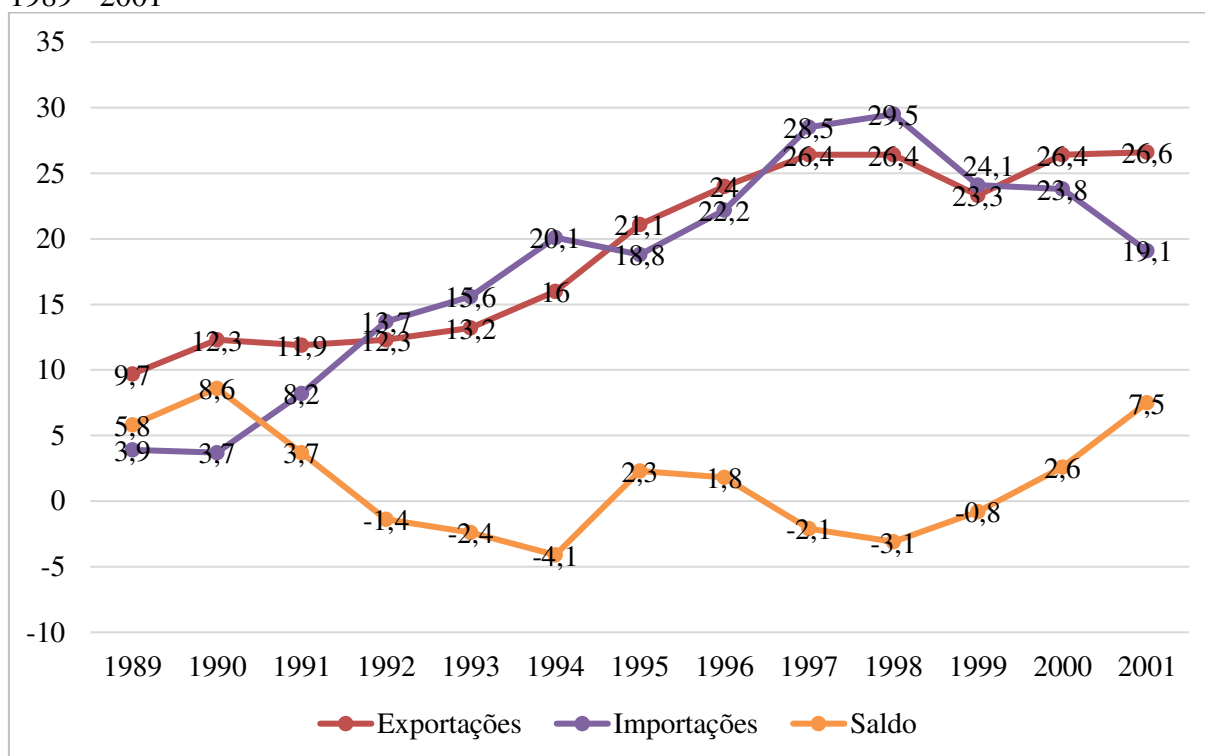


Fonte: INDEC.⁹³

No ano da implementação do plano, em 1991, as exportações diminuíram 3%, somando um total de 11,9 bilhões de dólares, ao passo que as importações obtiveram um expressivo aumento de 102%, passando de 3,7 para 8,2 bilhões de dólares. Essa tendência se estendeu pelos anos consecutivos.

⁹³ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

Gráfico 25 – ARGENTINA: BALANÇA COMERCIAL EM BILHÕES DE DÓLARES - 1989 - 2001



Fonte: Anuário Cepal, 2017.

Comparando o Gráfico 20 e o Gráfico 25, foi possível observar que houve um comportamento inverso entre as taxas de variação percentuais do saldo da Balança Comercial e o PIB, com exceção dos anos de 1990, 1995 e 1998. De acordo com Souza (2015), a resposta está no “consumo importador”⁹⁴. Entre 1990 e 1994 ocorreu um aumento da liquidez internacional, que se somou ao crescimento deficiente do setor de bens manufaturados e com o estímulo da conversibilidade ao consumo importador, causando a ilusão do resultado positivo dos primeiros anos, além de gerar também a incapacidade do governo argentino de fomentar estoques de capital para possíveis mudanças no mercado doméstico.

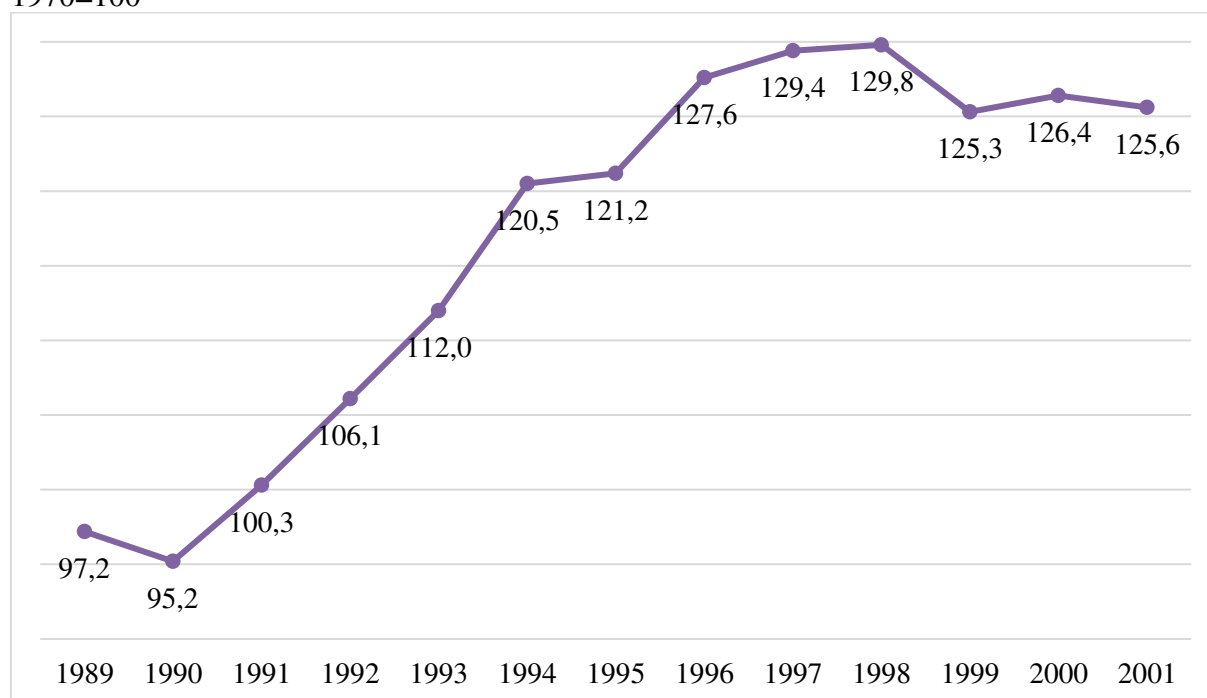
6.3 Produtividade

As reformas trabalhistas, em 1991 e 1992, praticadas pelo governo menemista foram ineficazes ao combate do desemprego, mas efetivas em relação à produtividade do trabalho, como apresenta o Gráfico 26. A situação dos trabalhadores também foi atingida pela deterioração da qualidade do emprego. Ao mesmo tempo que o governo neoliberal de Menem

⁹⁴ Este é resultado da concentração de rendimentos e do aumento do consumo de luxo, que tem como consequência um fortalecimento da dependência das exportações (CANO, 2000).

efetivaria os cortes dos custos do trabalho, as empresas procuravam melhorar seus resultados por meio do aumento da produtividade. Dessa forma, a importação de maquinário se intensificou, pois era indispensável para a modernização da produção. O Plano de Conversibilidade favoreceu consideravelmente a importação desses produtos industrializados, de maneira que a maior parcela no total de importações argentinas pós-conversibilidade foi ocupada por esses equipamentos, contribuindo para o aumento do déficit na Balança Comercial ocorrido nesse período. Como pode ser observado no Gráfico 26, a produtividade permaneceu aumentando durante toda a década de 1990, sobretudo durante os efeitos da crise do México na economia nacional. A produtividade apresentou uma queda somente em 1999, com a retração da economia argentina.

Gráfico 26 – ARGENTINA: EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE (1989 – 2001) - 1970=100



Fonte: Granã e Kennedy (2008).

6.4 Empregos e Salários

No ano em que o Plano de Conversibilidade foi colocado em prática, os resultados foram a estabilidade dos preços e a aceleração do crescimento econômico, enquanto o nível de desemprego apresentou uma pequena queda (Gráfico 28). Esse quadro permaneceu por pouco tempo, até 1992, quando a taxa de desemprego começou a crescer. Mesmo com um cenário de

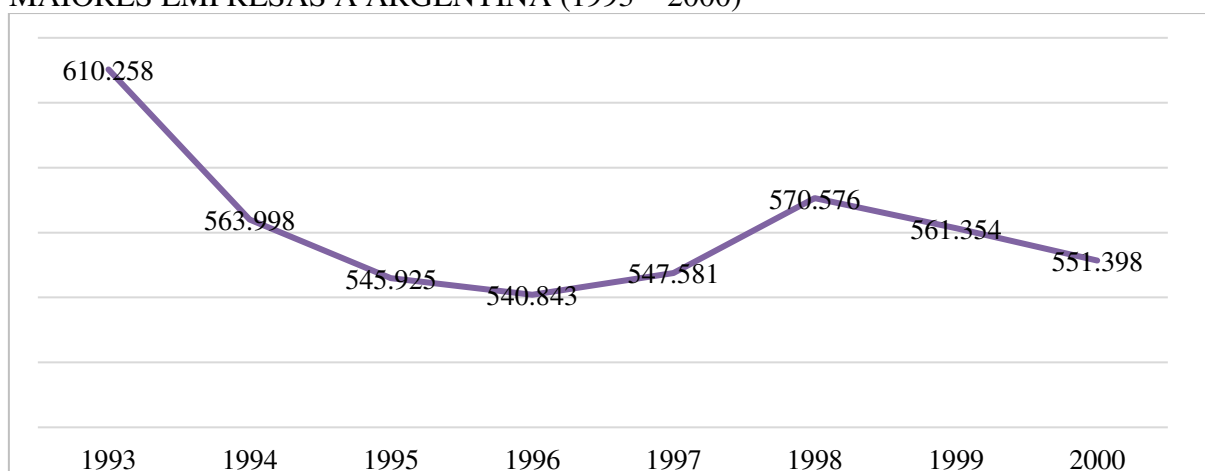
crescimento econômico, o governo tentava explicar o aumento do desemprego pelo alto custo da mão de obra local (LINDENBOIM; GONZÁLEZ, 2004).

Um dos argumentos mais repetidos pelo governo Menem para aprovação da reforma trabalhista era o da promessa de que, reduzindo os custos laborais, a economia voltaria a ser mais competitiva e, como consequência, haveria a geração de novos postos de trabalhos. Os benefícios dados aos empresários afetaram diretamente a renda do trabalhador, as contribuições previdenciárias, os sindicatos, e, conseqüentemente, o acesso à saúde e à educação (MINSBURG, 2001).

Para Romero (2001), foi a execução da lei de Emergência Econômica que propiciou ao capital externo as mesmas condições de benefícios de crédito e de tributos vigentes para a economia nacional, possibilitando a competição entre as indústrias nacionais e internacionais no país. Como as empresas multinacionais estrangeiras eram mais bem estruturadas, tiveram pouca dificuldade na concorrência com as empresas nacionais que, na maior parte dos casos, foram obrigadas a encerrar as atividades, fortalecendo o aumento da taxa de desemprego.

Outro motivo que contribuiu para o cenário de alto desemprego foi o processo de privatização, devido ao qual, com objetivo de obter melhores resultados, as empresas diminuam o número de funcionários através de demissões em massa e de acordos de demissão voluntária. Apesar do cenário de crescimento do PIB, houve uma queda durante a década de 1990 no número de postos de trabalho nas quinhentas maiores empresas do país, como mostra o Gráfico 27.

Gráfico 27 – ARGENTINA: POSTOS DE TRABALHO ASSALARIADO NAS 500 MAIORES EMPRESAS A ARGENTINA (1993 – 2000)

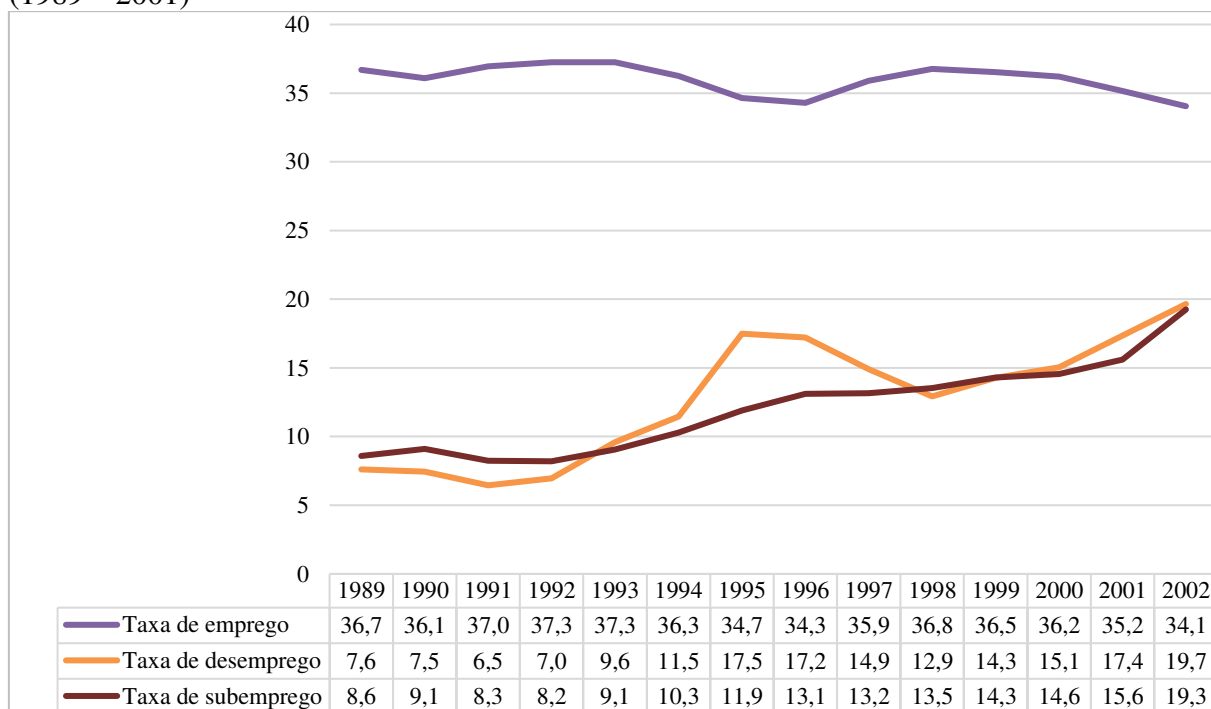


Fonte: INDEC.⁹⁵

⁹⁵ REPUBLICA ARGENTINA. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

Com o índice de desemprego em 1993 chegando a 9,6% (ver Gráfico 28), o governo de Menem culpabilizou a mecanização da economia e o custo da mão de obra, repetindo o discurso do FMI e dos grandes empresários atuantes no país. Além disso, Menem responsabilizou também o cenário internacional das crises do México, da Ásia, da Rússia e da Tailândia.

Gráfico 28 – ARGENTINA: TAXA DE EMPREGO, DESEMPREGO E SUBEMPREGO % (1989 – 2001)

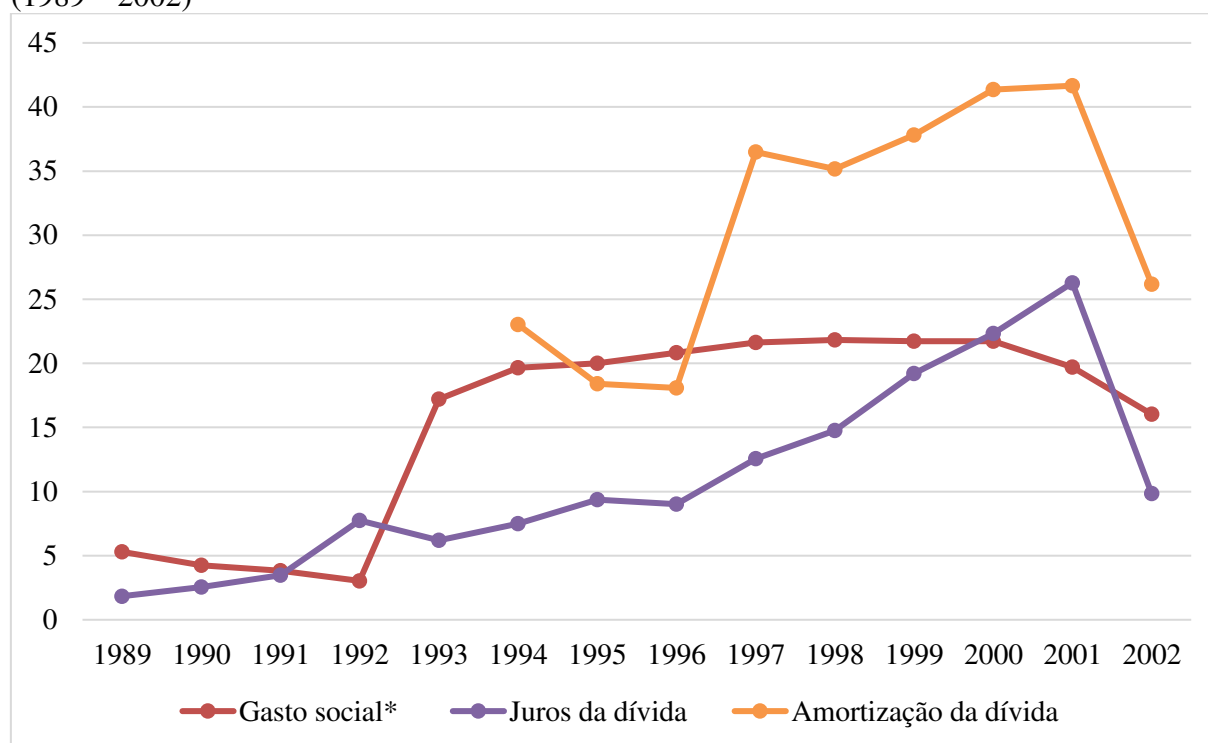


Nota: a taxa de emprego foi calculada em % da população e a taxa de desemprego e subemprego, em % da população economicamente ativa. Os dados sobre desemprego se referem a desempregados em busca de trabalho. Os dados de subemprego se referem a pessoas que trabalham menos de 35 horas semanais e desejam aumentar sua jornada. Fonte: EPH, INDEC.⁹⁶

O Gráfico 29 evidencia a não preocupação do governo com a situação do emprego no país e com os interesses da população. Os dados estabelecem que, entre gastos sociais e com serviços e amortização da dívida, as prioridades do Estado argentino estavam na segunda opção. Em 1999, os gastos com serviços da dívida se aproximaram dos gastos sociais, ultrapassando-os logo em 2000. Ademais, se somássemos o total de recursos destinado à amortização da dívida com os recursos utilizados com o pagamento de juros, tem-se um gasto total com a dívida duas vezes maior do que os gastos sociais em 2001. Segundo o INDEC, os gastos sociais incluíam o uso de recursos públicos nas áreas de saúde, trabalho, assistência social, educação, cultura, moradia, saneamento básico, etc.

⁹⁶ REPUBLICA ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Encuesta Permanente de Hogares (EPH). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

Gráfico 29 – ARGENTINA: CONTAS PÚBLICAS: RELAÇÃO ENTRE OS GASTOS SOCIAIS E O PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA EM BILHÕES DE PESOS DE 2006 (1989 – 2002)



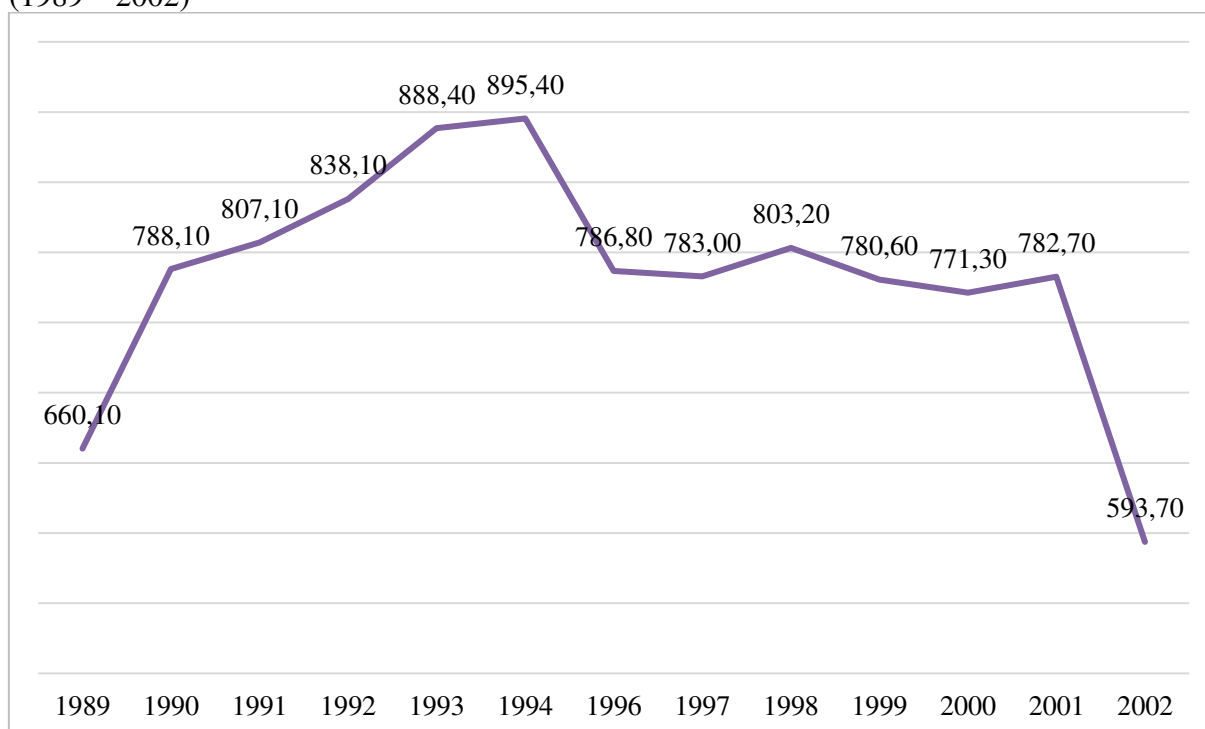
Nota: No total do Gasto social não estão incluídos os gastos com a previdência social.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de MECON (2007) e MECON.⁹⁷

No âmbito da recessão, a taxa de desemprego disparou. O Gráfico 30 apresenta a redução do salário real desde 1994, atingindo, em 2002, sua maior queda. De acordo com Lindenboim e González (2004), essa diminuição do salário deu-se devido ao aumento das modalidades de trabalho, como os contratos de trabalhos temporários, o crescimento do número de trabalhadores desempregados e das limitações das ações dos sindicatos.

⁹⁷ MINISTERIO DA ECONOMIA Y PRODUCCION. Compendio fiscal (1993 – 2006). Dados disponíveis em: www.minhacienda.gob.ar/onp/documentos/ejextexto/compendio/compendio93-06.pdf

Gráfico 30 – ARGENTINA: EVOLUÇÃO DO SALÁRIO REAL MÉDIO NA ARGENTINA (1989 – 2002)



Nota: Valores medidos em pesos de 1993.

Fonte: Granã e Kennedy (2008).

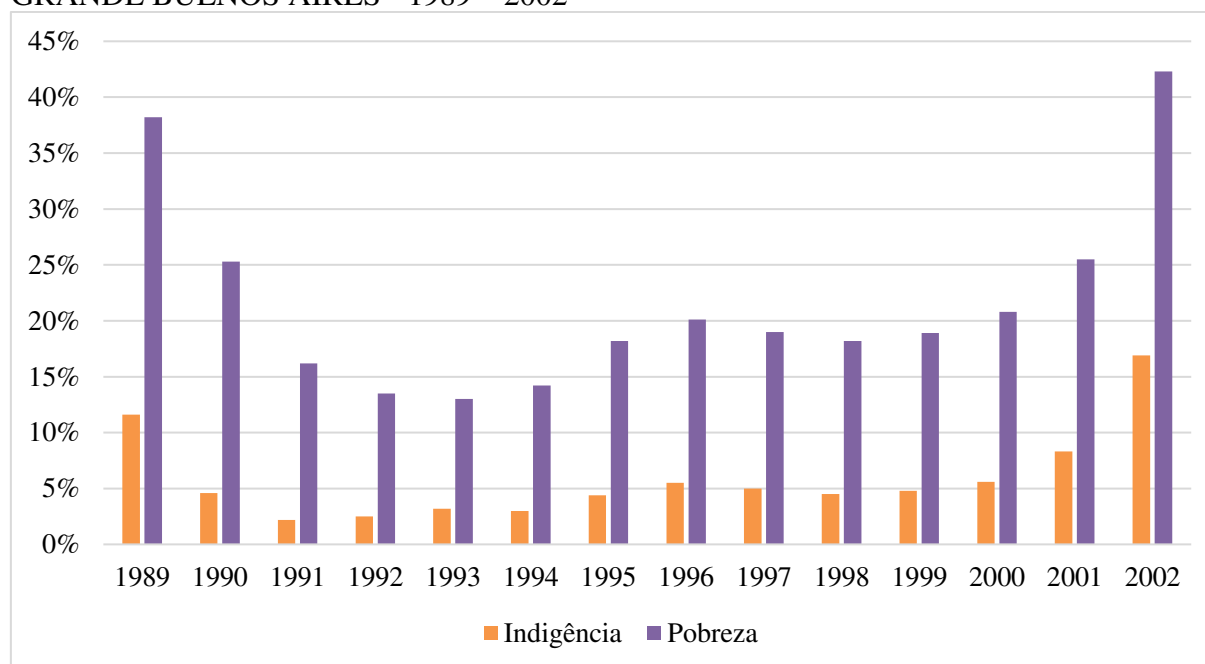
6.5 Indicadores de Desigualdade Social

O aumento da população em situação de indigência e pobreza foi outro fator resultante da agenda “Ajuste e Reforma”. Como pode ser observado nos Gráficos 31 e 32, a década já havia começado com uma alta taxa de pobreza, devido aos impactos da hiperinflação e da crise do governo radical. Os anos de crescimento econômico pós conversibilidade possibilitou a redução da pobreza, porém essa perspectiva se transformou a partir de 1994, até que, em 2002, o índice de pobreza superou àquele do período hiperinflacionário (LINDENBOIM; GONZÁLEZ, 2004).

Em relação aos dados oficiais, os índices do INDEC, referentes à evolução da pobreza e da indigência dos agregados familiares e da população para o recorte temporal em análise neste trabalho, disponibilizaram apenas dados correspondentes à região metropolitana, principalmente a Grande Buenos Aires, onde se concentra maior porcentagem da população do país. É importante destacar também que O INDEC considera abaixo da linha da pobreza as pessoas cuja renda ou renda familiar *per capita* é inferior ao valor necessário para atender todas as necessidades básicas (moradia, alimentação, saúde, lazer, educação, etc.). E a taxa de indigência é estimada a partir do necessário apenas para alimentação (valor de uma cesta

básica). Como exemplo, segundo Altimi e Beccaria (1998), na metade da década de 1970, somente 3% dos agregados familiares não tinham acesso à alimentação básica.

Gráfico 31 – ARGENTINA: EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS FAMILIARES QUE VIVEM COM RENDIMENTOS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA E INDIGÊNCIA NA GRANDE BUENOS AIRES - 1989 – 2002

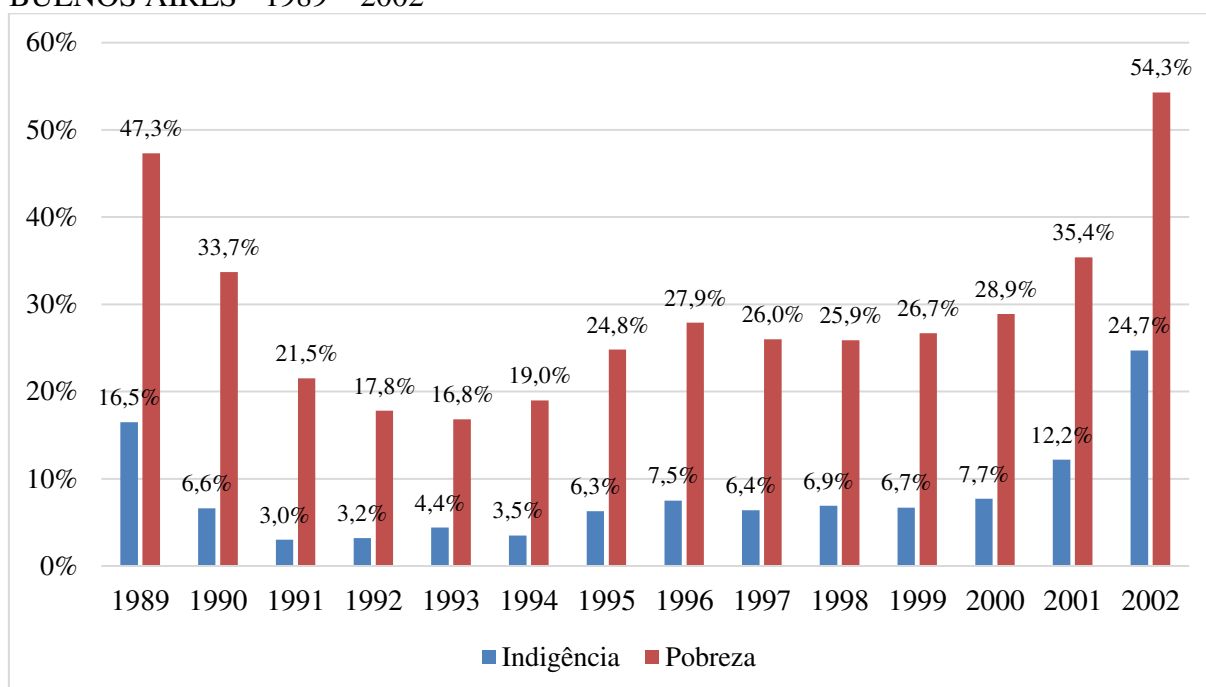


Nota: Dados calculados a partir do total de famílias.

Fonte: EPH, INDEC.⁹⁸

⁹⁸ REPUBLICA ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Encuesta Permanente de Hogares (EPH). Dados disponíveis em: www.indec.gov.ar

Gráfico 32 – ARGENTINA: EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO QUE VIVE COM RENDIMENTOS ABAIXO DA LINHA DA POBREZA E INDIGÊNCIA NA GRANDE BUENOS AIRES - 1989 – 2002



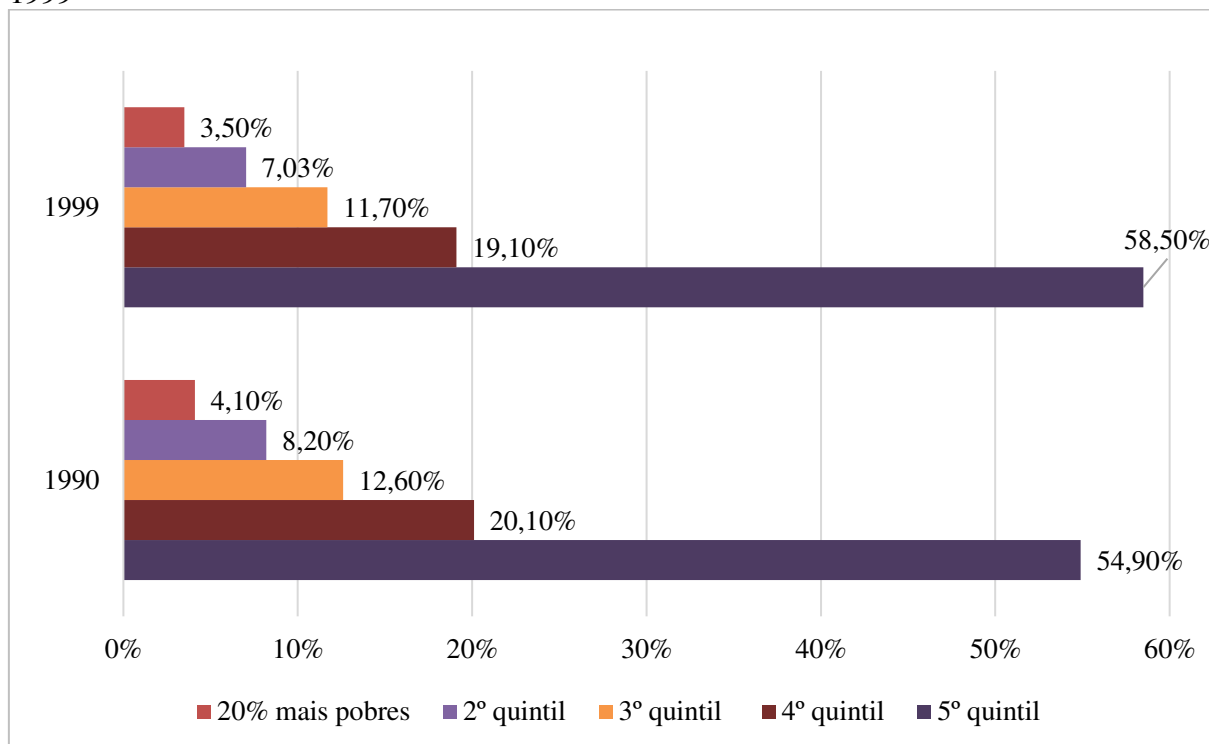
Nota: Dados calculados a partir do total da população.

Fonte: EPH, INDEC.⁹⁹

A partir do Gráfico 33, pode-se observar que, de fato, as medidas efetivadas durante o período dos governos Menem e De La Rúa tiveram tendência em beneficiar uma parte pequena da população argentina, concentrando a renda na parcela mais rica. Essas medidas foram: a redução dos custos do trabalho das contribuições previdenciárias que favoreceu os grandes empresários, o corte de gastos sociais, o amparo ao mercado exterior em detrimento da população e o aumento de impostos com objetivo de alcançar o equilíbrio das contas públicas para atrair investimento do exterior.

⁹⁹ Idem.

Gráfico 33 – ARGENTINA: DISTRIBUIÇÃO DE RENDA ENTRE AS FAMÍLIAS - 1990 – 1999



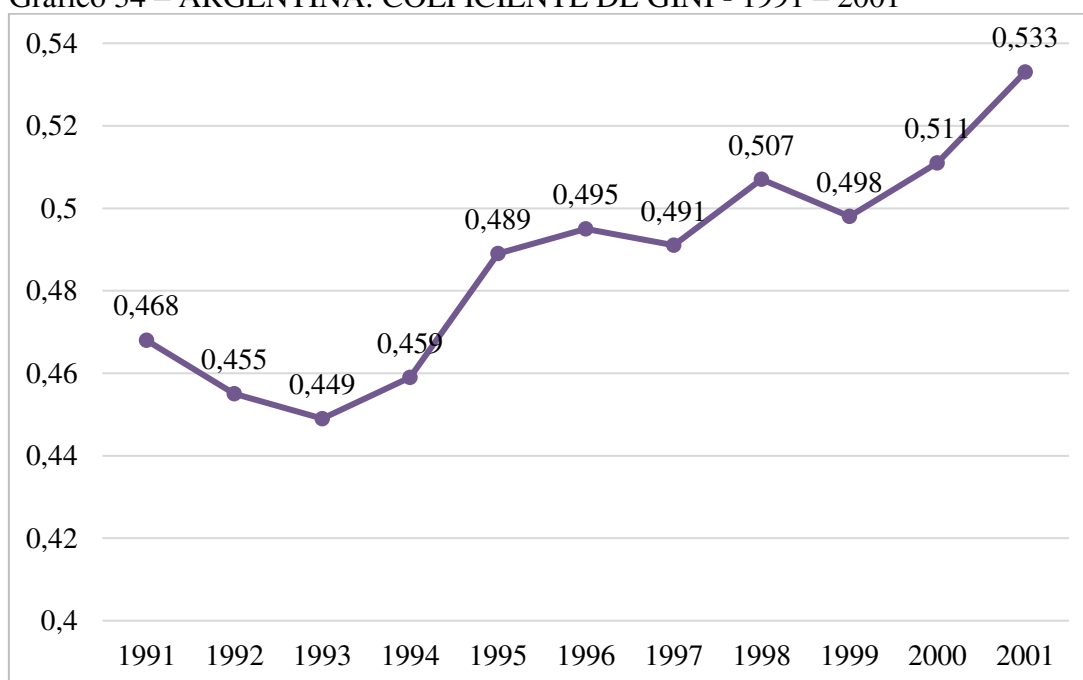
Nota: O Quintil 1 é formado pelas famílias mais pobres, enquanto o Quintil 5 é composto pelas famílias mais ricas. Os dados se referem as áreas urbanas da Argentina que, em 1999, compreendem perto de 90% do total da população do país. Cada Quintil corresponde a 20% da população.

Fonte: Anuário estatístico, Cepal, 2004.

O Gráfico 33 acima mostra ainda que a renda das famílias mais pobres foi reduzida durante a década de 1990, enquanto a das famílias mais ricas aumentou. Embora todas as parcelas tenham apresentado redução nas suas rendas nesse período, com exceção das famílias mais ricas, a renda mais afetada foi a das famílias que ocupam a parcela mais pobre. Houve uma redução de quase 15% na renda dos mais pobres, em uma década, ao mesmo tempo que o segundo Quintil teve uma perda de 11%, o terceiro perdeu 7% e o quarto perdeu aproximadamente 5%.

Outro índice utilizado para indicar desigualdade e concentração de renda é o coeficiente de Gini, apresentado no Gráfico 34. A Argentina passou a ser um dos países mais desiguais da América Latina a partir de 1994, com o índice de Gini em 0,489. Com o auge da crise, atingiu 0,533 em 2001.

Gráfico 34 – ARGENTINA: COEFICIENTE DE GINI - 1991 – 2001



Fonte: Banco Mundial.¹⁰⁰

As reformas da agenda “Ajuste e Reforma” beneficiaram também um processo de concentração de renda que não poderia ser modificado em curto e médio prazos. A política liberal que promoveu o corte no custo da mão de obra como plano para atrair mais competitividade ao mercado argentino e investimento privado e, com isso, criar novos postos de trabalho, gerou a queda da renda média e o aumento da desigualdade social da população argentina. A Tabela 8 mostra também o aumento da concentração de renda de acordo com as fontes de renda doméstica:

Tabela 8 – ARGENTINA: COEFICIENTES DE GINI DE ACORDO COM AS FONTES DE RENDA DOMÉSTICA - 1990, 1994, 1999

Ano	Renda do trabalho				
	Assalariado	Empregadores	Trabalhadores por conta própria	Transferências	Renda de propriedade
1990	0,3651	0,4239	0,3926	0,2975	0,7353
1994	0,3695	0,3703	0,4314	0,422	0,7502
1999	0,3905	0,5267	0,4701	0,4088	0,8076

Fonte: Cepal, 2002, p. 59.

¹⁰⁰ Base de dados do Banco Mundial. Dados disponíveis em: <https://datos.bancomundial.org/>

A Tabela 9 revela o aumento da porcentagem da população com renda *per capita* menor que a média e menor do que metade da média, e a Tabela 10 apresenta um dos efeitos da redução dos salários, a queda do consumo privado, que atingiu -16,4% em 2002.

Tabela 9 – ARGENTINA: RENDA *PER CAPITA* - 1990, 1997, 1999, 2002

Ano	Porcentagem de pessoas com renda per capita menor que	
	Média	50% da média
1990	70,6	39,1
1997	72,1	43,4
1999	72,5	44,2
2002	74	47,9

Fonte: Elaborada a partir dos dados de Cepal (2002) e Cepal (2004).

Tabela 10 – ARGENTINA: CRESCIMENTO DO CONSUMO PRIVADO POR HABITANTE % - 1998 – 2002

Ano	Com base em valores de preços constantes de 1995
1998	1,7
1999	-5
2000	-1,4
2001	-6,6
2002	-16,4

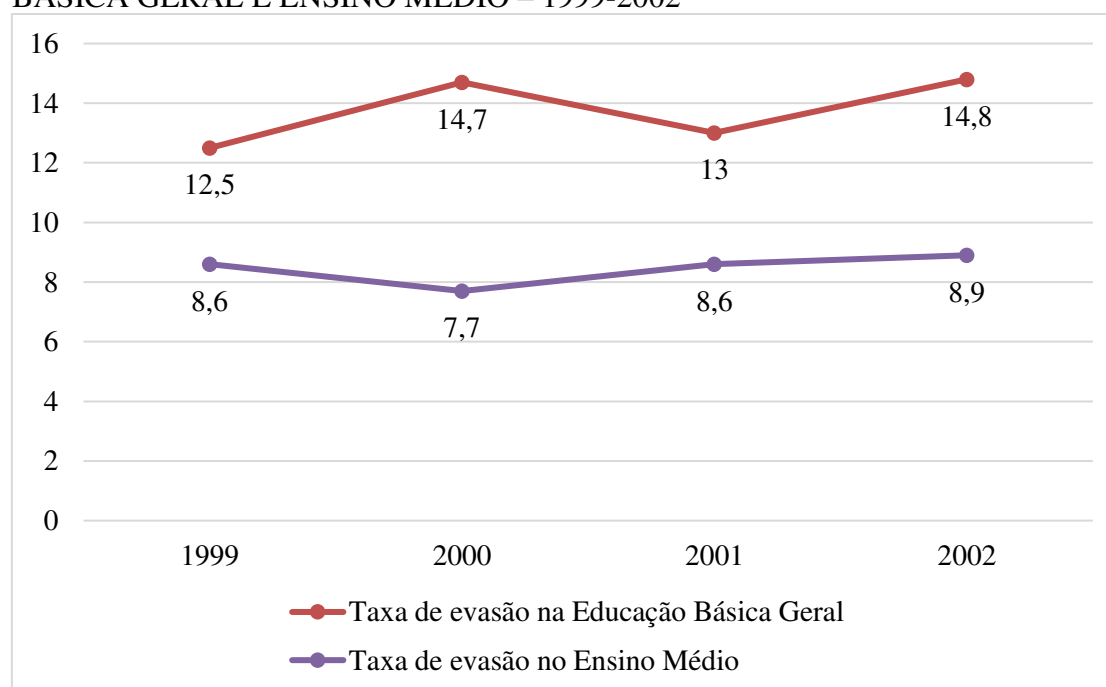
Fonte: Cepal, 2004, p. 113.

O sistema de educação foi outro setor que passou por reformas e por um processo de descentralização. A lógica do governo era que a descentralização trouxesse uma melhora no desempenho das redes educacionais públicas, o que dependeria da capacidade dos administradores locais. Assim como as reformas analisadas até aqui, a reforma do sistema de educação também foi feita sob a orientação do Banco Mundial. A “*Ley 24.049 de Transferencia de los Servicios Educativos de Nación a Las Provincias*”¹⁰¹ foi sancionada em dezembro de 1991 e determinava que as escolas de nível médio seriam transferidas para a gestão provincial.

¹⁰¹ARGENTINA. **Ley nº 24.049, 06 de diciembre de 1991**. Transferencia de los Servicios Educativos de Nación a Las Provincias. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/448/norma.htm>. Acesso em: 29 out. 2020.

Herrán (2001), pesquisador do BIRD, apresenta que o aumento da desigualdade e da pobreza no país durante a década de 1990 teve relação com a qualificação dos trabalhadores, na medida em que indivíduos com maior qualificação profissional ampliaram suas rendas, indivíduos com menor qualificação tiveram suas rendas diminuídas. A qualificação da população mais pobre foi prejudicada também pelo alto índice de abandono escolar registrado entre jovens de classe baixa. Segundo Herrán (2001), o motivo desse abandono escolar pelos jovens não era apenas por causa da necessidade de trabalhar, mas também por causa dos índices de repetência. O autor aponta ainda a diminuição da renda da população como agravante do índice de abandono, pois os pais que possuíam uma renda muito baixa não tinham como manter os gastos necessários com a educação dos filhos, por exemplo, com material escolar e com transporte. Na sua análise, Herrán (2001) fortalece seu argumento com os dados do Banco Mundial, que verificaram que 54% dos estudantes que abandonaram a escola não tinham emprego, ao passo que os outros 45% estavam trabalhando. O Gráfico 35 mostra o aumento da taxa de abandono da Educação Básica Geral e a taxa de abandono do Ensino Médio entre 1999 e 2002.

Gráfico 35 – ARGENTINA: TAXA DE EVASÃO INTERANUAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA GERAL E ENSINO MÉDIO – 1999-2002



Nota: O abandono interanual é a porcentagem de alunos que não se matricularam no ano seguinte e inclui abandono anual.

Fonte: RIVAS (2010).

Diante da degradação da economia argentina, o FMI recebeu muitas críticas. O preço pago pela população argentina foi muito alto. O FMI (2004, p. 5, tradução nossa)¹⁰² responsabilizou o governo por não ter utilizado as divisas obtidas através das privatizações para o pagamento das dívidas e que isso colaborou para a crise de 2001, e insistiu na pregação de que o desequilíbrio fiscal seria o principal culpado dos problemas enfrentados pela Argentina:

Os deficits persistentes refletiram a falta de transparência nas operações fiscais, a evasão fiscal generalizada e a capacidade limitada do governo nacional de controlar os gastos do governo provincial. Argumentou-se que essas fraquezas foram agravadas por políticas irresponsáveis, como usar os recursos das privatizações para financiar despesas correntes, em vez de usá-los para reduzir a dívida.

Depois de duas décadas e meia, o modelo neoliberal instituído através da agenda “Ajuste e Reforma” promovido pelo FMI se mostrou um completo desastre na realização de bens públicos. Entretanto, no que é relativo aos bens privados, a maior concentração de renda e ao aumento de recursos transferidos aos credores, as políticas neoliberais foram extremamente eficazes. Em 2001, a crise atingiu seu ápice, a taxa de desemprego atingiu 19,7%, e a população vivendo abaixo da linha da pobreza alcançou 54,3%. A promessa do FMI de que o crescimento econômico corrigiria os sacrifícios não foi realizada, e as expectativas de que o modelo neoliberal possibilitaria crescimento econômico e desenvolvimento social foram eliminadas.

¹⁰² “Los deficits persistentes reflejaban la escasa transparencia de las operaciones fiscales, una evasión y una elusión fiscal generalizadas, y la limitada capacidad del gobierno nacional para controlar los gastos de los gobiernos provinciales. Se ha sostenido que esas debilidades fueron agravadas por políticas irresponsables, como la de utilizar los ingresos provenientes de las privatizaciones para financiar gastos corrientes en lugar de usarlos para reducir la deuda.”

CONCLUSÃO

Depois de treze anos de cumprimento da agenda de “Ajuste e Reforma” neoliberal estabelecida pelas instituições financeiras internacionais, FMI e Banco Mundial, a Argentina alcançou o maior índice de pobreza e de indigência da sua história. O colapso argentino ocorreu após uma sequência de crises políticas, econômicas e sociais. A taxa de desemprego de 19,7%, em 2001, revelava o nível de desequilíbrio a qual o país chegou, ao se submeter às reformas. Nenhum recurso seria capaz de frear a crise e seus efeitos sobre a população.

Conforme exposto no Capítulo 2, no período de 1983 a 1989, os países latino-americanos enfrentaram uma intensa crise, causada pelo crescimento do endividamento externo. Em 1983, o último ano da ditadura no poder da Argentina, a inflação alcançou 344%. Os lucros da classe empresarial cresciam progressivamente e os rendimentos da classe trabalhadora caíram. O endividamento estava em um nível que impossibilitava ao Estado administrar sem pedir novos empréstimos. Com o aumento da renda sem o estabelecimento da moratória da dívida, e sem a implementação de políticas cambiais para proteção da moeda do mercado local, o governo radical (1983-1989) estimulou o processo inflacionário até alcançar hiperinflação, que afetou a renda média e impulsionou o aumento dos índices de pobreza. Desse modo, o governo de Alfonsín adotou as exigências do FMI aos países que enfrentaram a crise da dívida durante a década de 1980.

O pacote neoliberal aproveitava justamente esse tipo de cenário. A Argentina se tornou dependente do capital internacional. O governo de Menem (1989-1999), produto de uma evidente desonestidade eleitoral praticada por Carlos Saul Menem, acabou se tornando referência no mundo pela adoção das reformas estabelecidas pelo Consenso de Washington. O governo declarou que o controle inflacionário alcançado no início dos anos 1990 foi consequência da implementação do Plano de Conversibilidade. Entretanto, o que se pode observar, na década de 1990, foram os altos índices de desemprego, como também a queda da renda média do trabalhador argentino, alcançando o seu menor nível dos últimos treze anos.

A subordinação do governo de Menem às regras do Consenso de Washington e a agenda de “Ajuste e Reforma” apontaram uma opção política para o presidente justicialista e sua equipe, a qual vincula-se ao interesse estrangeiro. O gerenciamento do processo de privatização e de abertura da economia argentina concederia ganhos maiores do que qualquer outra opção. O que se pode verificar foi que a aplicação da agenda neoliberal à economia argentina significou para Menem um passo político na direção de garantir sua legitimidade perante a ordem econômica dominante. Portanto, o que se caracterizou como uma submissão para o governo de

Alfonsín, representou um objeto de estratégia política para Menem. É possível que este seja o motivo pelo qual houve maior eficiência na aplicação das reformas econômicas na Argentina de 1989-1994 quando se compara ao governo anterior.

O crescimento do PIB na primeira metade da década de 1990 não acompanhou os componentes significativos, como o consumo privado e o investimento líquido. O crescimento econômico, entre 1990 e 1994, foi consequência principalmente do aumento do consumo direcionado para as importações. A transformação na composição dos investimentos é uma evidência de aumento da vulnerabilidade externa e da deterioração da qualidade do crescimento econômico argentino no período estudado. A qualidade do investimento corrompeu-se por conta da reorientação da estrutura da economia argentina fomentada pela agenda de “Ajuste e Reforma”, do Consenso de Washington. Apesar do investimento em 1989-1994 ter sido maior do que nos cinco anos anteriores, o investimento captado foi, em grande parte, vindo do exterior, das privatizações e de novos endividamentos. Esse foi um fator endógeno, de origem numa política econômica voltada ao curto prazo e a interesses da elite.

No segundo governo Menem (1995 - 1999) foi observada uma queda da eficiência da política econômica, a partir da recuperação pós 1995. O fracasso do modelo de conversibilidade foi consequência tanto de fatos externos quanto internos. Os fatores externos podem ser resumidos nas crises cambiais do México (1995), do Sudeste Asiático (1997), da Rússia (1998) e do Brasil (1999). A Argentina decidiu manter a conversibilidade, apesar de ter sido à custa do dispêndio de recursos vindos das privatizações para a conta de Capital, para manter e aumentar o nível de reservas. Houve também o aumento progressivo da taxa de juros e a elevação do endividamento externo, que estimularam também o aumento da vulnerabilidade externa.

Já em relação aos fatores internos, foi o esgotamento do processo de privatizações e a liquidação do sistema previdenciário que resultou na redução da receita do governo, o que ocorreu mais rápido do que a diminuição das despesas públicas. A diminuição do salário e do nível de emprego da economia incentivou o consumo importador a curto prazo. Outro fator interno foi o abandono dos instrumentos governamentais de política econômica, como os mecanismos de controle de emissão monetária, a administração do orçamento público, os instrumentos fiscais, cambiais e até da autonomia na determinação de eventuais metas de desenvolvimento.

Diante da análise, validam-se as decorrências da hipótese formulada no início deste trabalho. A hipótese foi de que as reformas neoliberais promovidas pela agenda “Ajuste e Reforma”, de 1989 a 2001, condicionada pelas instituições financeiras internacionais, FMI e

Banco Mundial, influenciaram no alargamento da desigualdade social da população argentina, principalmente no que se refere à concentração de renda.

As consequências das reformas políticas neoliberais podem ser resumidas em alguns pontos: (a) uma demanda insuficiente que não sustentava um crescimento a longo prazo; (b) economia mais vulnerável a ataques especulativos; (c) alta concentração de renda, acompanhada do aumento da pobreza e da indigência; do desemprego e do agravamento da vida dos trabalhadores. Sendo assim, a política neoliberal, executada pelo governo Menem (1989-1999) e pelo governo de De La Rúa (1999-2001), conduzia-se para o benefício de grupo exclusivo, formado pelo capital internacional e pelos gerenciadores desse capital em âmbito nacional.

Em 2001, ocorreu o ponto culminante da crise econômica, política e social, que, mais uma vez, mostrou os esforços do FMI em garantir os interesses do setor bancário e dos grandes investidores internacionais. Assim, é possível afirmar que o agravamento da desigualdade social da Argentina, no período de 1989 a 2001, foi resultante da dedicação do governo em executar as políticas econômicas promovidas pelo FMI, que atendem aos interesses da classe dominante. Desse modo, é preciso destacar o papel que esses órgãos possuíram como propagativos das políticas econômicas neoliberais admitidas na Argentina até a explosão da crise social e durante seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, a agenda “Ajuste e Reforma” também foi uma reorientação da economia argentina, no lugar de uma rejeição exportadora de produtos primários e matéria-prima, assumindo o papel da periferia na divisão internacional do trabalho. É importante destacar que a reorientação do aprofundamento das medidas neoliberais também afetou a indústria nacional, visto que os setores da construção e de serviços não conseguiram absorver a mão de obra desempregada pelo setor industrial e pelas instituições públicas que também demitiram em massa, com o objetivo de serem privatizadas. Portanto, a prioridade das reformas neoliberais era o crescimento econômico, não importava se fosse à custa do aumento do desemprego, da pobreza, da indigência, da concentração de renda e da desigualdade.

REFERÊNCIAS

ALTIMIR, O.; BECCARIA, L. Efectos de los cambios macroeconómicos y de las reformas sobre la pobreza urbana en Argentina. In: GANUZA, E.; TAYLOR, L.; MORLEY, S. **Política Macroeconómica y pobreza em América Latina y el Caribe**. Publicado para el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). Santiago do Chile, 1998.

AMADEO, J. **O Debate econômico na Argentina da democratização**. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILI, P. (orgs.) **Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

ARGENTINA. **Decreto 36/90, 3 de enero de 1990**. Decreto de necesidad y urgencia sobre reintegro de depositos bancarios en bonos externos 1989. Buenos Aires: Boletín Oficial, [1990].

_____. **Decreto 1174/2000, de 14 de diciembre de 2000**. Regulamentacion de los articulos 24 y 28 de la Ley N° 14.250, incorporados por el artículo 10 de la Ley N° 25.250, y el artículo 13 de la misma norma legal. Poder Ejecutivo Nacional. Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-1174-2000-65366/texto>. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. **Decreto 2181/1993**. Constitucion nacional. Consulta popular por cambio de la constitucion. Poder Ejecutivo Nacional (PEN). Disponível em: <https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/decreto-2181-1993-18022>.

_____. **Ley n° 25.250, de 11 de mayo de 2000**. Trabajo Reforma Laboral - Su aprobacion. Honorable Congreso De La Nacion Argentina. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/verNorma.do?id=63208>. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. **Ley n° 25.453, de 30 de julio de 2001**. Impuestos al Valor Agregado, sobre Créditos y Débitos en Cuentas Bancarias y Otras Operatorias, a las Ganancias, sobre los Combustibles Líquidos y el Gas Natural. Honorable Congreso De La Nacion Argentina. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/65000-69999/68098/norma.htm>. Acesso em: 3 mar. 2020.

_____. **Ley n° 24.049, de 06 de diciembre de 1991**. Tranferencia de los Servicios Educativos de Nación a Las Provincias. Disponível em: <http://servicios.infoleg.gob.ar/infolegInternet/anexos/0-4999/448/norma.htm>. Acesso em: 26 out. 2020.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA. **Informe Anual al Congreso 1997**. Buenos Aires, 30 de junio de 1998. Disponível em: <http://www.bcra.gov.ar/>

BANDEIRA, L. Brasil, **Argentina e Estados Unidos**: conflito e integração na América do Sul (Da tríplice Aliança ao Mercosul). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3ª ed, 2014.

BASUALDO, E. **El proceso de privatización en la Argentina**: la renegociación con las empresas privatizadas: revisión contractual y supresión de privilegios y de rentas extraordinarias. FLACSO, Sede Argentina. Area de Economía y Tecnología. 2002.

Disponível em:

http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/argentina/flacso/no6_ProcesoPrivatizacionArgentina.pdf. Acesso em: nov. 2019.

BASUALDO, E. La reestructuración de la economía Argentina durante las últimas décadas de la sustitución de importaciones a la valorización financiera. In: BASUALDO, E.; ARCEO, E. (comps.). **Neoliberalismo y sectores dominantes**: Tendencias globales y experiencias nacionales. Buenos Aires: CLACSO, Colección Grupos de Trabajo, 2006.

BERGEL, P. Nuevas formas asociativas: asambleas vecinales y movimientos de trabajadores desocupados (MTD). In: BOMBAL, I. (comp.). **Nuevos movimientos sociales y ONGs en la Argentina de la crisis**. Buenos Aires: CEDES, 2002. p. 79-110.

BIELSCHOWSKY, R.; SILVA, C.; VERNENGO, M. Visão de conjunto. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Padrões de desenvolvimento econômico (1950-2008)**: América Latina, Ásia e Rússia. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013. v. 1, p. 21-77.

BILLETES ARGENTINOS. **Diferencias entre monedas y medallas**. Disponível em: <http://www.billetesargentinos.com.ar/monedas/medallas.htm>.

BONELLI, M. **Un país em dívida**: la Argentina y su imposible relación con el FMI. Buenos Aires, Planeta, 2004.

CALVO, P. La noche que las cacerolas salieron a ensayar. **Clarín**, Buenos Aires, 12 dez. 2002. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/noche-cacerolas-salieron-ensayar_0_S1nX3bXgAte.html. Acesso em: jan. 2020.

CAMDESSUS, M. **Toward a Second Generation of Structural Reform in Latin America**. FMI, Buenos Aires, 21 mai. 1997. Disponível em: <https://www.imf.org/en/News/Articles/2015/09/28/04/53/spmds9706>. Acesso em: dez. 2019.

CANO, W. América Latina: industrialização, crise e Neoliberalismo. In: **Anais do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e da V Conferência Internacional de História de Empresas**. São Paulo, p. 2, 2001.

_____. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CAÑONERO, G. **Bank concentration and the supply of credit in Argentina**. IMF Working Paper Series, 97/040, 1997.

CASAS, J. **Um novo caminho para América Latina: O modelo, as mudanças e as razões que vem dando certo.** São Paulo: Record, 1993.

CATELA, L. **Argentina: do autoritarismo à democracia, da repressão ao mal-estar castrense, 1976-1989.** Rio de Janeiro: CPDOC, nº 28, 1998.

CHUDNOVSKY, D. La larga gestación de la reciente crisis argentina. In: BOYER, R.; NEFFA, J. C. (org.) **La economía argentina y su crisis (1976-2001): visiones institucionalistas y regulacionistas.** Miño y Dávila editores, 2004.

CLARÍN. **La marcha de la economía: se aleja el temor de que la Argentina no pueda pagar la deuda externa.** Clarín, Buenos Aires, 18 dez. 2000. Disponível em: https://www.clarin.com/politica/rua-anuncia-hoy-blindaje-financiero_0_rk-bjVYgAtl.html. Acesso em: jan. 2020.

COGGIOLA, O. (org.). **América Latina e a globalização.** São Paulo: PROLAM - USP, 2004.

COMISSION ECONOMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. **Anuario de Estadísticas de América Latina 2000.** Dados disponíveis em: www.eclac.org. Chile, 2001.

_____. **Anuario de Estadísticas de América Latina 195-1989.** Dados disponíveis em: www.eclac.org. Chile, 1990.

_____. **Anuário Estatístico 2016.** Dados disponíveis em: www.eclac.org. Chile, 2017a.

_____. **Anuário Estatístico 2003.** Dados disponíveis em: www.eclac.org. Chile, 2004a.

_____. **Balance Preliminar de las Economías de América Latina y el Caribe 2008.** Disponível em: <http://www.eclac.org>. Chile, 2008.

_____. **Panorama Social 2016.** Dados disponíveis em: www.eclac.org. Santiago, 2017b.

_____. **Panorama Social 2001-2002.** Dados disponíveis em: www.eclac.org. Santiago, 2002.

_____. **Panorama Social 2002-2003.** Dados disponíveis em: www.eclac.org. Santiago, 2004b.

_____. **Situación y perspectivas: Estudio Económico de América Latina y el Caribe 2001.** Santiago, 2001. Disponível em: <https://repositorio.Cepal.org/handle/11362/1088>.

DAMIL, M. El balance de pagos y la deuda externa publica bajo la convertibilidad. In: **Boletín Informativo Techint 303.** Montevideo: Centro de Estudio de Estado y Sociedad (CEDES), 2000.

DARDOT, P; LAVAL, C. A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016

DI MATTEO, L. **El corralito**: así se gestó la mayor estafa de la historia argentina. Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

DI TELLA, T. **História social da Argentina contemporânea**. Torcuato Di Tella. 2. ed. rev. - Brasília: FUNAG, 2017.

DUMÉNIL, G; LÉVY, D. *Capital Resurgent: Roots of the Neoliberal Revolution*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

DUMÉNIL, G. LÉVY, D. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. **Economia e Sociedade**. Campinas, v. 16, n.1, p. 1-19, 2007.

EL PAÍS. **El Senado argentino aprueba la ley de deficit cero**. El País, Buenos Aires, 29 jul. 2001. Disponible em: www.elpais.com/economia/2001/07/30/actualidad/996478374_850215.html. Acceso em: Jan. 2020.

FERRER, A. **La economía Argentina**: desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argetina, 4ª. ed, 2004.

FLORIA, C.; BELSUNCE, C. **Historia de los Argentinos**. Buenos Aires: Larousse, 2. ed., 2004.

FONDO MONETARIO INTERNACIONAL. Oficina de Evaluación Independiente (OEI). **Informe Sobre La Evaluación Del Papel Del FMI En Argentina, 1991–2001**. Washington, FMI, 2004.

FRAQUELLI, A. **A Argentina nos anos 90**. Indicadores Econômicos FEE, v. 27, n. 3, p. 13-37, 2000.

GASPARINI, L. Desigualdad en la distribución del ingreso y bienestar: estimaciones para la Argentina. In: FUNDACIÓN DE INVESTIGACIONES ECONÓMICAS LATINOAMERICANAS. **La distribución del ingreso en la Argentina**. Buenos Aires, 1999. p. 35-83.

GINI, C. **Variabilità e mutabilità**. Roma: Libreria Eredi Virgilio Veschi, 1912.

GONZALEZ, M.; NAHON, C. Desarrollo económico y condiciones de vida en la Argentina (1880 - 2002). ¿Entre la equidad y el crecimiento?. **Historia Económica**. Centro de Estudios para el Desarrollo Argentino, Buenos Aires, doc n° 2, mar. 2005.

GRAÑA, J., KENNEDY, D. **Salario real, costo laboral y productividad: Argentina 1947-2006**. Documento de Trabajo N°12, CEPED, Universidad de Buenos Aires, 2008.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2014.

HERRÁN, C. **¿Por qué los jóvenes en la Argentina desertan de la escuela y qué puede hacerse para combatir este problema?**. BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento: Washington (D.C.), Jul. 2001.

HEYMANN, D.; KOSSACOFF, B. (editores). **La Argentina de los noventa**. Desempeño económico en un contexto de reformas. Buenos Aires: Cepal - Eudeba, 2º tomo, 2000.

HOBBSAWM, E. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

INFOTECHNOLOGY. “**Menemtruchos**”. 21 de Noviembre 2019. Disponible em: <https://www.infotechnology.com/online/Menemtruchos-al-final-el-billete-en-burla-se-devaluo-menos-que-el-peso-y-podes-invertir-por-internet-20191121-0002.html>.

INSTITUTO DE ESTUDIOS ECONÓMICOS SOBRE LA REALIDAD ARGENTINA Y LATINOAMERICANA (IEERAL). **Estadísticas de la evolución económica de Argentina 1913-1984**. Estudios 9, 1986.

KLEMI, A.; MENEZES, R. BRASIL E MERCOSUL: rumos da integração na lógica do neodesenvolvimentismo (2003-2014). **Caderno CRH**, v. 29, n. 3, p. 135-150, 2016.
LA NACION. **Duros cuestionamientos a la Carta a los argentinos**. La Nacion, Buenos Aires, 12 ago. 1998. Disponible em: <https://www.lanacion.com.ar/politica/duros-cuestionamientos-a-la-carta-a-los-argentinos-nid106657>. Acesso em: dez. 2019.

_____. **El "impuestazo" de Machinea**. La Nacion, Buenos Aires, 16 mar. 2006. Disponible em: <https://www.lanacion.com.ar/economia/el-impuestazo-de-machinea-nid789249/>. Acesso em: dez. 2019.

_____. **Menem volvió a instalar la reelección**. La Nacion, Buenos Aires, 9 jan. 1999. Disponible em: <https://www.lanacion.com.ar/123992-menem-volvio-a-instalar-la-reeleccion>. Acesso em: nov. 2019.

LANATA, J. **Argentinos: siglo XX: desde YRIGOYEN hasta la caída de DE LA RUA**. Buenos Aires: Ediciones B, 2003.

LINDENBOIM, J; GONZÁLEZ, M. **El Neoliberalismo al rojo vivo: mercado de trabajo en Argentina**. Cuaderno del Ceped, Buenos Aires, n. 8, jun. 2004.

LOZANO, C.; FELETTI, R. La economía de Menem: cambio estructural, crisis recurrente y destino incierto. In: Borón, A. (org.). **El Menemato: radiografía de dos años de gobierno de Carlos Menem**. Buenos Aires: Letra Buena, 1991.

MARGHERITIS, A. **Ajuste y Reforma en Argentina (1989 - 1995): La economía política de las privatizaciones**. Buenos Aires: Nuevohacer, 1999.

MARTINEZ, O. El escenario: febrero-julio de 1989. Terrorismo económico y desestabilización política. In: Borón, A. (org.). **El Menemato: radiografía de dos años de gobierno de Carlos Menem**. Buenos Aires: Letra Buena, 1991.

MATTEI, L. Trajetória e atualidade da desigualdade na América Latina. **REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, v.7, nº 2. mai/ago, 2017.

MINISTERIO DA ECONOMIA Y PRODUCCION. **Compendio fiscal (1993 – 2006)**. Datos disponibles em:

www.minhacienda.gob.ar/onp/documentos/ejectexto/compendio/compendio93-06.pdf

_____. **Presupuestos de la administración nacional**. Gastos por Finalidad - Función y Naturaleza Económica (1965 – 2006). Buenos Aires, 2007.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN ARGENTINA. **La campaña electoral de 1995 en imágenes**. 15 de julio de 2013. Disponible em: <https://www.educ.ar/recursos/118749/la-campana-electoral-de-1995-en-imagenes>

MINSBURG, N. **La economía posmenemista: ¿Atrapada sin salida?**. Buenos Aires: Eudeba, 2001.

MUSSA, M. **Argentina y el FMI: del triunfo a tragedia**. Buenos Aires: Working Paper Publications, 2002.

ONU-HABITAT. **Estado de las ciudades de América Latina y El Caribe 2012. Rumbo a una nueva transición urbana**. Brasil, 2012.

ONU-PNUD. **Human Development Report 2016**. Disponible em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/2016_human_development_report.pdf. NY, 2016.

OSTRY, J.; LOUNGANI, P.; FURCERI, D. Neoliberalism: oversold. **Finance & development**, v. 53, n. 2, p. 38-41, 2016.

PAOLERA, G.; TAYLOR, A. (eds.). **A New Economic History of Argentina**. New York: Cambridge University Press, 2003.

PELIZER, S. **El papel del Fondo Monetario Internacional (FMI) en Argentina desde “De la Rúa” hasta la devaluación (diciembre 1999-enero 2002)**. Department of Economics Carleton University Ottawa, ON Canada, p. 10, 2003.

PERRY, G.; LEDERMAN, D. **Ajustes despues de los ataques especulativos en America Latina y Asia: Historia de dos regiones?**. Washington DC: Banco Mundial, 2000.

PIKETTY, T. **A economia das desigualdades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014b.

_____. **O capital no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014a.

PREBISH, R. La periferia latinoamericana en el sistema global del capitalismo. **Revista Cepal**, nº 13, p. 163, 1981.

PUELLO-SOCARRÁS, J. Neoliberalismo, antiNeoliberalismo, nuevo Neoliberalismo. Episodios y trayectorias económico-políticas suramericanas (1973-2015). In: VILLAGRA, L. **Neoliberalismo em América Latina: Crisis, tendências y alternativas**. 1ª ed. Asunción: CLACSO, 2015, p. 19-42.

QUINO. **Toda Mafalda**. Buenos Aires: Ediciones de la flor, 1997. p. 151.

RAPOPORT, M.; SPIEGEL, C. **Estados Unidos y el Peronismo: la política norteamericana en la Argentina: 1949-1955**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994.

RAZON Y REVOLUCION. **El argentinazo y su legado**. Cacerolazo en la plaza de mayo. 14 noviembre de 2018. Disponible em: <https://razonyrevolucion.org/el-argentinazo-y-su-legado/>. Acceso em: abr. 2020.

REPUBLICA ARGENTINA. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Encuesta Permanente de Hogares (EPH). Datos disponibles em: www.indec.gov.ar

_____. Ministerio de Economía. Instituto Nacional de Estadística e Censos de La Republica Argentina (INDEC). Datos disponibles em: www.indec.gov.ar

RIVAS, A. **Radiografía de la educación argentina**. Buenos Aires: Fundación CIPPEC; Fundación Arcor; Fundación Roberto Noble, 2010. p. 151.

ROMERO, L. A. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2. ed., 2001.

ROSENBERG, L. Trapaçadas cambiais: o retorno. **Folha de São Paulo**, 6 agosto 1996. Disponible em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/8/06/dinheiro/4.html>.

SANTOS, B. A crítica da governação neoliberal: O Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 72, p. 7-44, 2005.

SCHVARZER, J. **La industria que supimos conseguir**. Buenos Aires: Planeta, 1996.

_____. La larga agonía de la convertibilidad. **Indicadores Económicos FEE**, v. 30, p. 7 - 30, jun. 2002.

SCHVARZER, J.; et al. **La actividad productiva en 2007**. UBA. Centro de Estudios de la Situación y Perspectivas de la Argentina. Notas de Coyuntura N.º 24. Buenos Aires, 2008.

SCHVARZER, J. HERNÁN, F. **El corralito y las restricciones que presenta a las políticas monetaria y cambiaria**. UBA. Centro de Estudios de la Situación y Perspectivas de la Argentina. Notas de Coyuntura N.º 1. Buenos Aires, 2002.

_____. **La debacle de la deuda pública argentina y el fin de la Convertibilidad**. Centro de Estudios de la Situación y Perspectivas de la Argentina. Documento de Trabajo N.º 6. Buenos Aires, 2004.

SOLÁ, J. La semana política II. Carencias y defectos del Gobierno. **La Nación**, Buenos Aires, 25 jun. 2000. Disponible em: <https://www.lanacion.com.ar/opinion/carencias-y-defectos-del-gobierno-nid22203>. Acceso em: dez. 2019.

SOUZA, L. **A arquitetura de uma crise: história e política econômica na Argentina, 1989 - 2002**. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2015.

SOUZA, L.; PREVIDELLI, M. Brasil e Argentina nos anos 1990: dois exemplos comparados de dolarização. **Rev. Econ. do Centro-Oeste, Goiânia**, v. 1, n. 2, p. 54-69, 2015.

STIGLITZ, J. **Os exuberantes anos 90**: uma nova interpretação da década mais próspera da história. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

VERNENGO, M. Fazenda grande & sindicato: padrões de crescimento, investimento e produtividade na economia argentina, de Perón aos Kirchner. **Ensaio FEE**, v. 38, n. 2, p. 409-438, 2017.

WEISBROT, M.; BAKER, D. **When “good parents” go bad**: The IMF in Argentina. Washington DC: Center for Economic and Policy Research Briefing Paper, 2002.

Sites consultados:

Banco Central de la República Argentina:

[https://www.bcra.gob.ar/PublicacionesEstadisticas/Consultas Personalizadas Series Estadísticas.asp](https://www.bcra.gob.ar/PublicacionesEstadisticas/Consultas%20Personalizadas%20Series%20Estadisticas.asp)

Banco Mundial: <https://datos.bancomundial.org/>

Comissão Econômica para América Latina e Caribe:

[https://estadisticas.Cepal.org/Cepalstat/portada.html](https://estadisticas.cepal.org/Cepalstat/portada.html)

Fundo Monetário Internacional: <https://www.imf.org>

República Argentina, Instituto Nacional de Estadística y Censos: <https://www.indec.gob.ar/>

República Argentina, Ministerio de Economía: <https://www.argentina.gob.ar/economia>

ANEXO

ANEXO A - Cronograma das principais reformas política, 1989 – 1994

Ano	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política comercial	Privatizações	Desregulamentação
1989	<ul style="list-style-type: none"> - Remoção de restrições às transações de câmbio; - Reprogramação de títulos públicos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Suspensão de subsídios para promoção industrial; - aumentar as taxas públicas; - Intervenção de empresas públicas; - mecanismos de privatização; - Generalização do IVA e redução da alíquota (15% a 13,5%); Ganhos: redução de taxa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos direitos de exportação e diminuição das tarifas de importação; - Suspensão do pagamento de reembolsos em dinheiro. 		
1990	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Bonex 	<ul style="list-style-type: none"> - "Caixa único" para empresas estatais; - Redução de áreas da Administração Central; - Aumentar o imposto sobre ativos corporativos e IVA para 15,6%; extensão da base do IVA, revogação de impostos sobre capital e patrimônio líquido e outros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento dos direitos de exportação e redução das tarifas de importação; - Negociação pelo Mercosul. 	<ul style="list-style-type: none"> - Telefones; - Linhas aéreas; - Petroquímicos; - Concessão de áreas de petrolíferas e estradas. 	
1991	<ul style="list-style-type: none"> - Lei da Conversibilidade 	<ul style="list-style-type: none"> - Lei de cancelamento de dívidas do Estado; - Aumento do IVA para 16% e depois para 18%; O imposto sobre os Bens Pessoais é criado; - Acordo Nação/Províncias: transferências de serviços. 	<ul style="list-style-type: none"> - Eliminação de grande parte dos direitos de exportação; - Redução de tarifas de importação (escalas de 0%, 11% e 22%); - Regime de importação temporário; - Tratado de constituição do Mercosul. 	<ul style="list-style-type: none"> - Venda de ações telefônicas; - Associação e concessão de contratos na extração de combustíveis; - Concessão de ramais ferroviários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dissolução de entidades estatais; - Transporte de mercadorias.

Ano	Política monetária e financeira	Política fiscal	Política comercial	Privatizações	Desregulamentação
1992	<ul style="list-style-type: none"> - Carta Orgânica do BCRA; - Reforma da Lei das Entidades Financeiras; - Autorização para estabelecer reservas bancárias em dólares. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo de facilidades ampliadas com o FMI; - Expansão da cobertura do IVA; Ganhos: aumento da taxa; - Acordo Nação/Províncias: garantia de uma renda mensal mínima da Nação; - Regularização de dívidas com aposentados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar a taxa estatística de importação; - Aumentar reembolsos; - Sistema avançado de preferências do Mercosul. 	<ul style="list-style-type: none"> - Transporte e distribuição de gás; - Obras Sanitárias; - SEGBA; - Empresas siderúrgicas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mineração; - Produtos farmacêuticos; - Transporte automotivo; - Lei dos portos.
1993	<ul style="list-style-type: none"> - Plano Brady; - Proibição de depósitos com menos de 30 dias; - Lei dos Fundos Comuns de investimento; - Regras de "securitização". 	<ul style="list-style-type: none"> - Sanciona Reforma do Sistema de Aposentadorias; - Acordo Nação/Províncias: coordenação das estruturas tributárias; - Modificação do imposto de renda. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acordo tarifário externo comum no Mercosul; regime de zona franca. 	<ul style="list-style-type: none"> - YPF; - Centrais hidrelétricas e térmicas; - Transmissão elétrica; - Concessão de ramais ferroviários e subterrâneos. 	
1994	<ul style="list-style-type: none"> - Modifica Lei das Instituições Financeiras: igualdade de tratamento entre empresas de capital estrangeiro e nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução das contribuições dos empregadores; - Entrada em funcionamento do regime de pensões. 	<ul style="list-style-type: none"> - Definição de AEC (tarifa externa comum) no Mercosul. 	<ul style="list-style-type: none"> - Usinas Elétricas; - Distribuição de eletricidade; - Venda de ações de transporte e distribuição de gás. 	

Fonte: HEYMANN; KOSACOFF, 2000.